89 ANOS
DESDE 1932
EDIÇÃO 24.589

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

www.diariodocomercio.com.br | Belo Horizonte, sexta-feira, 6 de maio de 2022 | R$ 2,50

Faturamento das indústrias de Minas Gerais sobe 8,6%

Desempenho apurado pela Fiemg em março é o melhor para o mês em nove anos

Impulsionado pelos segmentos de extração (3,5%) e de transformação (9%), o faturamento da indústria mineira cresceu 8,6% em março frente a fevereiro, o melhor resultado para o mês em nove anos. Entretanto, conforme a pesquisa da Fiemg, o setor acumulou uma retração de 3,3% no primeiro trimestre, causada pela queda nas indústrias extrativa (-9,9%) e de transformação (-2,3%). Em março na comparação com o mesmo período de 2021 o faturamento da atividade industrial no Estado subiu 1,4%. O aumento nos últimos 12 meses chegou a 7,8%.

Já as horas trabalhadas registram alta de 4%, a maior para março em 12 anos. Frente a idêntico mês do ano passado, a elevação atingiu 6%. A utilização da capacidade instalada avançou de 84% em fevereiro para 84,9% em março. No acumulado do ano, o índice ficou em 83% e, nos últimos 12 meses, em 82,3%. **Pág. 3**

CNI/JOSÉ PAULO LACERDA

Em março, as horas trabalhadas nas indústrias mineiras registraram crescimento de 4%, a maior alta em 12 anos

Uberlândia vai receber aporte de R$ 117 mi da rede ABC

Com sede em Divinópolis, o Supermercados ABC terá 12 novas lojas até o fim do ano. Quatro já foram abertas e mais oito serão inauguradas em 2022, com a geração de 2,2 mil empregos diretos. O grupo vai encerrar 2022 com 70 pontos de venda em Minas Gerais. A rede vai instalar mais cinco unidades em Uberlândia, com investimentos de R$ 117 milhões até 2023. **Pág. 5**

Movimentação de mercadorias da Supporte tem expansão

Especializada em operações logísticas, a Supporte, empresa de Uberlândia com atuação nacional, fechou 2021 com mais de R$ 6 bilhões em movimentação total de mercadorias (GMV), o dobro em relação a 2020. Para este exercício, a expectativa é manter a trajetória de crescimento. A expectativa é de até R$ 7,5 bilhões, 25% a mais que o apurado em 2021. **Pág. 13**

EDITORIAL

De um lado ou de outro, alguma coisa tem que estar muito errada. Eis o que se pode pensar diante do recente anúncio de que o governo federal acaba de abrir novo prazo para renegociação de dívidas tributárias, agora em benefício de microempreendedores individuais e empresas inscritas no Simples Nacional. Esticar prazos, criar facilidades que não vão além das aparências, é prática antiga o suficiente para fazer entender que a fórmula adotada, erroneamente chamada de perdão, não dá certo e simplesmente porque as exigências não levam em conta a realidade, vão muito além da capacidade de pagamento de contribuintes, que, mesmo sufocados, não desejam a condição a que são levados, muito menos a pecha de caloteiros. **"Erros que se repetem", pág. 2**

DIVULGAÇÃO

A última etapa de vacinação de bovinos e bubalinos em Minas será realizada em novembro

Livre de aftosa sem vacinação, MG pode conquistar mercados

A partir de 2023, com a suspensão da vacinação contra a febre aftosa, Minas Gerais poderá conquistar novos mercados que pagam mais caro pela carne, mas exigem o *status* de livre de aftosa sem vacinação para manter relações comerciais, como o Japão e a Coreia do Sul. A última etapa da vacinação será realizada em novembro, incluindo todos os bovinos e bubalinos. O fim da imunização do rebanho foi autorizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para seis estados e o Distrito Federal. Em torno de 113 milhões de animais deixarão de ser vacinados, quase a metade do total do País. **Pág. 12**

ARTIGOS

MARCELO GONDIM

Para o presidente do CNPq, Evaldo Vilela, o desenvolvimento tecnológico é uma prioridade

Inovação tecnológica é vital para o avanço econômico do Brasil

O Brasil precisa priorizar a inovação tecnológica para garantir o crescimento econômico. Segundo o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Evaldo Vilela, é urgente um grande projeto nacional para criar no País uma base tecnológica para produtos inovadores em setores como saúde e agronegócio, entre outros. "Nossa dependência atual de medicamentos - veja o caso da Covid -, de fertilizantes para agricultura, e de *chips* para a indústria compromete o presente e futuro do Brasil", destacou o especialista em entrevista ao DIÁRIO DO COMÉRCIO, na segunda reportagem da série sobre inovação, do projeto #JuntosPorMinas. **Pág. 6**

Dólar - dia 5

	Compra	Venda
Comercial	R$ 5,0160	R$ 5,0170
Turismo	R$ 5,1200	R$ 5,2170
Ptax (BC)	R$ 5,0045	R$ 5,0051

Euro - dia 5

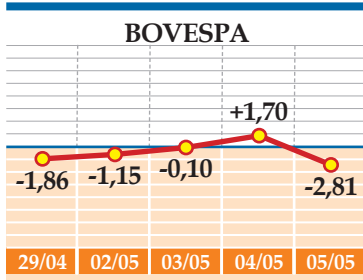
Compra: R$ 5,2572 | Venda: R$ 5,2599

Ouro - dia 5

Nova York (onça-troy):	US$ 1.877,20
BM&F (g):	R$ 301,47

TR (dia 6):	0,0000%
Poupança (dia 6):	0,6947%
IPCA-IBGE (Março):	1,62%
IPCA-Ipead (Março):	1,39%
IGP-M (Março):	1,74%

BOVESPA

29/04	02/05	03/05	04/05	05/05
-1,86	-1,15	-0,10	+1,70	-2,81

Oportunidades no novo cenário geopolítico

FERNANDO VALENTE PIMENTEL*

O cenário delineado pela invasão da Rússia à Ucrânia e pelos efeitos da pandemia indica que a chamada hiperglobalização pode ter um arrefecimento. Em meio às transformações geopolíticas e seus efeitos no equilíbrio internacional e nas alianças entre nações e blocos, o Brasil tem ótimas oportunidades de estabelecer novas relações comerciais, contemplando a agenda da diversidade e da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Crises, principalmente as relativas às guerras e surtos de doenças, são muito dolorosas, causando irreparáveis perdas. Assim, no seu rescaldo é fundamental que, pelo menos, aprendamos as lições. Nesse sentido, alguns países estão levando novamente a indústria para dentro de suas fronteiras, num movimento inverso ao que fizeram no advento da hiperglobalização, nas duas últimas décadas do Século 20. Adotam a medida para garantir a segurança alimentar, o suprimento nas cadeias produtivas mais estratégicas e a integridade das telecomunicações e da cibernética.

Nesse contexto, o Brasil tem um terreno muito fértil para desenvolver uma política industrial moderna e avançada, alinhada às demandas suscitadas pelas transformações do mundo. Um exemplo é o aparato têxtil, que inclui, dentre outros, os técnicos e tecnológicos, com aplicação em várias indústrias, como a eólica, de geotêxteis, infraestrutura e de fardamentos. Há todo um espaço de integração com os polos que vão se consolidando no desenho geopolítico internacional, como o das Américas, o da Europa e da Ásia.

Visando capitalizar todo esse potencial, seria importante que os órgãos econômicos do governo e suas áreas de pensamento estratégico, assim como o setor privado já está fazendo, observassem o que os países desenvolvidos estão realizando. A iniciativa é importante para que possamos estabelecer os fundamentos de uma nova política industrial, recuperação e fomento do setor.

Alguns acreditam que o único fator para que a indústria brasileira torne-se mais dinâmica seja a abertura unilateral. Discordo dessa tese, principalmente devido ao grande abismo, sintetizado pelo custo Brasil, que temos em relação às vantagens competitivas de numerosas nações. Porém, acredito e considero necessários um novo movimento de integração, a ativação de acordos como o do Mercosul com União Europeia e relações bilaterais com os Estados Unidos, Canadá e outras nações e blocos.

A ideia é promover uma reinserção do Brasil na economia global, considerando as transformações dos polos geopolíticos, mas sem discriminar ninguém. Nesse processo, a indústria têxtil e de confecção, que é planetária e de alta concorrência, poderá criar, nas Américas, um cluster muito relevante, abrangendo não apenas o segmento de vestuário, cama, mesa e banho, mas também o tecnológico, que atende as áreas de saúde, energia, militar, esportes, mobilidade e várias outras aplicações.

Este é apenas um bom exemplo do potencial da manufatura de contribuir para a retomada do crescimento econômico e para reposicionar nosso país como protagonista na nova geopolítica internacional.

**Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. pimentel@abit.org.br*

Os desafios do empreendedorismo feminino

CAROLINA WISCHHOFF *

O empreendedorismo feminino é uma alavanca que move a economia e traz dignidade para inúmeras famílias que têm apenas a mulher à frente do sustento familiar, principalmente nas classes menos favorecidas. E embora a participação das mulheres empreendedoras seja de 34% no universo de donos de negócio no Brasil, o percentual ainda está abaixo da melhor marca histórica registrada no 4º trimestre de 2019, quando elas representavam 34,8% do total.

Com a perspectiva de retomada econômica o empreendedorismo feminino, muito afetado na pandemia devido ao fechamento de negócios, começou a apresentar sinais de recuperação. Dados mostram que o número de mulheres à frente de um negócio no País fechou o quarto trimestre de 2021 em 10,1 milhões, mesmo resultado registrado no último trimestre de 2019, antes da pandemia. No segundo trimestre de 2020, houve um para um total de 8,6 milhões. Além disso, o percentual de mulheres que fazem sozinhas a gestão de seus negócios chega a 63%.

Há muitos desafios para vencer. De fato, com a reabertura das escolas e a vida voltando ao normal, essas mulheres, que ficaram sem redes de apoio de cuidado com os filhos e, em muitos casos tiveram de assumir total ou parte das despesas familiares, mesmo com menos condições de se dedicarem às suas atividades econômicas, estão conseguindo retomar os negócios. Sem falar nas duplas ou triplas jornadas que encaram; recebem menos investimentos de políticas públicas e sofrem com o peso do machismo que ainda acompanha o mercado empresarial. É certo que ainda faltam programas de aceleração que buscam fomentar e profissionalizar práticas empresariais e políticas públicas para valorizar as competências e habilidades das mulheres empreendedoras; além de mais programas com linhas de financiamento exclusivas para empresas comandadas por mulheres. Afinal, entre as maiores "dores" das empreendedoras, destaca-se justamente a falta de capital de giro - cerca de 44% relatam isso em pesquisa do Sebrae.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas, sobretudo diante da falta de investimentos direcionados para as empreendedoras e da pandemia, as empresas lideradas por mulheres vêm se destacando ano a ano, principalmente no quesito inovação. É o caso das femtechs, *startups* lideradas por mulheres com produtos e serviços com soluções adequadas à realidade do público feminino. O mercado é tão forte que foi visto como um dos mais importantes para as próximas décadas pela Forbes nos Estados Unidos, segundo a qual o mercado das femtechs movimentaria cerca de 50 bilhões de dólares em um futuro próximo. Ainda de acordo com a publicação, o ramo é um dos que mais recebe investimentos por lá, algo que também pode se repetir aqui no Brasil já que as femtechs exploram um segmento que ainda tem muito a crescer e que apresenta uma importância que vai além da própria lucratividade do negócio.

Vale ressaltar que diversos negócios femininos surgem de uma dor ou necessidade que as mulheres têm em comum, como foi meu caso e da minha sócia ao investirmos em uma *startup* voltada para o universo da maternidade. As mães queriam ter experiências ímpares desde a gestação do bebê, nascimento, mesversários e etc, mas tinham dificuldade de achar produtos para todas as fases da criança acompanhando a jornada materna. Então decidimos basear a nossa produção justamente nesse perfil de mães, chamadas de *millenials*. Independentes, produtivas, conectadas e sobrecarregadas. Além disso, quando uma mulher empreende traz consigo outras, criando uma onda grande que levanta tudo que esta no seu entorno, como é o caso de vários projetos sociais de mulheres empreendedoras que empregam outras mulheres e mães em suas empresas ou fábricas, gerando empregos e criando políticas e diretrizes que estão alinhadas as necessidades das mulheres que além de trabalhar também são esposas, mães e administradoras do lar.

As mulheres são maioria na população mundial e também no Brasil. É um público que não pode ser ignorado e tem grande potencial de crescimento. Potencial esse que deve ser alavancado com o otimismo da maioria dessas empreendedoras, já que cerca de 92% acredita que suas empresas crescerão nos próximos anos. Não existe dúvida do poder feminino da transformação da realidade atual para um universo muito melhor. Basta ter capacitação e persistência!

** Sócia-Diretora da Zero a Oito*

DC DIÁRIO DO COMERCIO
Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial
Adriana Muls
adrianamuls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo e de Mercado
Yvan Muls
diretoria@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Cristiano Diniz Cunha - Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

Erros que se repetem

De um lado ou de outro, alguma coisa tem que estar muito errada. Eis o que se pode pensar diante do recente anúncio de que o governo federal acaba de abrir novo prazo para renegociação de dívidas tributárias, agora em benefício de microempreendedores individuais e empresas inscritas no Simples Nacional. Com a economia nacional sem dar sinais de reação nas proporções requeridas, longe disso, e com a carga tributária bem próxima de chegar ao equivalente a uma terça parte do Produto Interno Bruto (PIB), acontece o que tinha que acontecer que antes de ser apontado como inadimplência ou calote deve ser entendido como a consequência esperada de um desequilíbrio estrutural, que é velho conhecido dos brasileiros mas vem ganhando proporções verdadeiramente dramáticas.

Esticar prazos, criar facilidades que não vão além das aparências, é prática antiga o suficiente para fazer entender que a fórmula adotada, erroneamente chamada de perdão, não dá certo e simplesmente porque as exigências não levam em conta a realidade, vão muito além da capacidade de pagamento de contribuintes, que, mesmo sufocados, não desejam a condição a que são levados, muito menos a pecha de caloteiros. Até porque não se pode imaginar que estes, existentes evidentemente, seriam candidatos a parcelamentos ou coisas do gênero.

> *Errar pode ser aceitável, mas deixar de aprender com o erro não é apenas evidência de pouca inteligência, podendo sugerir que tudo não passa de um jogo muito bem ensaiado, além de bastante utilidade quando eleições estão próximas*

Ou estamos diante de uma situação em que cabe a velha expressão de que tudo não passa de fingimento para inglês ver ou contínua faltando a elementar compreensão de que é necessário um movimento mais sério, de conteúdo e condições mais realísticas e, elementarmente, que possam ser atendidas. Sobra o risco, que talvez conte em algumas cabeças, de que uma atitude sensata seria o mesmo que reconhecer que o sistema tributário brasileiro encalhou na sua própria ganância. E para os menos exigentes – ou quem sabe mais realistas – o mero entendimento de que a receita tão teimosamente repetida não funciona porque a mistura pretendida simplesmente desanda.

Como afinal compreender porque tentativas anteriores tiveram adesão elevada, de centenas de milhares de contribuintes que como regra são vítimas e não vilões, em pouco tempo foram esvaziados pela imposição da realidade e assim foram repetidos em cada um dos governos das últimas décadas, numa evidência de fracasso que não há como deixar de perceber. Errar pode ser aceitável, mas deixar de aprender com o erro não é apenas evidência de pouca inteligência, podendo sugerir que tudo não passa de um jogo muito bem ensaiado, além de bastante utilidade quando eleições estão próximas.

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

Editora-Executiva
Luciana Montes

Editores
Alexandre Horácio, Rafael Tomaz, Clério Fernandes, Gabriela Pedroso

pauta@diariodocomercio.com.br

Filiado à ANJ Associação Nacional de Jornais

Telefones

Geral:	3469-2000
Administração:	3469-2002
Redação:	3469-2040
Comercial:	3469-2060
Circulação:	3469-2071
Industrial:	3469-2085 / 3469-2092
Diretoria:	3469-2097

COMERCIAL
comercial@diariodocomercio.com.br

Diretor Comercial
José Luiz S. M. Borel
jose.luiz@diariodocomercio.com.br

Gerente Comercial
Raquel Lobo
raquel.lobo@diariodocomercio.com.br

Gerente Industrial
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

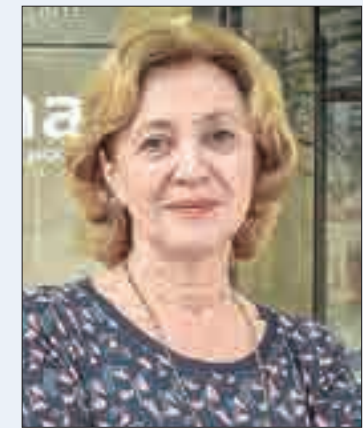
Assinatura
Semestral:
Belo Horizonte, Região Metropolitana: .... R$ 296,00
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento
Anual:
Belo Horizonte, Região Metropolitana: .... R$ 557,00
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento

Assinatura: 3469-2001 - assinaturas@diariodocomercio.com.br

REPRESENTANTES
São Paulo-SP - Alameda dos Maracatins, 508 - 9º andar CEP 04089-001 — (11) 2178.8700
Rio de Janeiro-RJ - Praça XV de Novembro, 20 - sala 408 CEP 20010-010 — (21) 3852.1588
Brasília-DF - SCN Ed. Liberty Mall - Torre A - sala 617 CEP 70712-904 — (61) 3327.0170
Recife - Rua Helena de Lemos, 330 - salas 01/02 CEP 50750-280 — (81) 3446.5832
Curitiba - Rua Antônio Costa, 529 CEP 80820-020 — (41) 3339.6142
Porto Alegre - Av. Getúlio Vargas, 774 - Cj. 401 CEP 90150-02 — (51) 3231.5222

Preço do exemplar avulso
Exemplar avulso .... R$ 2,50
Exemplar avulso atrasado .... R$ 3,50
Exemplar para outros estados .... R$ 3,50*
* (+ valor de postagem)

A revolução do trabalho está na criatividade

GENEVIÈVE POULINGUE *

Vivemos uma transformação radical e interessante na maneira como trabalhamos. As barreiras geográficas terminaram de ser borradas. A pandemia acelerou propostas já em curso. As exigências de períodos de confinamento e distanciamento social **permitiram que o mercado compreendesse que o escritório em casa, inimaginável para muitos trabalhadores, é acessível, econômico e bastante produtivo.**

Porém, este trabalho à distância do escritório, da empresa, tem sua quota-parte de restrições, muitas vezes em relação ao ambiente familiar. Ao mesmo tempo oferece vantagens em termos de otimização do tempo de trabalho, gerenciamento de recursos, energia e outros gastos.

Algumas empresas não gostaram deste distanciamento. Muitos empresários alegam a perda da criação coletiva, muitas vezes ligada a momentos improvisados e espontâneos de colaboração compartilhada no mesmo espaço de trabalho. Outros, a perda de controle sobre seus funcionários. **Este tipo de controle é necessário a todos os tipos de cargos e funcionários? Acredito que a liberdade deve ser o primeiro pilar para a revolução do trabalho e ela baseia-se na confiança.**

Já falamos sobre este assunto em um artigo anterior dedicado ao trabalho em um formato híbrido. Defendo este modelo porque ele é econômico enquanto mantém parte da jornada em casa e ainda mantém um lugar importante para o escritório em retendo momentos de *coworking*, quando esses se fizerem necessário. **Não é o controle de horas trabalhadas e modos que deve servir de termômetro para as lideranças. A governança de qualidade está atenta à qualidade das entregas e seu impacto global e local.**

Obviamente, essa organização não se aplica a todos os tipos de funcionários. Os empregos nos chamados setores centrais não experimentaram isso. Eles podem ser encontrados nos setores de serviços pessoais, em atividades comerciais, de produção, ou em atividades sem que haja a necessidade física da pessoa.

Numerosas experiências foram realizadas para identificar o que poderia ser substituído por robôs. Até hoje, ainda existem atividades que não podem ser imaginadas para serem substituídas por máquinas que não fornecerão a mesma experiência ao usuário do serviço. **O que nos leva ao segundo pilar para a revolução do trabalho: a criatividade.**

A divisão digital corre o risco de ser impiedosa. Não há trabalho hoje que exclua a tecnologia.

Ao mesmo tempo, os motores digitais não podem resolver tudo. E esta é uma grande oportunidade. A arbitragem humana criativa e ética serão os corolários para inovar e proteger nossa sociedade. Estas também serão habilidades para desenvolver, assim como por *soft skills*, com empatia no topo da lista, uma dimensão humana que torna a vida melhor no trabalho e fora dele, assim como para os outros. **Nesse sentido, defino como inventividade ética esse arcabouço individual subjetivo capaz de enriquecer o fazer laboral. Do mais simples ao mais elaborado cargo que se ocupe.**

Portanto, em um cenário ideal, a revolução do trabalho passa pelo resgate de uma certa liberdade, essência do trabalho em seu conceito teórico inicial. **Nessa flexibilidade de formato entre o escritório doméstico e ambiente empresarial, habilidades digitais compartilharão espaço com as marcas 'individuais e artesanais' capazes de imprimir autenticidade e inovação nas entregas.** Cada um pode atuar como líderes de si, mesmo estando em uma escala de grande subordinação, caso das grandes empresas. **E cada um deve ser capaz de trabalhar sozinho e em grupo.** A dimensão coletiva do trabalho continua sendo essencial no mesmo espaço, seja pontualmente ou virtualmente, neste mundo conectado.

Não podemos deixar de alertar que todos devem estar comprometidos. É preciso aprender a criar suas próprias fronteiras entre o trabalho e a vida privada. A aspiração do PC na sala ao lado ou mesmo na sala de estar é permanente e pode levar a uma escalada de compromissos que leva à exaustão. Este é um grande perigo para todos os trabalhadores do mundo digital, onde as fronteiras entre vida profissional e privada são porosas, e ainda mais hoje, em que a presença nas redes sociais pode se tornar um vício, às vezes lucrativo para a empresa, mas que desconecta o indivíduo do mundo real e o faz esquecer de viver o momento presente! A legislação trabalhista também deve evoluir sobre estas questões.

Falando em identidade, trabalhadores altamente qualificados são mais frequentemente definidos por seu trabalho. Na verdade, o trabalho é geralmente a carteira de identidade de pessoas ativas. **Eu trabalho, portanto, trabalho? Se isso está bom para você, pare imediatamente.**

Além de não bom, há uma mudança de paradigma que já começou parece estar se espalhando e nos convida a adotar outras posturas. É claro que se pode definir por muitas outras atividades e traços pessoais, considerando o próprio trabalho como uma das atividades realizadas. Não como a própria identidade principal. **Trabalhar é parte da nossa jornada. Embora o mundo corporativo nos convide a pensar que esta é a missão mais importante de nossas vidas.**

*Reitora da Faculdade SKEMA, Doutora em Ciências da Gestão pela Universidade Caen Basse Normandie

SETOR INDUSTRIAL

Faturamento atinge o maior nível em 9 anos para março

Indicador apresentou crescimento de 8,6% no período, aponta a Fiemg

MICHELLE VALVERDE

Em março, o faturamento da indústria em Minas Gerais aumentou 8,6% sobre fevereiro, resultado vindo das indústrias extrativa (3,5%) e de transformação (9%). O incremento geral foi a maior expansão para o mês em nove anos.

Por outro lado, no primeiro trimestre, o setor ainda acumula queda de 3,3%, em decorrência das retrações nas indústrias extrativa (-9,9%) e de transformação (-2,3%). Os dados são da Pesquisa Indicadores Industriais (Index), divulgada, ontem, pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

No mês, na comparação com o mesmo intervalo do ano passado, o faturamento do setor industrial no Estado aumentou 1,4%. O resultado elevou para 7,8% o crescimento no acumulado dos últimos 12 meses, com expansões na indústria extrativa (21,3%) e na indústria de transformação (5,7%).

A analista de estudos econômicos da Fiemg, Júlia Silper, explica que em março foi registrada elevação em praticamente todas as variáveis analisadas na pesquisa, ante fevereiro.

Além do faturamento da indústria geral ter crescido 8,6%, registrando a maior expansão para o mês em nove anos, as horas trabalhadas na produção apresentaram a elevação mais intensa para o mês em 12 anos, 4%. Frente a março de 2021, a expansão no índice ficou em 6%. Com o resultado, no ano, as horas trabalhadas na produção estão 2,6% maiores frente ao primeiro trimestre de 2021. No acumulado do ano, o resultado ficou 7,6% maior.

"O resultado positivo visto no faturamento é resultado da maior atividade nas indústrias extrativas e de transformação. É interessante destacar que no caso das horas trabalhadas na produção, a elevação veio, principalmente, em ocorrência de horas extras. O que mostra que as empresas estão trabalhando com horas a mais".

Outro índice que apresentou resultado positivo foi a utilização da capacidade instalada. Em março, houve uma alta frente a fevereiro. O índice subiu de 84% para atuais 84,9%, em decorrência dos incrementos nos dois segmentos da indústria. No acumulado do ano, o índice está em 83% e nos últimos 12 meses em 82,3%.

Mercado de trabalho - Levando em conta os índices do mercado de trabalho, o emprego praticamente não variou frente ao mês anterior. Em março, frente a fevereiro, o avanço foi de apenas 0,1%. Frente a igual mês do ano passado, a alta foi de 1%. Nos últimos 12 meses o aumento está em 5,5%.

No que se refere ao rendimento médio real foi verificado incremento de 1,2%. Porém, nos acumulados o resultado é negativo, com queda de 0,7% no trimestre e de 4,3% nos últimos 12 meses. A massa salarial avançou 1,8% em março frente a fevereiro e 4,9% frente a março de 2021. No ano, o resultado ficou positivo em 1,7% e em 0,9% nos últimos 12 meses.

Desaceleração - De acordo com Júlia Silper, apesar do resultado positivo em março, a tendência é de desaceleração da indústria, movimento que não fica restrito a Minas Gerais e envolve a economia global.

"A gente tem um cenário prospectivo mais desafiador porque desde o início da pandemia a indústria tem lidado com escassez de insumos. A política de tolerância zero contra a Covid-19 adotada na China motivou novos *lockdowns* no país, o que contribui para a manutenção dos gargalos nas cadeias produtivas e também impacta nos transportes e na elevação dos preços na economia mundial".

Ainda segundo Júlia Silper, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia também gera pressões nos preços internacionais, especialmente de *commodities* agrícolas e energéticas.

"Os preços dos alimentos e da energia continuam subindo muito e, isso, pressiona os custos, encarece a matéria-prima e dificulta acesso a insumos. É um grande desafio e pode vir a impactar as indústrias. Já temos, no Brasil, empresas adotando férias coletivas, por falta de insumos".

DIVULGAÇÃO / VALE

Em março, o faturamento da indústria extrativa mineral cresceu 3,5%, segundo os dados da Fiemg

COIMBRA ESPORTE CLUBE LTDA

CNPJ 08.404.952/0001-82

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Hoje já bastante consolidada, a companhia observando seus objetivos, deu continuidade aos investimentos durante o exercício findo, que permitiram alcançar uma carteira de investimentos na ordem de R$35.659.441, contabilizando prejuízo no exercício de R$15.803.530, prejuízo este decorrente de suas atividades e consequente baixa de investimentos que não apresentaram o retorno esperado.

Para o exercício de 2022, acreditamos que a estratégia de atuação adotada pela companhia, permitirá manter seus investimentos, bem como poder criar a possibilidade de aumentar sua participação neste mercado que continua sendo promissor.

Queremos agradecer aos nossos parceiros, fornecedores, funcionários e colaboradores, bem como a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o sucesso da companhia, pela confiança e atenção dispensadas à Vevent Empreendimentos e Participações e de sua controlada Coimbra Esporte Clube Ltda, no ano de 2020.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020 (Valores em reais – R$ 1,00)

ATIVO	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	126.691	1.047.668
Conta a receber	2.062.389	16.283.208
Imposto e contribuições a compensar	659.277	920.991
Outros créditos	18.905	457.367
	2.867.262	**18.709.234**
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
. Conta a receber	12.114.270	6.211.734
. Ativos fiscais diferidos	12.407.664	6.238.357
. Materiais em estoque	-	640
	24.521.934	12.450.731
Investimentos:		
. Direitos econômicos sobre atletas formados	35.503.269	34.494.521
. Direitos econômicos sobre atletas em formação	94.851	16.644.501
. Participação em SCP'S	61.321	61.321
Imobilizado	5.176.931	6.145.045
Intangível	1.544.876	513.597
	66.903.182	**70.309,716**
Total do Ativo	**69.770.444**	**89.018.950**

PASSIVO	2021	2020
Circulante		
Fornecedores nacionais	331.224	-
Salários a pagar e provisão de férias	34.041	123.445
Impostos e contribuições	297.479	195.843
Valores a pagar / aquisição de direitos	20.786.516	20.343.767
Valores a repassar / comissões e particip. direitos	6.018.403	10.340.805
Outras contas a pagar	1.255.785	2.004.374
	28.723.448	**33.008.234**
Não Circulante		
Contrato de mútuo	4.098.068	2.000.000
Créditos de parcerias	715.163	-
Passivos fiscais diferidos	-	1.973.421
	4.813.231	**3.973.421**
Patrimônio liquido		
Capital Social	43.909.233	43.909.233
Reserva de Lucros	8.128.062	10.944.678
Lucro (prejuízo) liquido do exercício	(15.803.530)	(2.816.616)
	36.233.765	**52.037.295**
Total do passível e patrimônio líquido	**69.770.444**	**89.018.950**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores em reais R$ 1,00)

	2021	2020
Receitas Operacionais		
Lucros na venda de atletas	-	3.178.425
Receitas de patrocínio e outras	2.210.728	2.401.276
Receitas de parcerias	455.500	-
	2.666.228	**5.579.701**
Deduções da receita bruta	(204.536)	-
. PIS faturamento e COFINS	**2.461.692**	**5.579.701**
Despesas Operacionais		
Administrativas e gerais	(1.537.600)	(3.083.910)
Despesas pessoal, em 2020 incluindo outras	(2.914.344)	(3.495.832)
Serviços de terceiros	(4.416.555)	-
Despesas tributarias	(491.644)	(832.894)
Baixa de investimentos em cestas de atletas	(11.036.460)	(3.198.115)
Depreciação / amortização ativos imobilizado	(652.774)	(832.348)
Amortização do intangível – atletas federados	(323.686)	-
Receitas (despesas) financeiras	(351.031)	1.601.240
Ganho (perda) de variação cambial	(1.320.000)	-
Provisões para perda de investi em atletas	(3.363.855)	-
Total	**(26.407.949)**	**(9.841.859)**
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ / CSLL	**(23.946.257)**	**(4.262.158)**
IRPJ / CSLL diferidos passivos – reversão (provisão	1.973.420	-
IRPJ / CSLL diferidos ativos – provisão	6.169.307	1.445.542
Lucro (prejuízo) do exercício	**(15.803.530)**	**(2.816.616)**

Diretoria
. Marcus Vinicius Fernandes Vieira
. Diego Alves Amaral
Contador
. Ronaldo Nunes Faria
CRC/MG 018971/0-2

BRASIF S/A EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO

CNPJ.: 52.226.073/0001-08

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs. Acionistas, cumprindo as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da empresa relativos aos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020, respectivamente. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Levantados em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	2021	2020
Circulante	**231.385**	**175.766**
Caixa e equivalentes de caixa	78.309	67.893
Contas a receber de clientes	50.108	44.379
Estoques	80.709	54.879
Impostos a recuperar	19.696	3.123
Imposto de renda e contribuição social a compensar	319	409
Outras contas a receber	2.244	5.083
Não circulante		
Realizável a longo prazo	35.547	35.597
Ativo fiscal diferido	35.056	34.722
Depósitos judiciais	491	875
Investimento	**96.142**	**90.163**
Investimentos	57.034	57.021
Imobilizado	32.880	23.695
Intangível	6.228	9.448
Total do Ativo	**363.074**	**301.525**

PASSIVO	2021	2020
Circulante	**179.776**	**141.949**
Empréstimos e financiamentos	19.699	14.280
Fornecedores	128.949	100.464
Salários, férias e encargos sociais	9.979	12.614
Impostos e contribuições a recolher	2.271	1.835
Outras contas a pagar	18.878	12.757
Não circulante	**20.488**	**28.962**
Empréstimos e financiamentos	16.790	24.695
Provisão para perdas com processos judiciais	3.698	4.267
Patrimônio Líquido	**162.810**	**130.614**
Capital social	113.933	113.933
Reserva de lucros	48.877	16.681
Total do Passivo	**363.074**	**301.525**

DIRETORIA:
Glauber José Biazotto Gonçalves - Diretor
Gustavo de Avelar Vaz Rodrigues - Diretor

CONTADOR:
Alexander de Carvalho
Contador CRC/SP 194740/O-1

Demonstrações de Resultado Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Receita operacional líquida	920.052	589.518
Custo dos produtos vendidos	(744.777)	(503.213)
Lucro Bruto	**175.275**	**86.305**
Despesas com vendas	(37.404)	(25.419)
Despesas administrativas e gerais	(62.964)	(42.710)
Perda de crédito esperada	244	190
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	13.647	68
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**88.798**	**18.434**
Receitas financeiras	10.603	1.706
Despesas financeiras	(3.673)	(4.626)
Resultado financeiro líquido	**6.930**	**(2.920)**
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	14	5.627
Resultado antes dos impostos	**95.742**	**21.141**
Imposto de renda e contribuição social	(23.546)	(6.526)
Resultado do exercício	**72.196**	**14.615**

Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020

(Em milhares de reais)	2021	2020
Resultado do exercício	72.196	14.615
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**72.196**	**14.615**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de Incentivos Fiscais	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**113.933**	**696**	**9.230**	**–**	**(1.214)**	**122.645**
Resultado do exercício	–	–	–	–	14.615	14.615
Destinações:						
Constituição da reserva legal	–	732	–	–	(732)	–
Reserva de Lucro para Investimento	–	–	6.023	–	(6.023)	–
Dividendos pagos	–	–	–	–	(6.646)	(6.646)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**113.933**	**1.428**	**15.253**	**–**	**–**	**130.614**
Resultado do exercício	–	–	–	–	72.196	72.196
Destinações:						
Constituição da reserva legal	–	3.610	–	–	(3.610)	–
Reserva de Lucro para Investimento	–	–	22.765	–	(22.765)	–
Reserva de Incentivos Fiscais	–	–	–	5.821	(5.821)	–
Dividendos pagos	–	–	–	–	(40.000)	(40.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**113.933**	**5.038**	**38.018**	**5.821**	**–**	**162.810**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	**72.196**	**14.615**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(334)	1.985
Provisão para perda de crédito esperada	381	189
Depreciação	2.067	6.619
Amortização	3.247	1.315
Valor residual ativo imobilizado e intangível baixado	(5.718)	–
Encargos financeiros sobre empréstimos bancários e variação cambial	2.450	1.007
Provisão para perda estoque	559	817
Créditos Fiscais PIS e COFINS sobre a base de cálculo do ICMS	(18.990)	–
Provisão para perdas com processos judiciais	229	(1.476)
Equivalência patrimonial	(14)	(5.627)
	56.073	**19.444**
Variações nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(6.110)	1.502
Impostos a recuperar	2.507	205
Estoques	(26.389)	(6.949)
Outras contas a receber	2.840	413
Depósitos judiciais	383	178
Variações nos passivos operacionais		
Fornecedores	28.485	17.412
Salários e encargos sociais	(2.635)	8.397
Outros impostos e contribuições a recolher	24.142	3.622
Outras contas a pagar	6.093	3.817
Provisões trabalhistas	(798)	(1.021)
Impostos pagos sobre o lucro	(23.706)	(4.541)
Fluxo de caixa originado (usado nas) das atividades operacionais	**60.885**	**42.479**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado/intangível	(5.534)	(12.718)
Fluxo de caixa originado (aplicado) das atividades de investimentos	**(5.534)**	**(12.718)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes de novos empréstimos - Terceiros	5.287	30.000
Pagamento de principal - Terceiros	(7.778)	(10.000)
Recebimento de partes relacionadas	–	18.067
Pagamento de dividendos	(40.000)	(10.606)
Pagamento de juros - Terceiros	(2.444)	(994)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(44.935)**	**26.467**
(Redução)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**10.416**	**56.228**
Caixa e equivalentes de caixa em 1o de janeiro	67.893	11.665
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	78.309	67.893

As Demonstrações Financeiras completas junto com suas Notas Explicativas e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes KPMG Auditores Independentes, encontram-se à disposição na sede da Companhia.

CONHECIMENTO

Fiemg lança o projeto "Imersão Indústria"

Iniciativa lançada pela entidade mineira compreende uma série de eventos que visa fomentar o ambiente de negócios

EMELYN VASQUES

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) está iniciando um novo programa cujo objetivo é promover o debate de temáticas que se relacionam com a criação de um ambiente de negócios mais favorável no Estado. O 'Imersão Indústria', como foi batizado, teve sua estrutura pensada como uma plataforma de eventos de grande porte que irão reunir, a partir de 19 e 20 de maio, profissionais do direito e do setor energética, pequenas e micro empresas em uma feira e até mesmo presidenciáveis, sendo a programação pensada para a troca de conhecimento técnico e desenvolvimento cidadão.

Conforme explica a superintendente da Fiemg, Érika Morreale Diniz, o escopo do Programa foi desenhado a partir de um novo momento da economia que está se formando após a pandemia da Covid-19 e as recentes flexibilizações que impactam na vida social. A exemplo disso, serão discutidas as questões trabalhistas que surgiram com a intensificação das atividades em regime remoto - o *home office* - e que ainda não tem instrumentos jurídicos que respondem às dúvidas que nascem nas relações de empresas e trabalhadores.

Mas não é só: Morreale lembra que a iniciativa nasce da vontade da Federação de consolidar sua participação e protagonismo na sociedade mineira e de projetar Minas como celeiro de saberes e soluções para a indústria. "Essa é uma iniciativa que busca posicionar a Fiemg como uma entidade formadora. Nós queremos promover Minas Gerais como um polo de conhecimento técnico. As pessoas não precisam viajar para outros estados para ter acesso a conhecimentos específicos, queremos alcançar esse público com o Programa", afirma a superintendente.

Segurança jurídica - Para isso, a Fiemg realiza entre 19 e 20 de maio o Congresso de Direito Empresarial e uma aula magna com a participação do ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, para debater, principalmente, questões relacionadas à segurança jurídica.

Segundo Érika Morreale, essa é uma das questões-chave para que investidores decidam alocar recursos em um País e Estado, uma vez que as empresas buscam ambientes seguros e com garantias de que as leis e instrumentos jurídicos não sejam constantemente mutáveis.

Meio ambiente, convenções coletivas - com a participação de empresas e representantes dos trabalhadores - e a energia também serão temas tratados no âmbito do Imersão Indústria. "As pessoas e as indústrias estão sentindo tanto o aumento da energia, e nós queremos trazer as formas de economia que estão ao alcance de todos e que fomentam uma redução importante nas contas", aponta Morreale, que indica, ainda, que este é um tema com importante apelo para a participação social.

RAFAEL TOMAZ

Érika Morreale: questões trabalhistas que surgiram com a intensificação do *home-office* estão entre os temas que serão discutidos

Encontro com presidenciáveis - Em agosto, o Programa pretende trazer os três presidenciáveis que estiverem à frente das pesquisas de intenção de votos, ocasiões em que a Fiemg também espera promover importante debate e integração do público de forma apartidária. "Nós pretendemos também levar e propor melhorias e demandas para o ambiente de negócios nessas oportunidades", destaca a superintendente da entidade.

> "Essa é uma iniciativa que busca posicionar a Fiemg como uma entidade formadora. Nós queremos promover Minas Gerais como um polo de conhecimento técnico"

Paralelamente aos seminários que ocorrerão ao longo do ano e até mesmo no pós-eleição, a entidade também irá promover a segunda edição da Capacitação Política. Com o sucesso da primeira edição, realizada em março deste ano, a entidade repete a oportunidade com o mesmo objetivo de preparar industriais e sociedade civil para entender o processo político e conceitos democráticos.

Serviço - As inscrições para a participação no 1º Congresso Direito Empresarial estão disponíveis por meio da plataforma Sympla.

SINDIJORI
Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

DC INTEGRA MINAS

O DC, em parceria com o Sindijori-MG, mantém um espaço de interação com os municípios mineiros através de seus veículos associados. A coluna Integra Minas é publicada às sextas-feiras no DC e tem o objetivo de aproximar questões que impactam o ambiente econômico e empresarial do Estado em uma via de mão dupla, trazendo e levando informações criando uma rede que "Integra Minas".

Paraíso amplia Mercado

O Mercado Central, um dos mais tradicionais pontos comerciais de São Sebastião do Paraíso, está preparando uma série de mudanças e inovações que pretende adotar nos próximos meses. Entre as principais medidas está a ampliação da loja matriz, cujas obras já estão em andamento a todo vapor com a expectativa de que as novas instalações sejam entregues no final deste ano. Também está sendo preparada a adoção de novos conceitos e identidade visual que farão parte da marca da empresa. **(Jornal do Sudoeste – São Sebastião do Paraíso)**

Sicoob inaugura Centro Administrativo

Realizando um marco de expansão e proximidade com o cooperado, a Sicoob Aracredi inaugura o Centro Administrativo que leva o nome do Dr. Reinaldo Caetano, personalidade que sempre atuou de maneira ativa na criação de diversas entidades de Araguari e região, entre elas a fundação da cooperativa. São quase três décadas de histórias, desafios e vitórias. Neste tempo o Sicoob Aracredi cresceu e se desenvolveu, hoje são quase 10 mil cooperados ativos, unidos pelo espírito do cooperativismo, que é o instrumento mais perfeito de organização da sociedade e ao mesmo tempo, um sistema de organização social e econômico. **(Gazeta do Triângulo – Araguari)**

Município investe em energia solar

O início das obras de implantação de sistema de energia solar nos prédios de órgãos públicos do município de Entre Folhas aconteceu na sexta-feira (22). O projeto, avaliado em R$ 545 mil, prevê a instalação de 160 placas fotovoltaicas, distribuídas em duas usinas, localizadas no Centro Esportivo Mauro Lopes e no Centro Municipal de Educação Infantil Dulce Paiva (CMEI). O parque solar é financiado com recursos de arrecadação do Município e deve ser inaugurado na próxima semana. **(Diário de Caratinga – Caratinga)**

Unimontes busca novos avanços

Com investimentos históricos no valor de R$ 71 milhões em 2021, a Unimontes reforça o canal de diálogo com o Governo do Estado de Minas Gerais em busca de novos avanços, investimentos e melhorias da infraestrutura. Em audiência com o governador Romeu Zema, em Belo Horizonte, o reitor Antonio Alvimar Souza, acompanhado da vice-reitora, Ilva Ruas de Abreu, ampliou o diálogo com o governo e reforçou demandas da instituição, enfatizando a necessidade de ampliar o atendimento às demandas reprimidas por décadas. O governador destacou a importância da Unimontes nos cenários estadual e nacional e reforçou o compromisso de investir mais na instituição. **(Gazeta Norte-Mineira – Montes Claros)**

Prefeitura recupera Uninorte

Um espaço mais amplo, revitalizado e repleto de cores. Os moradores do Setor Norte da cidade contam com serviços de saúde básicos em uma estrutura nova e acolhedora. A Prefeitura de Araxá reinaugurou a Unidade Básica de Saúde Norte (Uninorte), no bairro Urciano Lemos. A obra teve um investimento de R$ 1.491.772,01, com serviços de reforma, troca de telhado, pintura geral, novos pisos, portas e revestimento, restauração da parte hidráulica e elétrica, além de adaptação de acessibilidade em todo o prédio. **(Correio de Araxá – Araxá)**

Festival de doces em São Lourenço

Os apaixonados por doces mineiros já têm um destino certo para visitar durante o mês de junho. A cidade de São Lourenço irá sediar a 4ª edição do "Doces Minas – Festival Mineiro de Doces", entre os dias 16 e 19 de junho. Durante os três dias do evento, o público poderá aprender e degustar receitas especiais em aulas gastronômicas, no espaço "Quitandas de Minas", ou ainda participar da prosa na beira do tacho de cobre, vivenciando a produção de doce artesanal. A programação contará também com apresentações musicais, gratuitas e abertas ao público. **(Jornal Panorama – Baependi)**

Araguari tem projetos de desenvolvimento

A Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Araguari (Adesa) foi criada há mais de 20 anos e nos últimos tempos esteve inativa. Desde janeiro de 2022, a agência conta com uma nova diretoria, que começou seus trabalhos com o objetivo de promover o desenvolvimento para a região e principalmente apoiar as entidades de classes. De acordo com a diretoria da Adesa, em 2022, a empresa está apurando quais são as associações existentes em Araguari e conversando com os seus diretores. **(Gazeta do Triângulo – Araguari)**

Obras do trem Rio-Minas devem começar

Iniciativa que há anos busca sair do papel para, enfim, entrar nos trilhos, o trem turístico Rio-Minas teve uma novidade promissora nos últimos dias. Segundo a presidente da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Amigos do Trem, Cyntia Nascimento Leite, as obras de reforma dos 37 quilômetros do trecho Três Rios-Sapucaia (RJ), passando pelo município mineiro de Chiador, devem ter início ainda em maio, pois começaram a chegar em Três Rios os insumos para as obras de infraestrutura e superestrutura. O serviço deve ter duração de seis meses, o que permitiria iniciar as atividades do trem Rio-Minas um mês depois, em dezembro. **(Tribuna de Minas – Juiz de Fora)**

IF oferece curso de robótica para alunos

Estudantes da Rede Pública de Ensino de Poços de Caldas, a partir dos 7 anos de idade, podem conhecer o mundo da robótica, com o projeto LabMaker Móvel, do Instituto Federal do Sul de Minas, que está estacionado nas imediações da Secretaria Municipal de Promoção Social, no prédio anexo ao Terminal Rodoviário. Ainda dá tempo de se inscrever. O curso é de graça. **(Poços Com – Poços de Caldas)**

GSA Alimentos em Ouro Preto

A empresa vencedora do processo de licitação do galpão em Cachoeira do Campo, GSA Alimentos, trouxe a sua matriz para o distrito, tornando-se oficialmente uma fábrica com sede em Ouro Preto. O ato se deu através da transferência do CNPJ para o município, o que formaliza a chegada do novo empreendimento. Essa foi uma das primeiras ações concretizadas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia e que reforça o compromisso da atual gestão em gerar emprego e renda para a população ouro-pretana. **(O Liberal – Ouro Preto)**

VAREJO

Supermercados ABC planeja inaugurar 12 lojas neste ano

Somente em Uberlândia aporte soma R$ 117 mi

DIVULGAÇÃO

Rede supermercadista sediada em Divinópolis vai totalizar 70 pontos de vendas em diferentes regiões de Minas

MARA BIANCHETTI

O Supermercados ABC, de Divinópolis (Centro-Oeste), vai abrir 12 lojas em 2022. Quatro já foram inauguradas e outras oito serão abertas até o fim do exercício, totalizando 70 pontos de vendas em diferentes regiões de Minas Gerais. Triângulo, Sul, Alto Paranaíba, Noroeste e Central estão entre os destinos das novas unidades, sendo cinco cidades inéditas. Também serão gerados 2,2 mil empregos diretos, levando a rede a empregar 9,7 mil pessoas no Estado.

Atualmente, o grupo está presente em 41 municípios mineiros. Uberlândia, no Triângulo, está entre os destinos em que a rede já está presente e pretende expandir suas operações. Sob investimentos de R$ 117 milhões, o ABC vai instalar mais cinco supermercados na cidade entre este e o próximo exercício. A previsão é que mil empregos diretos sejam gerados.

De acordo com o diretor comercial do ABC, Thulio Fernandes Martins, o projeto consolida a atuação em Uberlândia. Segundo ele, a rede já conta com quatro lojas em operação e as demais estarão em funcionamento até 2023.

"Uberlândia é um município muito representativo para o desenvolvimento do Estado e acreditamos muito no potencial da região. Estamos em mais de oito municípios diferentes entre o Triângulo e o Alto Paranaíba e queremos reforçar ainda mais nossa presença nestes locais", conta.

O prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão (PP), ressalta o ambiente propício para o desenvolvimento de novos negócios encontrado pela empresa. Ele também afirma que a prefeitura será parceira e irá ajudar o grupo a prospectar fornecedores na cidade, gerando ainda mais oportunidades de negócios. "Também auxiliaremos na busca pela mão de obra e treinamentos", garante.

> "Estamos em mais de oito municípios diferentes entre o Triângulo e o Alto Paranaíba e queremos reforçar ainda mais nossa presença nestes locais"

Odelmo Leão frisa que a política pública local de atração de investimentos visa trabalhar com empresas que agreguem não apenas com produtos e serviços de qualidade, mas também com geração de empregos e valorização da produção local. "Da nossa parte, continuamos trabalhando para que o serviço público seja um facilitador", completa.

Inflação nos supermercados - Com 62 supermercados de atacado e varejo em diferentes cidades de Minas Gerais, a rede tem trabalhado fortemente para driblar os índices inflacionários que acometem diversos setores, especialmente o ramo alimentício no País. Para isso, conforme Martins, as negociações com os fornecedores são uma constante.

"A gente sabe que essa questão não depende apenas do fornecedor, mas de toda a cadeia produtiva, que foi impactada mundo afora pela pandemia de Covid-19 e pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Mas temos nos esforçado para sermos mais competitivos e repassar o mínimo de reajustes para o consumidor final, seja ele pessoa física ou jurídica. Para isso, as margens estão cada vez mais apertadas", revela.

De toda maneira, os resultados da rede de supermercados seguem satisfatórios. Segundo o diretor, o ABC encerrou 2021 com crescimento na casa dos dois dígitos e a expectativa é manter o ritmo em 2022.

PETRÓLEO

Em meio ao encarecimento dos combustíveis, Petrobras reporta lucro de R$ 44,5 bi

Rio - A Petrobras reportou lucro líquido de R$ 44,56 bilhões referente ao primeiro trimestre, uma disparada ante o valor de R$ 1,167 bilhão obtido um ano antes, em meio a preços mais altos do petróleo e derivados, conforme balanço financeiro divulgado ontem.

O resultado também superou em 41,4% o lucro visto no quarto trimestre do ano passado, quando somou R$ 31,5 bilhões, com maior produção e exportação de petróleo, menores custos com importação de Gás Natural Liquefeito (GNL), ganhos cambiais devido à valorização do real frente ao dólar e os preços do petróleo e de derivados mais altos no período.

O resultado superou as projeções de analistas consultados em pesquisa da Refinitiv, que indicavam R$ 43,48 bilhões.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado atingiu R$ 77,71 bilhões, contra estimativa de R$ 76,3 bilhões. Nos três primeiros meses do ano passado, o montante ficou em R$ 48,9 bilhões.

Já a receita de vendas avançou 64,4% na comparação anual, para R$ 141,6 bilhões. As vendas de diesel somaram R$ 38,8 bilhões, com alta de 54,5% na mesma comparação, e as de gasolina dispararam 75,3%, para R$ 19,4 bilhões, em meio a preços mais altos dos produtos.

Na semana passada, a empresa havia informado uma queda de apenas 2,1% no volume vendido de diesel ante o mesmo período do ano passado, o que indica o impulso dos preços nos ganhos com o combustível mais vendido pela empresa. **(Reuters)**

ENTREVISTA: EVALDO VILELA

#juntosporminas INOVAÇÃO

SANDRA CARVALHO,
especial para o DC

Considerado o "guru" da ciência e da inovação no Brasil, Evaldo Vilela, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 2020, entende que passou da hora de o País desenvolver um grande projeto nacional de desenvolvimento tecnológico. Segundo ele, as políticas públicas para o setor não são e nunca foram suficientes para transformar ciência e inovação em desenvolvimento econômico e social.

O caminho para isso passa pela ampliação do financiamento público (federal e estaduais) para o setor, pela criação de leis que desburocratizem a inovação; pela ampliação da oferta de crédito a juros baixo para quem desenvolve inovação e pela melhora no diálogo entre pesquisadores e empresários. "Precisamos exportar tecnologias", frisou Vilela em entrevista concedida ao DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Em relação a Minas Gerais, o cientista destacou que o Estado tem um importante ecossistema em formação, que vem se fortalecendo através de políticas públicas desenvolvidas desde 2003 e parcerias com o setor privado, mas que "nenhum ecossistema no País está consolidado".

Enfatizou também sobre a importância de levar planejamento, recursos e infraestrutura para regiões carentes, como o Norte de Minas, e fazer do desenvolvimento tecnológico uma ferramenta de transformação social, pois "talentos nascem em todos os lugares".

Mineiro de Campo Belo, Vilela é formado em agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde foi reitor. É mestre em Entomologia pela USP e doutor em Ecologia pela Universidade de Southampton, na Inglaterra. Foi presidente da Sociedade Entomológica do Brasil e da Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária. Foi diretor da Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), secretário-adjunto de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais e presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). É membro titular da Academia Brasileira de Ciências e foi presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

A entrevista a seguir compõe a segunda de uma série de quatro reportagens semanais sobre inovação tecnológica, do projeto #JuntosPorMinas, do DIÁRIO DO COMÉRCIO. O projeto aborda desafios e gargalos do Estado que podem ser transformados em oportunidades de crescimento econômico e inclusão.

Brasil precisa estruturar e priorizar um grande projeto de inovação para crescer

Qual é hoje o maior desafio da inovação no País?

No plano maior, estratégico: falta um plano de desenvolvimento para o País com base no conhecimento e na inovação. O Brasil precisa priorizar a ciência, que gera os conhecimentos para criar as novas tecnologias que alimentarão o processo de inovação tecnológica feito pelo Brasil ("made in Brazil"), que deve ser consequência de políticas da nação brasileira. Um país precisa ter foco, priorizar seus esforços para que o essencial possa acontecer. E desenvolvimento é essencial. Na prática, falta financiamento público (federal e estaduais) para incentivar a inovação como política de substituição das importações de base tecnológica. Precisamos exportar tecnologias e fazer inovação para gerar os sonhos emprego e renda. E soberania tecnológica!

O senhor considera as políticas públicas e recursos destinados ao setor de inovação tecnológica satisfatórios?

Não são e nunca foram satisfatórios para promover a inovação tecnológica, exatamente porque não temos o desejo de ser um país inovador nas empresas e indústrias, apesar do nosso potencial e necessidades.

Um dos desafios apontados por especialistas em inovação é o déficit de mão de obra, principalmente profissionais de TI e engenharia de produção, que é mundial. Qual seria a solução?

Concordo que faltam pessoas capacitadas, apesar de termos talentos em quantidade na nossa juventude, mas que estão sendo mal instruídos, infelizmente. Claro que temos um excelente trabalho de capacitação profissional feito pelo "Sistema S", mas ainda muito insuficiente para o País. A solução é uma forte parceria público-privada, articulada pelos governos, em nível federal e dos estados, capaz de encaminhar soluções de curto e longo prazo, duradouras no campo da educação tecnológica, com foco na profissionalização e na empregabilidade. Mas não pode ser apenas mais uma ação, tem que ser "a" ação, criando oportunidade para os jovens brasileiros e para a indústria inovadora.

É possível fazer inovação sem investimento público?

Claro que não, porque inovação envolve riscos tecnológicos, que o empresário não vai correr. Em todo o mundo, riscos da transformação de conhecimento novo em tecnologia e inovação são bancados com recursos públicos, dos impostos. Para os empresários cabe arcar com os riscos advindos do mercado, da possibilidade do produto, processo ou serviço inovador não dar certo como previsto, não faturar como planejado.

Onde estão hoje os celeiros tecnológicos do País e como Minas Gerais figura nesse cenário?

Naturalmente, o Estado de São Paulo ocupa o primeiro lugar, por ter um plano consistente e permanente, desde a sua Constituição de 1937, de apoio permanente e crescente à ciência e à inovação, bem como a atração de empresas e indústrias inovadoras, inclusive de centros de P&D. Na sequência, despontam Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná. Santa Catarina se destaca com uma forte atuação do setor empresarial. O Paraná tem feito grandes avanços no ensino superior, na ciência e tecnologia e na inovação, com reflexos importantes na economia do Estado. Minas tem um ecossistema de ciência e tecnologia de inovação que vem se fortalecendo muito desde 2003, com o fortalecimento da Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) como importante agência de fomento, aliado ao esforço da Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) e a atuação cada vez maior das universidades mineiras em estabelecer importantes parcerias com empresas inovadoras. Ressalto os avanços da UFMG, com atuação marcante na promoção da inovação com empresas, contando para isso com um Núcleo de Inovação Tecnológica (CTiT) muito bem estruturado, assim como o Parque Tecnológico BHTec, abrigando excelentes projetos de inovação. Destaca-se, ainda, a PUC Minas e, no interior, as universidades federais de Viçosa, Lavras, Itajubá, Juiz de Fora e outras, que apoiando excelentes pesquisadores, estudantes e empresários empreendedores, tornam o Estado um *player* importante na inovação no Brasil. Minas criou o Simi (Sistema Mineiro de Inovação), temos o Movem (Movimento pela Inovação), que tem articulado o ecossistema.

O senhor considera o ecossistema de inovação em Minas Gerais consolidado?

Nenhum ecossistema de inovação no País pode se considerar consolidado. Ainda temos muito que aperfeiçoar com relação aos mecanismos de transbordamento do conhecimento para o produto inovador, ou seja, como vencer o chamado "vale da morte", que é onde as ideias morrem antes de chegar ao mercado, por vários motivos, que precisam ser dinamicamente atualizados, o que ainda não acontece em nosso ecossistema. É preciso avançar e muito pelo benefício de Minas.

Como levar inovação para regiões carentes do Estado, como o Norte de Minas?

Criar e manter ambientes de inovação para regiões mais carentes do Estado faz muito sentido, uma vez que talentos nascem em todos os lugares. E, quando criados junto a grandes necessidades econômicas ou culturais, a criatividade pode desenvolver soluções locais que podem gerar inovações únicas e muito relevantes. Só é preciso ter a real dimensão da necessária infraestrutura e apoio com recursos. É preciso, no entanto, planejar e investir adequadamente. Há exemplos muito bem-sucedidos em várias partes do mundo.

DIVULGAÇÃO

> "Nenhum ecossistema de inovação no País pode se considerar consolidado. Ainda temos muito o que aperfeiçoar em relação aos mecanismos de transbordamento do conhecimento para o produto inovador".

Como avalia as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado?

Nas duas últimas décadas, tem havido um esforço nunca visto antes para promover a ciência, tecnologia e inovação em prol do desenvolvimento de Minas Gerais. A partir de 2006, os governos mineiros, em maior ou menor grau, fortaleceram a Fapemig, destinando recursos significativos para o apoio a projetos e programas, que contribuíram e contribuem para a consolidação de uma comunidade mineira de Ciência e Tecnologia. Implantaram, ainda, programas para articular a inovação no Estado, como o Simi, o Seed e apoiaram muitos outros de incentivo a *startups*. Movimentos capazes de ampliar as parcerias entre universidades e empresas são fundamentais para alavancar uma nova economia mineira, baseada em conhecimento inovador. E é preciso articular ainda mais as iniciativas mineiras aos programas federais, como aqueles da economia lançados pela Finep e CNPq.

Como conscientizar micro e pequenos empresários sobre a importância da Inovação?

O Sebrae já faz um excelente trabalho de levar inovação para micro e pequenos empresários, com foco na capacitação para empreender, consultoria e mecanismos para conscientizar sobre negócios inovadores. Duas questões são fundamentais para ampliar os negócios inovadores no Brasil. Primeiro, crédito e juros baixos para o segmento, já que os juros no Brasil são proibitivos a quem deseja empreender, inovar. Em segundo, reduzir a burocracia para quem quer fazer negócios, incluindo leis favoráveis à inovação no País. Atualmente, juros altos, leis e burocracia excessiva impedem a inovação para micro e médias empresas. O Brasil precisa resolver estas questões urgentemente.

E os grandes empresários? Já têm essa consciência?

Grandes empresários preferem importar produtos novos para vender no bom mercado brasileiro. Correm menos riscos. É preciso favorecer a inovação no País, está passando da hora de termos um grande projeto nacional para criar aqui uma base tecnológica para produtos inovadores para a saúde, agronegócio, etc. Nossa dependência atual de medicamentos – veja o caso da Covid -, de fertilizantes para agricultura, de chips para a indústria compromete o presente e futuro do Brasil.

Pessoas que trabalham com inovação tecnológica relatam a percepção, muitas vezes, de uma dificuldade de diálogo entre pesquisadores e empresários. Às vezes, por questões de *timing-to-market* (tempo gasto no processo de desenvolvimento de um produto, desde sua concepção até a hora de anunciá-lo para os clientes), às vezes, por nivelamento de vocabulário, entre outros motivos. Enfim, o que o senhor sugere para facilitar o alinhamento de interesses entre academia e mercado em prol da construção de uma agenda positiva do setor?

O diálogo entre pesquisadores e empresários é sim uma questão que precisa ser mais trabalhada, porque é chave para o processo de inovação. A inovação acontece no mercado, onde vira nota fiscal, e isso depende do empresário. O conhecimento tecnológico inovador depende do pesquisador e são dois mundos com perspectivas e linguagens diferentes. Mas essa questão tem melhorado, até por conta da necessidade do pesquisador de conseguir mais recursos para suas pesquisas, e dos empresários de aumentar sua competitividade no mercado. Ambientes de inovação frequentados de alguma maneira pelos dois facilitam a aproximação e o diálogo. No mundo todo, ambientes de inovação são prestigiados para o estabelecimento de agendas positivas, onde questões como o *timing-to-market* é combinado realisticamente e fica amenizado.

Como transformar inovação em desenvolvimento econômico e social? O Brasil está no caminho certo?

Políticas públicas bem organizadas e uma série de outras medidas são necessárias para transformar a inovação gerada em benefício da sociedade. Inserir o produto ou o serviço inovador no mercado não é trivial. Envolve riscos que podem levar uma boa ideia ou produto ao fracasso. O apoio de investidores e dos diferentes níveis de governos são cruciais, particularmente, para inovações disruptivas. Mas a inovação é absolutamente mandatória para os estados ou países que almejam o crescimento e o desenvolvimento econômico e social para sua população. O tema é complexo e exige mais discussão. O Brasil precisa ainda priorizar a inovação como prioridade absoluta para seu crescimento. Temos feito boas iniciativas, mas ainda falta caminhar muito.

M.I. Montreal Informática S/A.

CNPJ: 42.563.692/0001-26

Relatório da Administração

1. Introdução: Apresentamos a seguir o Relatório da Administração da M. I. Montreal Informática S.A. referente ao exercício de 2021.
2. Resultados Relevantes:
2.1 Os resultados no período: A M. I. Montreal Informática S.A. teve um exercício de 2021 ainda afetado pela pandemia COVID-2019, tendo demandado atuação da administração para revisão de custos e oportunidades para ganhos de eficiência e melhoras de margem. A despeito desse cenário, as projeções da administração foram alcançadas, tendo apresentado lucro de R$ 6.674 milhões no exercício de 2021. O Patrimônio Líquido totalizou R$ 117.471 milhões no final deste exercício.
Contexto e Perspectivas: A inflação acumulada em 12 meses medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 em 10,06%. O PIB cresceu 4,6% em 2021. A Companhia continua realizando investimentos em infraestrutura, renovação de equipamentos e em tecnologia, de forma a alcançar ganhos de eficiência e resultado.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.963	46.728	28.801	53.080
Impostos a recuperar	5	11.438	6.393	13.461	9.129
Estoque de mercadorias		1.580	1.674	1.580	1.674
Contas a receber	6	39.133	57.936	42.666	65.932
Adiantamentos e despesas antecipadas	7	8.572	10.397	8.708	10.496
		85.686	123.128	95.216	140.311
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber LP	6	81.385	41.092	109.463	62.774
Depósitos, cauções e outros.		990	898	2.189	2.123
Outros créditos		-	87	-	87
		82.375	42.077	111.652	64.984
Participações em controladas	8	24.398	22.933	-	-
Imobilizado	9	33.842	32.612	35.884	33.634
Intangível	10	3.592	3.917	3.685	3.975
		37.434	36.529	39.569	37.609
Total do ativo		229.893	224.667	246.437	242.904

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar	11	17.331	9.911	18.225	10.633
Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	12/14	35.045	30.067	37.646	33.191
Empréstimos e financiamentos	13	22.427	25.995	28.074	30.058
		74.803	65.973	83.945	73.882
Não circulante					
Passivos contingentes	14	5.052	5.831	6.198	6.985
Empréstimos e financiamentos LP	13	29.070	34.690	34.290	42.623
Obrigações fiscais	12	3.497	5.151	4.504	6.363
		37.619	45.672	44.992	55.971
Total do passivo		112.422	111.645	128.937	129.853
Patrimônio líquido					
Capital social	20 (a)	10.105	10.105	10.105	10.105
Reserva de lucros	20 (b)	107.366	102.917	107.366	102.917
		117.471	113.022	117.471	113.022
Participação de não controladores				29	29
Total do patrimônio líquido		117.471	113.022	117.500	113.051
Total do passivo e patrimônio líquido		229.893	224.667	246.437	242.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019	10.105	2.021	79.797	-	91.923	29	91.952
Lucro líquido do exercício			-	25.222	25.222		25.222
Outros resultados abrangentes			(74)		(74)		(74)
Total do resultado abrangente do exercício	10.105	2.021	79.723	25.222	117.071	29	117.100
Ações em tesouraria							
Distribuição de dividendos			(4.049)		(4.049)		(4.049)
Constituição de reserva (nota 20b)			25.222	(25.222)	-		
Em 31 de dezembro de 2020	10.105	2.021	100.896	-	113.022	29	113.051
Lucro líquido do exercício				6.674	6.674		6.674
Outros resultados abrangentes			(1.325)		(1.325)		(1.325)
Total do resultado abrangente do exercício	10.105	2.021	99.571	6.674	118.371	29	118.400
Ações em tesouraria							
Distribuição de dividendos			(900)		(900)		(900)
Constituição de reserva (nota 20b)			6.674	(6.674)			
Em 31 de dezembro de 2021	10.105	2.021	105.345	-	117.471	29	117.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Operações continuadas					
Receita de vendas e serviços	15	246.663	271.268	267.302	306.307
Custo de vendas e serviços	16	(204.927)	(208.783)	(225.066)	(242.680)
Lucro bruto		41.736	62.485	42.235	63.627
Despesas com pessoal	17	(20.704)	(19.804)	(22.891)	(20.883)
Despesas gerais e administrativas	18	(15.333)	(14.368)	(15.741)	(14.621)
Outras receitas e despesas líquidas		4.673	5.409	3.839	3.777
Lucro operacional		10.372	33.722	7.442	31.900
Receita financeira		2.350	3.222	6.157	5.482
Despesa financeira	19	(6.048)	(5.558)	(6.926)	(5.996)
Despesas financeiras líquidas		(3.698)	(2.336)	(769)	(514)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.674	31.386	6.674	31.386
Imposto de renda e contribuição social		-	(6.164)	-	(6.164)
Lucro líquido do exercício		6.674	25.222	6.674	25.222
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				6.674	25.222
Participação de não controladores				-	-
				6.674	25.222
Ações da Companhia em circulação no final do exercício				4.700	4.700
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da companhia				1,4200	5,3664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	6.674	25.222	6.674	25.222
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de períodos anteriores	(1.325)	(74)	(1.325)	(74)
Total do resultado abrangente do exercício	5.349	25.148	5.349	25.148
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			5.349	25.148
Participação de não controladores			-	-
			5.349	25.148
Ações da Companhia em circulação no final do exercício			4.700	4.700
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da companhia			1,1381	5,3506

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	6.674	25.222	6.674	25.222
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa				
Depreciação e amortização	6.323	3.563	6.982	3.946
Equivalência patrimonial	(1.466)	(1.573)	-	-
Ajuste de períodos anteriores	(1.325)	(716)	(1.325)	(74)
	10.206	26.496	12.331	29.094
(Aumento) /Redução sobre impostos a recuperar	(5.045)	(1.020)	(4.332)	(1.326)
(Aumento)/Redução sobre estoques de mercadoria	94	(76)	94	(76)
(Aumento) /Redução sobre contas a receber	(21.490)	(18.009)	(23.423)	(16.915)
(Aumento)/Redução sobre adiantamentos e despesas antecipadas	1.825	(2.961)	1.789	(2.951)
(Aumento)/Redução sobre outros créditos e outros valores a receber	87	253	87	253
(Aumento)/Redução sobre depósitos, cauções e outros	(92)	33	(66)	57
Aumento/ (Redução) dos fornecedores e outras obrigações	7.420	(1.700)	7.592	(2.339)
Aumento/(Redução) dos passivos contingentes	(779)	(502)	(789)	(410)
Aumento/(Redução) das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	3.324	(1.924)	2.597	(4.873)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(14.656)	(25.906)	(16.451)	(28.580)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Aquisição) /alienação de participações em controladas	-	-		-
(Aquisição) /alienação de ativo imobilizado e intangível	(7.726)	(1.050)	(8.942)	(1.422)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(7.726)	(1.050)	(8.942)	(1.422)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento/ (Redução) dos empréstimos e financiamentos	(9.188)	25.635	(10.318)	32.027
Dividendos pagos no período	(900)	(4.049)	(900)	(4.049)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(10.088)	21.586	(11.218)	27.978
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(21.765)	21.126	(24.279)	27.070
Caixa e equivalentes de caixa e contas garantidas no início do exercício	46.728	25.602	53.080	26.010
Caixa e equivalentes de caixa e contas garantidas no final do exercício	24.963	46.728	28.801	53.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A **M.I. Montreal Informática S.A,** (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") tem como objetivo operacional a prestação de serviços de tecnologia da informação, desenvolvimento, consultoria, planejamento, treinamento, integração de sistemas e soluções; infraestrutura de tecnologia, de projeto, gestão administração, operação e suporte técnico de data center, *help-desk, call-center* e de rede de comunicação; impressão eletrônica e atividades correlatas à produção de documentos impressos, inclusive documentos oficiais de identidade e habilitação; processamento de imagens, digitalização, micro filmagem, armazenamento de dados, biblioteconomia, guarda e gestão documental e *workflow* de negócios, *Business Process Management* **(BPM) e** *Enterprise Content Management* **(ECM)**, alocação de mão-de-obra técnica, locação, representação e licenciamento de software, comercialização de software e equipamentos, bem como outros serviços ligados à área de tecnologia da informação; fabricação, programação e desenvolvimento de software sistemas de informação, por encomenda, em regime de fábrica de software; gestão de contratos, intermediação, cobrança, terceirização de processos de negócios (BPO); implantação, operação e suporte a plataformas de identificação biométrica automatizadas, civis ou criminais públicas ou privadas e participação no capital de outras empresas.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas em vigor para as empresas de grande porte – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC´s). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir ativos financeiros, entre outros, mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações contábeis consolidadas e individuais:** As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e são divulgadas em conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas e as operações em conjunto com ou sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. **2.2. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio *(goodwill)*. Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *(impairment)* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **(c) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade e, também, a sua moeda de apresentação. **2.4. Apuração do Resultado:** O resultado é apurado segundo o regime de competência entre exercícios. **2.5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.6. Ativos financeiros: 2.6.1. Classificação -** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no seu reconhecimento inicial, sob as categorias ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o "Caixa e equivalentes de caixa", "Dividendos a receber", "Transações com partes relacionadas", "Contas a receber" e "Outros créditos". **2.6.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultados financeiros" no período em que ocorrem. **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4. *Impairment* de ativos financeiros. (a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **(b) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). **2.7. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.8. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. **2.9. Intangível: (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos. **(b) Relações contratuais com clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **2.10. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que este custo fará fluir benefícios econômicos futuros para a Companhia e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais, durante a vida útil estimada, como segue:

Edificações - 20-25 anos
Máquinas - 8-10 anos
Veículos - 3-5 anos
Móveis, Utensílios e Equipamentos - 8-10 anos.

Os valores residuais e a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. A companhia possui apólice de seguro nº 01180095808 junto a Mitsui Sumitomo Seguros com objetivo de garantir o imobilizado. **2.11. Empréstimos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12. Contas a pagar:** As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.13. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicação de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. **2.14. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.15. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. **2.16. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, perdas nos instrumentos financeiros derivativos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **2.17. Imposto de renda e contribuição social:** Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de Imposto de Renda, Contribuição Social e Adicional do Imposto de Renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Em 2021, a Companhia apurou imposto de renda e contribuição social, pelo regime de lucro real. Utilizamos, com o benefício da Lei 11.196/2005, incentivos fiscais com base nos projetos identificados internamente que geram melhor oportunidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico inovador. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 15% para o Imposto de Renda, 10% Adicional de Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa	121	186	205	273
Depósitos em conta corrente	658	984	1.252	1.203
Aplicação Financeira	23.879	45.363	26.930	50.349
Fundo fixo	13	14	22	21
Outros valores	292	181	392	1.234
	24.963	**46.728**	**28.801**	**53.080**

As aplicações financeiras são de curto prazo vinculadas a papéis de bancos de primeira linha com liquidez diária, isto é, prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Representam valores investidos lastreados em títulos privados ("CDB - Células de Créditos Bancários e Debêntures) emitidos por instituições financeiras com rentabilidade média atrelada à DI CETIP ("CDI"). As debêntures representam operações compromissadas, registradas na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos S.A ("CETIP"), vinculadas com garantia de recompra das instituições financeiras.

5. Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía saldo de impostos a recuperar no montante de R$ 13.461 (2019: R$ 9.129), conforme tabela abaixo:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRRF s/ Serviços Prestados	8.111	4.288	9.003	5.468
CSLL s/ Serviços Prestados	1.530	301	1.643	819
Outros Impostos	1.797	1.804	2.815	2.842
	11.438	**6.393**	**13.461**	**9.129**

6. Contas a receber

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante				
Contas a receber de clientes	30.627	45.408	33.433	50.181
Direitos a faturar	4.239	9.147	4.823	10.247
Outras contas a receber	360	16	360	16
Retenções contratuais	3.907	3.365	4.050	5.488
	39.133	**57.936**	**42.666**	**65.932**
Não circulante				
Contas a receber de clientes	81.385	41.092	109.463	62.774
	81.385	**41.092**	**109.463**	**62.774**
Total de contas a receber	**120.518**	**99.028**	**152.129**	**128.706**

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de contas a receber da Controladora incluíam contas vencidas há mais de 12 meses, no montante de R$ 81.385 (2020: R$ 41.092), parte deste valor está sendo cobrado judicialmente. Os advogados da Companhia entendem não haver possibilidade de perdas na realização dessas contas. Os valores a receber dos clientes em 31 de dezembro de 2021, estão distribuídos nos seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado
Vencidos a mais de 181 dias	87.147	116.969
Vencidos entre 91 e 180 dias	4.103	4.103
Vencidos até 90 dias	8.147	8.207
A vencer	12.615	13.617
	112.012	**142.896**

7. Adiantamentos e despesas antecipadas

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Adiantamentos a fornecedores	362	340	441	374
Adiantamentos a funcionários	314	329	354	380
Adiantamentos de numerários	63	20	76	24
Despesas antecipadas	7.833	9.708	7.837	9.718
	8.572	**10.397**	**8.708**	**10.496**

8. Participação em controladas

A empresa participa em 99,99% do capital social da **PC Service Tecnologia Ltda**, sendo que o valor de seu investimento em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 24.341 (2020: R$ 22.872). No exercício de 2021 foi registrado ganho de equivalência patrimonial no montante de R$ 1.469. A empresa participa em 70% do capital social da **Mcare Tecnologia Ltda**, sendo que o valor de seu investimento em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 57 (2020: R$ 61). No exercício de 2021 foi registrado perda de equivalência patrimonial no montante de R$ 4. No exercício de 2021 os investimentos tiveram uma variação de R$ 1.465 positiva.

9. Imobilizado de uso

A **M.I. Montreal Informática S.A,** efetuou em 2019 a análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado com base em critérios de comparabilidade de valor de mercado, conforme a Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Deliberação da CVM nº. 619, de 22 de dezembro de 2009, que aprova a interpretação técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 10 (CPC's).

Consolidado	Terrenos e edificações	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos	Imobilizações em curso e obras de arte	Direito de uso*	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2021	9.099	202	35.600	8	16.503	61.412
Adições (baixas)	294	-	4.566	43	3.977	8.880
Em 31 de dezembro de 2021	9.393	202	40.166	51	20.480	70.292
Depreciação e impairment acumulados						
Em 1º de janeiro de 2021	(4.938)	(202)	(16.819)	-	(5.819)	(27.778)
Depreciação anual	(303)	-	(2.196)	-	(4.131)	(6.630)
Em 31 de dezembro de 2021	(5.241)	(202)	(19.015)	-	(9.950)	(34.408)
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2021	4.161	-	18.781	8	10.684	33.634
Em 31 de dezembro de 2021	4.152	-	21.151	51	10.530	35.884

*Em atendimento a IFRS16 (Normas Internacionais de Contabilidade), os contratos de aluguel do grupo passaram a ser registrados nessa rubrica.

10. Intangível

Consolidado	Marcas e patentes	Benfeitorias	Softwares	Desenvolvimento de produtos	Concessões e contratos	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2021	103	628	6.381	275	426	7.813
Adições (baixas)	-	49	12	-	-	61
Em 31 de dezembro de 2021	103	677	6.393	275	426	7.874
Amortização e impairment acumulados						
Em 1º de janeiro de 2021	-	(628)	(3.210)	-	-	(3.838)
Amortização	-	(13)	(338)	-		(351)
Em 31 de dezembro de 2021	-	(641)	(3.548)	-		(4.189)
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2021	103	-	3.171	275	426	3.975
Em 31 de dezembro de 2021	103	36	2.845	275	426	3.685

11. Fornecedores e contas a pagar

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fornecedores	16.346	9.014	17.013	9.625
Valores apropriar	240	80	240	80
Outras contas a pagar	745	817	973	928
	17.331	9.911	18.226	10.633

Os vencimentos das obrigações com fornecedores e demais contas a pagar em 31 de dezembro de 2021, estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
A Vencer até 90 dias		
	17.331	18.226

12. Obrigações fiscais e trabalhistas

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante				
Remuneração	21.399	18.056	23.482	20.676
Encargos sociais	3.208	2.833	3.367	3.132
Impostos, taxas e contribuições	7.262	6.471	7.582	6.569
Retenções de terceiros a recolher	3.176	2.707	3.216	2.814
	35.045	**30.067**	**37.647**	**33.191**
Não circulante				
Obrigações fiscais	3.497	5.151	4.504	6.363
	38.542	**35.218**	**42.151**	**39.554**

Com o advento da Lei 12.546/2011, passamos a adotar o conceito da desoneração da folha de pagamento.

13. Empréstimos e financiamentos

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante				
Empréstimos bancários	14.714	20.833	17.715	23.819
Financiamentos	7.713	5.162	10.359	6.239
	22.427	**25.995**	**28.074**	**30.058**
Não circulante				
Empréstimos bancários	20.471	26.451	24.971	30.951
Financiamentos	8.599	8.239	9.319	11.672
	29.070	**34.690**	**34.290**	**42.623**
Total de empréstimos e financiamentos	**51.497**	**60.685**	**62.364**	**72.681**

Segue abaixo tabela com as captações do ano de 2021:

Item	Contraparte	Total R$ (000)	Moeda	Início	Vencimento	Taxa Ano	Período Pagamento	Garantia
(a)	Bradesco	9.500	R$	02-2021	02-2024	6,6760%+ CDI	Carência 6 meses / Mensal	Cessão fiduciária de recebíveis + Aval dos sócios.
(b)	Banco Fibra	5.000	R$	01-2021	08-2022	5,5356% + CDI	Carência 3 meses / Mensal	Aval dos sócios /aplicação financeira.
(c)	CEF	9.000	R$	08-2021	08-2024	2,6722%+ CDI	Carência 6 meses / Mensal	Aval dos sócios e cessão de direitos creditórios/ aplicação financeira.
(d)	Bco do Brasil	3.000	R$	06-2021	06-2024	3,800% + CDI	Carência 6 meses / Mensal	Aval dos sócios.

(a) Em 12 de fevereiro de 2021, a M.I Montreal Informática S.A. tomou empréstimo junto ao Banco Bradesco em moeda nacional no montante de R$ 9.500 com vencimento em 14 de fevereiro de 2024. O custo de captação foi uma taxa pré-fixada de 6,67% ao ano. Os juros e principal são amortizados mensalmente, sendo que o principal tem carência de 6 meses. Saldo em 31/12/2021: R$ 8.457. (b) Em 29 de janeiro de 2021, a M.I Montreal Informática S.A. tomou empréstimo junto ao Banco Fibra em moeda nacional no montante de R$ 5.000 com vencimento em 01 de agosto de 2022. O custo de captação foi de 5,53% ao ano. Os juros e principal são amortizados mensalmente, sendo que o principal tem carência de 3 meses. Saldo em 31/12/2021: R$ 2.336. (c) Em 09 de agosto de 2021, a M.I Montreal Informática S.A. tomou empréstimo junto à Caixa Econômica Federal em moeda nacional no montante de R$ 9.500 com vencimento em 09 de agosto de 2024. O custo de captação foi a variação do CDI mais 2,64% ao ano. Os juros e principal são amortizados mensalmente, sendo que o principal tem carência de 6 meses. Saldo em 31/12/2021: R$ 9.065. (d) Em 23 de junho de 2021, a M.I Montreal Informática S.A. tomou empréstimo junto ao Banco do Brasil em moeda nacional no montante de R$ 3.000 com vencimento em 25 de junho de 2024. O custo de captação foi de 3,8% ao ano. Os juros e principal são amortizados mensalmente, sendo que o principal tem carência de 6 meses. Saldo em 31/12/2021: R$ 3.006. Em atendimento a IFRS16 (Normas Internacionais de Contabilidade), os contratos de aluguel do grupo passaram a ser registrados na rubrica de financiamentos, esse total em 2021 equivale a R$ 9.158 na controladora, sendo R$ 2.972 no curo prazo e R$ 6.186 no longo prazo (2020 R$ 10.340, sendo R$ 3.633 no curto prazo e R$ 6.707 no longo prazo), no consolidado este valor em 2021 é de R$ 10.586, sendo R$ 3.680 no curo prazo e R$ 6.907 no longo prazo (2019 R$ 10.782 sendo, R$ 3.913 no curo prazo e R$ 6.869 no longo prazo).

Principais Indicadores Financeiros	2021	2020
EBITDA*	17.611	41.805
Liquidez Geral	1,49	1,48
Liquidez Corrente	1,15	1,87
Liquidez Seca	1,12	1,84

14. Contingências

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Processos trabalhistas	2.994	3.819	3.476	5.460
Processos natureza tributária	2.105	2.105	3.251	2.105
	5.099	**5.924**	**6.727**	**7.565**

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas ou compensados pela sociedade e as declarações de rendimentos, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável. Os passivos contingentes relativos a processos trabalhistas movidos contra a sociedade totalizam R$ 2.994 em 31 de dezembro de 2021, sendo: R$ 47 em curto prazo e R$ 2.947 em longo prazo (R$ 3.819 em 31 de dezembro de 2020, sendo: R$ 92 em curto prazo e R$ 3.726 em longo prazo), e estão cobertos em parte, de acordo com determinação judicial, por depósitos judiciais, no montante de R$ 990 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 898 em 2020), não atualizados monetariamente e demonstrados na conta "depósitos, cauções e outros" no ativo realizável a longo prazo.

15. Receita de vendas e de serviços

A composição das receitas é a seguinte:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita de serviços	270.866	297.966	293.739	336.272
Impostos incidentes, desc. e Cancelamentos	(24.203)	(26.698)	(26.437)	(29.965)
	246.663	**271.268**	**267.302**	**306.307**

16. Custo de vendas e serviços

Análise do custo por categoria:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Remuneração, encargos e benefícios	(155.494)	(160.840)	(172.757)	(192.187)
Custos de software	(15.702)	(14.102)	(15.746)	(14.141)
Materiais de site	(2.396)	(2.270)	(2.396)	(2.270)
Parcerias vinculadas à tecnologia	(9.221)	(9.236)	(9.221)	(9.277)
Subcontratações	(4.032)	(2.422)	(4.129)	(2.490)
Aluguel e encargos	(1.692)	(1.674)	(1.955)	(1.966)
Serviços concessionários	(2.264)	(3.074)	(3.123)	(3.682)
Manutenção e reparos de equipamentos	(1.375)	(1.524)	(1.459)	(1.633)
Depreciação/Amortização	(5.021)	(5.635)	(5.809)	(6.175)
Outros custos	(7.730)	(8.006)	(8.471)	(8.859)
	(204.927)	**(208.783)**	**(225.066)**	**(242.680)**

17. Despesas com pessoal

Análise da despesa com pessoal por categoria:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Remuneração	(17.474)	(16.763)	(19.382)	(15.520)
Encargos sociais	(1.606)	(1.577)	(1.866)	(3.878)
Benefícios	(1.624)	(1.464)	(1.643)	(1.485)
	(20.704)	**(19.804)**	**(22.890)**	**(20.883)**

18. Despesas gerais e administrativas

Análise das despesas por categoria:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Despesas de software	(1.088)	(827)	(1.089)	(829)
Subcontratações	(1.235)	(1.356)	(1.236)	(1.356)
Aluguel e encargos	(670)	(701)	(708)	(740)
Serviços prestados por terceiros	(6.670)	(6.378)	(6.839)	(6.379)
Serviços de concessionária	(594)	(578)	(643)	(665)
Depreciação/Amortização	(2.858)	(2.080)	(2.881)	(2.112)
Outras despesas	(2.218)	(2.448)	(2.345)	(2.540)
	(15.333)	**(14.368)**	**(15.741)**	**(14.621)**

19. Despesas financeiras

Análise das despesas financeiras por categoria:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Juros de empréstimos e financiamentos	(4.470)	(2.924)	(5.124)	(3.260)
IOF	(413)	(539)	(414)	(542)
Variação cambial passiva	(115)	(701)	(115)	(702)
Despesas bancárias	(472)	(414)	(523)	(467)
Outras despesas financeiras	(578)	(980)	(749)	(1.025)
	(6.048)	**(5.558)**	**(6.925)**	**(5.996)**

20. Capital social e reservas

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social de R$ 10.105.000,00 estava representado por 4.700.000 (quatro milhões e setecentos mil) ações, com valor nominal de R$ 2,15 (dois reais e quinze centavos). Todas as ações emitidas estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias. **(b) Reserva legal e de retenção de lucro:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim proteger a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O valor da reserva legal em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 2.021. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

21. Compliance

O grupo Montreal possui implantado o Programa de Integridade, que visa assegurar a atuação de cada funcionário de acordo com as diretrizes e políticas previstas no Código de Ética da companhia. O Comitê de *Compliance* foi criado com objetivo de ser um órgão de assessoramento da Alta Administração, nas questões que envolvam violações aos valores éticos e de conduta. Responsável pela gestão de ações voltadas para o monitoramento e implementação de mecanismos de controles internos bem como a criação de testes e controles de prevenção, detecção e correção de atos não condizentes com os nossos valores, reafirmando, dessa maneira, o compromisso com a ética e a integridade em nossas atividades e negócios. Inovando no processo de fortalecimento da estrutura de controles, a companhia continua em busca constante, implementando medidas no aprimoramento de sua governança corporativa e dos sistemas de conformidade.

22. Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018), representa importante avanço na consolidação dos direitos do cidadão e grande desafio para as instituições para se adequarem aos dispositivos estabelecidos por esse normativo, no que se refere à implantação de mecanismos que garanta o pleno exercício dos direitos do titular dos dados, às medidas de segurança que devem adotadas e, principalmente, na consolidação de uma cultura organizacional focada na garantia da privacidade de dados pessoais. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) promoveu ao longo do ano de 2021 a publicação da Agenda Regulatória, trazendo alguns temas que serão abordados no curso do biênio 2021-2022. Com a divulgação do planejamento estratégico, a ANPD definiu objetivos que se encontram baseados em: ✓ promover o fortalecimento da cultura de proteção de dados pessoais; ✓ estabelecer um ambiente normativo eficaz para a proteção de dados pessoais; ✓ aprimorar as condições para o cumprimento das competências legais. Também foram disponibilizados, guias orientativos que abordam temas sobre a legislação e regimes de responsabilidade que visam implementar medidas de segurança da informação para a proteção dos dados pessoais. Ao longo do ano de 2021, a companhia promoveu a realização de eventos internos e atualizou controles internos com o objetivo de garantir segurança e padronização no tratamento de dados pessoais por pessoas ou entidades do setor privado e público, inclusive nos meios digitais, independente do país onde os dados estejam localizados.

23. Covid-19

A companhia instituiu o Comitê de Gestão no ano de 2020, com o objetivo de reduzir e mitigar os impactos causados pela Covid-19, de forma a garantir a segurança e integridade das pessoas e bens, bem como a manutenção da prestação de serviços essenciais e estratégicos. Foram disponibilizados protocolos voltados para o local de trabalho, para o uso de máscaras, para viagens e retorno gradativo ao trabalho presencial, podendo ser alterada de acordo com novas diretrizes emanadas pelo Ministério da Saúde. O primeiro trimestre de 2021, o Brasil sofreu com a chamada "segunda onda" do COVID-19, com impacto direto sobre a atividade econômica, que apresentava àquela época sinais, ainda que pequenos, de recuperação. Até o mês de novembro, observa-se que houve um avanço gradual da vacinação, o que possibilitou aos governos dos estados e municípios, uma maior flexibilização das restrições sanitárias, o que refletiu numa melhora na atividade econômica quando comparada ao primeiro semestre deste ano. De acordo com o boletim Focus, de 22 de outubro de 2021, a projeção do mercado é que o PIB nacional tenha uma recuperação em torno de 4,97%, quando comparado ao ano anterior, patamar ainda superior aos 3,50% projetados em janeiro de 2021. Em meio a esse cenário, o Grupo Montreal demonstra adaptabilidade às mudanças e resiliência para responder às alterações de cenário no ambiente externo minimizando os efeitos da pandemia no desempenho empresarial. A gestão empresarial segue em alerta ao contexto atual da pandemia, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados.

24. Eventos subsequentes

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, não foram identificados eventos relevantes subsequentes a 31 de dezembro de 2021.

A presente Demonstração encontra-se assinada por nosso C.E.O. **Eduardo de Abreu Coutinho** inscrito no CPF/MF 070.082.087-66 e **André Luiz Coelho Corrêa** inscrito no CPF/MF 024.198.607-99 - Contador: CRC-RJ nº 080.632-08 e auditado pela empresa Global Auditores Independentes CRC DF nº 000810/0 – S – MG pelo sócio gerente – Contador CRC-RJ nº 62.580/0-1-S-MG.

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Conselho Fiscal da **M. I. MONTREAL INFORMÁTICA S.A.** ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, considerando as discussões e manifestações da reunião do Conselho Fiscal realizada em 25 de abril de 2022, tendo examinado o relatório da Administração (conforme apresentação realizada na reunião do conselho fiscal realizada nesta data), as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e tomando como base o parecer dos Auditores Independentes, por maioria, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia sem quaisquer restrições ou ressalvas.

Belo Horizonte/MG, 25 de abril de 2022.

Marcello Guimarães da Silva - Presidente e Membro do Conselho Fiscal
Carlos Emilio Bartilotti - Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos Srs. Administradores e Acionistas de
M.I. Montreal Informática S.A
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **M.I. Montreal Informática S.A**., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da **M.I. Montreal Informática S.A.**, sua controlada (consolidado), que compreendem balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **M.I. Montreal Informática S.A.**, suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidado, bem como o desempenho consolidado de suas operações, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a **M.I. Montreal Informática S.A.**, suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase – Passivos contingentes (valores em milhares de reais). Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 14 às demonstrações contábeis sobre contingências a seguir relacionadas:
(a) A **M.I. Montreal Informática S.A** possuí Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD's) – INSS no montante aproximado de R$ 305.924 (R$144.465 em valor histórico), com probabilidade de êxito possível, em conformidade com a opinião técnica de seus advogados. No exercício de 2008, em julgamento por maioria de votos deu-se provimento ao recurso para anulação de lançamento das Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD's), no montante total. (Acórdão Nº. 205-00. 656 de 03 junho de 2008). Em 2009, reconheceu-se ser a cobrança indevida pelo o Acórdão de no. 202-00.029, por unanimidade de votos. Em razão da pandemia COVID-19, o ano de 2021 foi marcado pela retomada na análise dos processos previdenciários por parte da Receita Federal, assim sendo não houve baixa das NFLD'S durante o exercício de 2021. A companhia aguarda a retirada contínua do sistema de informação de todos os processos para homologação definitiva. **b)** A companhia aguarda decisão da execução fiscal – Dívida Ativa nº 521.561 – 7/11 - 2 e de nº 521.562 – 5/11 – 5, cujo objeto é a exigência de ISSQN (Imposto sobre serviço de qualquer natureza) em razão da prestação de suas atividades, relativos `as competências de 1997, 1998,1999, 2000 e 2001, arbitrados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, por presumir que a prestação dos serviços teria efetivamente ocorrido neste território; as competências somam respectivamente de R$ 25.696 (respectivamente execução fiscal nº 0035998-04.1100.8.26.0090 e 0035999-86.1100.8.26.0090), (R$ 34.202 em 31.12.2021). Após a realização de uma prova pericial contábil, o processo está aguardando julgamento em 1ª Instância Judicial, onde o perito concluiu que o valor seria de R$ 226. **c)** A companhia possui uma ação de cobrança contra o DETRAN-PR na 1º Vara da Fazenda Pública do foro Central da Região Metropolitana de Curitiba pelos serviços prestados e não remunerados no valor original de R$ 14.138, que encontra-se demonstrado no Contas a Receber de Clientes – Não Circulante, com possibilidade de perda remota segundo os assessores jurídicos da companhia. O valor estimado desta ação atualizado pela tabela própria de índices do Tribunal de Justiça do Paraná monta em R$ 71.696 (atualizado a partir base do laudo complementar de 09/08/2010 no valor de R$ 43.195). Os assessores jurídicos da companhia acrescentaram 1% (um por cento) ao mês, de forma simples, a título de juros moratórios, desde a data da citação, ocorrida em 28/08/2004. Com esta metodologia, encontrou-se a estimativa de crédito resultante da ação no valor de R$ 311.619. A execução envolvendo indenização de lucros cessantes, custos de desmobilização e ressarcimento do valor pago à título de seguro garantia começou a ser processada no mês de Junho de 2021. Salienta-se, que o resultado da futura prova pericial destinada a qualificação dos fatores envolvidos na indenização poderá alterar o valor global inicialmente estimado, em razão da fixação de outros parâmetros envolvidos para este fim de prova técnica. Em 2021 o Estado do Paraná reconheceu de forma parcial o valor de R$ 60.820 à título execução da indenização. Com base nessa informação foi promovida a correção monetária (IPCA-E) no valor de R$ 26.017. **d)** A companhia possuía Autos de Infração, cujo objeto era a exigência de ISSQN (Imposto sobre serviço de qualquer natureza) em razão da prestação de suas atividades, referente aos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, arbitrados pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, por presumir que a prestação dos serviços teria ocorrido neste território. As competências totalizavam respectivamente no mês de Dez-2021 o montante R$ 156.588 (R$ 17.096 em valor histórico) respectivamente aos Processos Administrativos nº 04/354.248/2009, nº 04/354.247/2009, 04/354.097/2009, nº 04/354.111/2009 e nº 04/354.112/2009. Em eventual ação anulatória de débito, a probabilidade de perda era remota, sendo necessário garantir o juízo com a apresentação de fiança bancária ou seguro garantia, para evitar a realização de penhora ou outras constrições patrimoniais. No ano de 2021 a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro promoveu a criação do Programa Concilia Rio (regulamentado pelo Decreto nº 47.422 de 08 de maio de 2020), com o objetivo de equacionar débitos não inscritos em dívida ativa com discussões administrativas ou judiciais. A companhia apresentou o pedido de conciliação destes débitos e após a análise por parte da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro foi promovida a redução de parte da cobrança sobre o suposto não recolhimento do ISSQN sobre a prestação de serviço. Com isso os valores atualizados dos processos administrativos foram retificados de R$ 156.588 para R$ 27.314, sendo quitados de forma integral em 30/12/2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessária para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **M.I. Montreal Informática S.A**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não teria nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da **M.I. Montreal Informática S.A**., sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **M.I. Montreal Informática S.A.,** suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **M.I. Montreal Informática S.A.,** sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **M.I. Montreal Informática S.A.,** suas controladas não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações contábeis da controlada e suas atividades para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. • Fornecemos também aos responsáveis da administração da companhia, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de Abril de 2022.

JORGE LUIZ CALAZA ROCHA - CONTADOR - CRC - RJ nº 62.580/0-1 – S – MG
GLOBAL AUDITORES INDEPENDENTES - CRC - DF nº 000810/0 - S - MG

SIDERURGIA

Gerdau e ArcelorMittal registram lucro no 1º trimestre

No caso da empresa brasileira, porém, os ganhos apresentaram desaceleração no período

São Paulo/Bruxelas - A Gerdau divulgou ontem lucro líquido de primeiro trimestre 17% menor em relação aos três meses anteriores, a R$ 2,94 bilhões, com resultados mais fracos no Brasil compensando melhoria na América do Norte.

O resultado ficou ligeiramente abaixo dos R$ 3,09 bilhões esperados, em média, por analistas, segundo dados da Refinitiv.

A margem Ebitda doméstica da Gerdau caiu 7,2 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior para 24,3%. A empresa mencionou no balanço que as vendas ficaram quase estáveis em um nível alto, mas o cenário geral apresentou desafios à medida que as taxas de juros aumentam.

"As perspectivas para 2022 são de crescimento de receita e queda de volume na distribuição e no varejo. Projetamos estabilidade para o volume de vendas de aço", afirmou a Gerdau no balanço.

A queda nas margens brasileiras acabou minimizando bons resultados na América do Norte, que haviam sido destaque do resultado do quarto trimestre do ano passado. A margem Ebitda na América do Norte cresceu 5,6 pontos percentuais, para 27,4%, disse.

As vendas totais de aço da Gerdau no primeiro trimestre totalizaram 3,06 milhões de toneladas, queda de 1% em relação ao ano anterior e de 3% em relação aos três meses anteriores. A produção aumentou 4%, sequencialmente, para 3,4 milhões de toneladas.

O lucro ajustado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) caiu 3% em relação ao trimestre anterior, para R$ 5,83 bilhões.

ArcelorMittal - A ArcelorMittal reportou lucro acima do esperado para o primeiro trimestre, mas previu uma ligeira contração na demanda global de aço este ano, com um declínio acentuado nos países da ex-União Soviética.

> *"As condições do mercado estão fortes, embora agora estejamos prevendo que o consumo aparente de aço contraia ligeiramente este ano em comparação com 2021"*

A mudança na demanda global de aço em 2022 ficará entre 0% e -1%, disse a empresa. Para a região da Rússia e Ucrânia, a demanda será 10% menor.

A empresa com sede em Luxemburgo também aumentou seu programa de recompra para 2022 para US$ 2 bilhões, de US$ 1 bilhão concluído anteriormente.

A segunda maior siderúrgica do mundo disse que o Ebitda foi de US$ 5,08 bilhões, contra a previsão média de US$ 4,57 bilhões em uma pesquisa compilada pela empresa.

"As condições do mercado estão fortes, embora agora estejamos prevendo que o consumo aparente de aço contraia ligeiramente este ano em comparação com 2021", disse o presidente-executivo, Aditya Mittal, em comunicado.

O grupo disse que mesmo que seus resultados tenham sido ofuscados pela guerra na Ucrânia e pelas crescentes pressões inflacionárias, beneficiou-se dos preços médios de venda de aço e do minério de ferro mais altos.

"No entanto, está claro que a perspectiva fundamental de longo prazo para o aço é positiva", disse ele. **(Reuters)**

PAULO FRIDMAN / BLOOMBERG NEWS

Resultado da Gerdau ficou ligeiramente abaixo do esperado

Aço valorizado deve alavancar 2º tri da CSN

São Paulo - A CSN espera um segundo trimestre com resultados maiores do que os obtidos no início do ano, com preços de aços planos no Brasil elevados apesar do forte descompasso em relação aos valores praticados no exterior, afirmaram executivos da companhia.

O diretor comercial da CSN, Luiz Fernando Martinez, disse que os preços de aços planos no Brasil estão atualmente 24% mais altos que os praticados no exterior. Mas diante da volatilidade do câmbio e dificuldades logísticas, ele não espera que as importações no segundo trimestre aumentem a ponto da CSN ser forçada a conceder descontos.

"Não vejo importação maior no segundo trimestre. Tem um problema logístico enorme, com clientes, inclusive, tendo que esperar 120 dias para receber", disse Martinez em conferência com analistas sobre o balanço do primeiro trimestre.

"Essa incerteza toda permite mantermos este prêmio. Não vemos pressão para descontos", acrescentou, referindo-se a bobinas a quente.

Mas o foco da CSN está sobre produtos revestidos, com mais de 50% da produção dedicada ao segmento. Por isso, a companhia vai manter uma estratégia "mais agressiva" de preços no Brasil nesta área para enfrentar a concorrência de material importado, disse Martinez.

Em aços longos a situação é diferente, com preços no Brasil abaixo do exterior, disse o executivo. Por conta disso, a empresa elevou seus preços de vergalhão e fio-máquina em 12% em 1º de maio "e a ideia é recuperar esse prêmio ao longo do segundo trimestre", disse o diretor comercial da CSN.

A previsão da companhia é que o mercado brasileiro de aço este ano cresça entre 2,5% e 4% e que as vendas da CSN subam 10% a 15%, afirmou Martinez.

E após as fortes chuvas, que derrubaram as vendas de minério de ferro da companhia, uma de suas principais áreas de negócios, a CSN espera "forte reação no segundo trimestre", com volumes de vendas maiores, preços elevados e custo mais diluído, disse o diretor financeiro, Marcelo Ribeiro, na conferência.

Questionado sobre eventual interesse da CSN em aquisições em siderurgia e minério de ferro no Brasil, Ribeiro afirmou que a companhia está seguindo seu plano de dobrar de tamanho em três anos e que isso não necessariamente passa por compra de ativos.

"Em mineração temos um plano de investimento de R$ 12 bilhões para dobramos nossas operações na área e é essa a prioridade. No caso de siderurgia, temos uma série de projetos dentro de casa que vão tirar gargalos e aumentar a produção em mais ou menos 1,5 milhão de toneladas", disse Ribeiro. Ele acrescentou que a empresa está trabalhando também em projetos novos de menor escala nos Estados Unidos em aços longos.

"Conseguiremos, dessa forma, dobrar a companhia sem falar de fusões e aquisições. Nosso foco está sobre este plano", disse. **(Reuters)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA-MG

TOMADA DE PREÇOS 006/2022

A Prefeitura de Itaúna torna público o processo licitatório nº 158/2022, na modalidade Tomada de Preços nº 006/2022. Abertura para o dia 27/05/2022 às 08h30. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de muro de divisa em alvenaria na Escola Municipal Dolores Nogueira Penido, localizada na Zona Rural de São José de Pedras, Município de Itaúna/MG. A íntegra do Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.itauna.mg.gov.br a partir do dia 06/05/2022. Itaúna, 05 de maio de 2022 – Weslei Lopes Silva – Secretário Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA-MG

Resultado de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 058/2022 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e incerta de empresa para prestação de serviços de sonorização em eventos, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da ata do dia 13 de abril de 2022. O resultado na íntegra encontra-se em www.itauna.mg.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br. Itaúna, 05 de maio de 2022. Taicir Tarcisio Vaz Junior, Pregoeiro Oficial.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

CNPJ nº 29.568.539/0001-23 - NIRE 31300119823

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 12 de maio de 2022, às 12:00 PM, na sede da Companhia situada na Avenida do Contorno nº 6594, 7º andar, Sala 701, Savassi, Belo Horizonte-MG, presencialmente ou por áudio e videoconferência, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) o aumento do capital social da Companhia em R$266.400.000,00, mediante a emissão de 266.400.000 ações (ordinárias e/ou preferenciais), devendo a administração utilizar os recursos no projeto LT 500kV Governador Valadares 6 - Mutum C2 e liquidar o empréstimo ponte firmado com o Banco Santander; (ii) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia refletindo as alterações aprovadas. Belo Horizonte, 3 de maio de 2022. Leonardo Borri Roselli - Presidente do Conselho de Administração.

LOCALIZA FLEET S.A.
CNPJ/ME nº 02.286.479/0001-08 - NIRE 3130001301-4
COMPANHIA ABERTA

Localiza Gestão de Frotas

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2022 Data, Hora e Local: 27 de abril de 2022, às 12 horas, virtualmente na sede social da Companhia, localizada na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, Parte, Bairro Cachoeirinha, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada a comprovação da convocação prévia, face ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Eugênio Pacelli Mattar; Secretária: Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino. **Assembleia Geral Ordinária Deliberações Tomadas pela Acionista: (1)** Submetidas à apreciação e formalmente aprovadas, sem ressalvas, reservas ou restrições as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devidamente publicadas conforme artigo 289 da Lei nº 6.404/76 no "Diário do Comércio de Minas Gerais" – páginas 26 a 31, na edição do dia 4 de março de 2022, e em sua edição digital, na mesma data. **(2)** Aprovada, por unanimidade de votos, a destinação do lucro líquido do exercício de 2021 no montante de R$526.797.195,04 (quinhentos e vinte e seis milhões, setecentos e noventa e sete mil e cento e noventa e cinco reais e quatro centavos) sendo: (i) R$26.339.859,75 (vinte e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos) para constituição da Reserva Legal; (ii) R$125.114.333,79 (cento e vinte e cinco milhões, cento e quatorze mil, trezentos e trinta e três reais e setenta e nove centavos), equivalente a 25% do lucro líquido ajustado de 2021, ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas; e (iii) R$375.343.001,50 (trezentos e setenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e três mil e um real e cinquenta centavos), referente ao saldo remanescente do lucro do exercício de 2021, a reserva estatutária. **(3)** Foi aprovada verba anual de remuneração global no valor máximo de R$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), líquido de encargos sociais, para o exercício de 2022, ficando autorizado o pagamento da remuneração à Administração para o período de janeiro a abril de 2023, nas mesmas bases em que se estima ser realizado no exercício de 2022, limitado ao máximo de 1/3 dessa remuneração global, para o referido período. Os membros da Administração que recebem a remuneração pela acionista controladora Localiza Rent a Car S.A., renunciam quaisquer valores a receber a esse título pela Localiza Fleet. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em meio magnético. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, conferida, aprovada e assinada. **Acionista Presente**: LOCALIZA RENT A CAR S.A., representada por seus diretores Sra. Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira e Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa. **Certidão:** Certifico que esta é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Ordinária que se encontra transcrita em livro próprio arquivada na sede social da Companhia, com a assinatura dos participantes Belo Horizonte, 27 de abril de 2022. Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino **Secretária**

LOCALIZA FLEET S.A.
CNPJ/ME nº 02.286.479/0001-08 - NIRE 3130001301-4
COMPANHIA ABERTA

Localiza Gestão de Frotas

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 04 de maio de 2022 Data, Horário e Local: 04 de maio de 2022, às 08h30min, virtualmente e na sede da Companhia, na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, Parte, Bairro Cachoeirinha, em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Presença:** Participantes os seguintes membros do Conselho de Administração: Eugênio Pacelli Mattar, Bruno Sebastian Lasansky e João Hilário de Ávila Valgas Filho **Mesa**: Eugênio Pacelli Mattar, Presidente e Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária. **Ordem do dia:** (1) Aprovar os resultados e as informações trimestrais do 1T22. **Assuntos tratados e deliberações tomadas por unanimidade**: **1) Resultados e as informações trimestrais do 1T22.** O Sr. Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa apresentou o resultado consolidado do primeiro trimestre do ano, inclusive em comparação com o primeiro trimestre de 2021. Tendo sido feitos os esclarecimentos solicitados e considerando a conclusão do relatório dos auditores independentes quanto à revisão das informações financeiras intermediárias, a ser emitido sem ressalvas, o Conselho aprovou os resultados do período findo em 31 de março de 2022, bem como sua divulgação respectiva ao mercado. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Sem mais deliberações, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata para posterior aprovação pelos participantes. **Certidão:** Declaro que esta é cópia fiel de extrato da ata de Reunião do Conselho de Administração acima constante, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura de todos os participantes: Eugênio Pacelli Mattar, Bruno Sebastian Lasansky e João Hilário de Ávila Valgas Filho Belo Horizonte, 04 de maio de 2022. Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino **Secretária**

LOCALIZA FLEET S.A.
CNPJ/ME nº 02.286.479/0001-08 - NIRE 3130001301-4
COMPANHIA ABERTA

Localiza Gestão de Frotas

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2022 Data, Hora e Local: 04 de maio de 2022, às 8 horas, virtualmente e na sede social da Companhia, localizada na Avenida Bernardo Vasconcelos, nº 377, Parte, bairro Cachoeirinha, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. **Presença**: Todos os membros da Diretoria, a saber: Srs. Bruno Sebastian Lasansky, Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa e João Alberto Mazoni Andrade. **Mesa**: Bruno Sebastian Lasansky, Presidente; Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária. **Ordem do dia**: Aprovar as informações trimestrais referentes ao 1º trimestre de 2022 e apreciar o relatório dos auditores independentes emitido sem ressalvas. **Deliberação tomada por unanimidade: 1)** Tendo sido feitos os esclarecimentos solicitados e considerando a conclusão do relatório dos auditores independentes quanto à revisão das informações financeiras intermediárias, a ser emitido sem ressalvas, a Diretoria manifestou-se favoravelmente sobre as Informações Trimestrais do período findo em 31 de março de 2022, bem como sua respectiva aprovação pelo Conselho e divulgação ao mercado. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Sem mais deliberações, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata para posterior aprovação pelos participantes. **Certidão:** Declaro que esta é cópia fiel da ata de reunião da diretoria acima constante, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura dos Diretores da Sociedade, a saber: Bruno Sebastian Lasansky, Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa e João Alberto Mazoni Andrade. Belo Horizonte, 04 de maio de 2022 Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino **Secretária**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
"PREMISA PREDIAL MINAS GERAIS S.A.
CGC 17.177.726/0001-05
Assembleia Geral Extraordinária"

Ficam os senhores acionistas convocados para a Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 10 (dez) de maio de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 13 (uma) hora, em primeira convocação, ou às 13:30 (uma hora e trinta minutos) em segunda convocação, na Rua São Paulo, n° 656, sala D21, Bairro Centro, no Munícipio de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.170-903, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Adequação do Estatuto Social que era regido pelo Decreto Lei n° 2.627 de setembro de 1940 à Lei n° 6.404 de 15 de dezembro de 1976 que dispõe sobre as Sociedade por Ações. **(b)** Convalidação de todos os atos da Diretoria até a presente data; **(c)** Transferência das ações conforme Termo de Recibo entre acionistas; **(d)** Adequação do Capital Social ao valor monetário atual; **(e)** Adequação dos cargos e funções da Diretoria ao novo Estatuto Social; **(f)** Aprovação e nomeação dos novos Diretores; **(g)** Aprovação do novo endereço da Companhia; **(h)** Reestabelecimento da conversão do CGC para CNPJ; **(i)** Assuntos gerais.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2022. Lunard de Abreu - Acionista Majoritário

ABB ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E PARTICIPAÇÕES S. A.
CNPJ n° 00.716.185/0001-35 - NIRE n° 3130009859-1
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 29/04/2022

(I) – Dia, Horário e local: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 11:00 horas, na sede social da ABB ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS E PARTICIPAÇÕES S.A, na Rua Turquesa, n°637 – Bairro Prado – CEP: 30.411-203, na cidade de Belo Horizonte – Estado de Minas Gerais. **(II) – Presença de todos os acionistas previamente convocados:** Bruno Bouissou, Andreza Rodrigues de Paula Bouissou Mota, Bruna Rodrigues de Paula Bouissou, Elisa Rodrigues de Paula Bouissou, Bruno Otávio Bouissou, e Daniela Bouissou Costa e Sousa. **(III) – Mesa:** Presidente, Elisa Rodrigues de Paula Bouissou, CPF 001.481.826-40. Secretária, Bruna Rodrigues de Paula Bouissou, CPF 001.481.856-65. **(IV) – Resoluções tomadas por unanimidade: 1. Balanço de 2021** – Inicialmente, a Presidente colocou em discussão as demonstrações financeiras de 2021 que foram publicadas Diário do Comércio em 28 de abril de 2022, página 14, Caderno Economia. Examinadas e discutidas, as demonstrações foram aprovadas por unanimidade. **2. Distribuição de Resultado** – Será distribuído dividendos até o limite de 60% (sessenta por cento) do lucro líquido. Ficando o remanescente do lucro para futura deliberação. **3. Eleição da Diretoria** – Em conformidade com o Estatuto Social, a Diretoria da sociedade fica assim mantida até o exercício de 2023: Diretor Presidente, Bruno Bouissou; Diretora Administrativo e Financeiro, Elisa Rodrigues de Paula Bouissou e Diretor de Comercial, Bruno Otávio Bouissou, que já estão empossados e declararam, na forma da lei, que não estão impedidos para o exercício da atividade empresarial. **4. Honorários da Diretoria** – A seguir, a Presidente colocou em discussão a questão dos honorários, tendo sido deliberado que os diretores perceberão vencimentos mensais, conforme documento a parte. **5. Conselho Fiscal** – Conforme faculta a Lei 6.404/76 e o Estatuto Social, este Conselho não será instalado neste exercício. **(V) – Encerramento:** Esgotada a ordem do dia, foi franqueada a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não tendo nenhum dos presentes se manifestado, foi encerrada a reunião, lavrando-se no livro próprio a presente ata que foi assinada por todos os acionistas presentes: Presidente da reunião e acionista Elisa Rodrigues de Paula Bouissou, secretária e acionista Bruna Rodrigues de Paula Bouissou, acionista Bruno Bouissou, acionista Bruno Otávio Bouissou, acionista Andreza Rodrigues de Paula Bouissou Mota, acionista Daniela Bouissou Costa e Sousa.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Esta é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Assina digitalmente: Elisa Rodrigues de Paula Bouissou - Presidente da Mesa e acionista - CPF 001.481.826-40

OURIVIO PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Trifana, 287, andar 2, Serra, Belo Horizonte/MG - CEP:30210-570

CNPJ-24.314.635/0001-21

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras da Ourivio Participações S/A., acompanhadas das notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas e diretrizes contábeis adotadas no Brasil. Belo Horizonte, 02 de maio de 2022.
A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**6.312.971**	**7.503.918**
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.612.065	1.590.497
Clientes		-	499.754
Outros créditos		3.776.379	4.114.896
Tributos à recuperar		924.526	1.298.771
NÃO CIRCULANTE		**181.835.019**	**120.008.968**
Depósitos p/ Interposição de Recursos		564.845	564.845
Investimento	4	180.065.882	118.239.831
Imobilizado de uso	5	1.200.000	1.200.000
Intangível		4.292	4.292
TOTAL DO ATIVO		**188.147.989**	**127.512.886**

PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**2.386.923**	**16.816.009**
Obrigações Tributárias		1.330.450	1.528.791
Obrigações Trabalhistas		3.960	3.762
Outras Obrigações		1.052.513	15.283.456
NÃO CIRCULANTE		**333.406**	**370.207**
Obrigações Tributárias		333.406	370.207
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**185.427.660**	**110.326.670**
Capital Social	6	110.300.000	38.861.504
Reserva de Lucros		75.127.660	71.465.166
TOTAL DO PASSIVO		**188.147.989**	**127.512.886**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras".

NOTAS EXPLICATIVAS DÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
Ourivio Participações S.A. registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais NIRE 31300034887, objeto social: participação societária ou investimentos em outras sociedades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As informações contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Ourivio Participações S.A., foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do Resultado
O resultado, apurado pelo regime de competência de exercícios, inclui o reconhecimento dos rendimentos e encargos incidentes sobre os ativos e passivos.

3.2 Ativo Circulante e Ativo Não Circulante
O Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante estão demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos em instrumentos contratuais, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, juros e as variações monetárias correspondentes.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa
Na definição de equivalentes de caixa, considera o disposto no item 7 do CPC-03, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.4 Investimentos
Os investimentos em sociedade controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.5 Imobilizado
Os custos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O seu valor é ajustado pela depreciação do bem, conforme suas taxas permitidas fiscalmente e calculadas de forma linear.

3.6 Imposto de Renda e Contribuição Social – Valores Correntes
À provisão para o imposto de renda aplica-se a alíquota de 15% e adicional de 10%. À provisão para contribuição social aplica-se a alíquota de 9%.

4. INVESTIMENTOS

	31.12.2021	31.12.2020
Pottencial Seguradora S/A.	179.986.021	118.159.970
Sicoob Sistema de Coop. Crédito	550	550
Outros Investimentos	79.311	79.311
	180.065.882	**118.239.831**

5. IMOBILIZADO

	Taxa	31.12.2021	31.12.2020
Móveis e Utensílios	10%	527.204	527.204
Máquinas e Equipamentos	10%	2.520.185	2.520.185
Veículos	20%	469.561	469.561
Imóveis		1.200.000	1.200.000
		4.716.950	**4.716.950**
(-) Depreciação Acumulada		(3.516.950)	(3.516.950)
Valor Contábil Líquido		**1.200.000**	**1.200.000**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	Exercícios 31.12.2021	31.12.2020
RECEITAS OPERACIONAIS	**8.173.710**	**5.465.396**
Juros s/capital Próprio	7.664.501	5.410.732
Financeiras	509.209	54.664
DESPESAS OPERACIONAIS	**(2.216.870)**	**(1.069.261)**
Despesas gerais e administrativas	(651.264)	(120.625)
Despesas financeiras	(787.358)	(294.775)
Despesas Tributárias	(778.248)	(653.861)
RESULTADO OPERACIONAL	**5.956.840**	**4.396.135**
Resultado de Participações	**94.492.600**	**44.783.171**
RESULTADO ANTES DO IR E CS	**100.449.440**	**49.179.306**
Imposto de Renda – Corrente	(1.018.447)	(745.908)
Contribuição Social – Corrente	(375.281)	(277.167)
RESULTADO LÍQUIDO	**99.055.712**	**48.156.231**
Resultado Líquido por lote de milhão de ação	898.057	1.239.176

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras".

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)

	Capital Social	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**38.861.504**	**48.997.194**	**87.858.698**
Resultado líquido do exercício	-	48.156.231	48.156.231
Distribuição de Lucros	-	(25.529.280)	(25.529.280)
Ajustes Patrimoniais	-	(158.979)	(158.979)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**38.861.504**	**71.465.166**	**110.326.670**
Aumento de capital	71.438.496	(71.438.496)	-
Resultado líquido do exercício	-	99.055.712	99.055.712
Distribuição de Lucros	-	(23.954.722)	(23.954.722)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**110.300.000**	**75.127.660**	**185.427.660**
Mutação do Exercício	**71.438.496**	**3.662.494**	**75.100.990**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras".

6. CAPITAL SOCIAL
O capital social é de R$ 110.300.000,00 (cento e dez milhões e trezentos mil reais) representado por 110.300.000 (cento e dez milhões e trezentos mil) ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. Em 2020 o capital era de R$ 38.861.504,00 (trinta e oito milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quinhentos e quatro reais) representado por 38.861.504 (trinta e oito milhões, oitocentas e sessenta e uma mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Ourivio Participações S/A.

Argeu de Lima Géo – Acionista | Carlos Géo Quick – Acionista | João de Lima Géo Filho – Acionista

Claudiane dos Reis Santos
Contadora - CRCMG-89.904

NETIMÓVEIS HOLDING S/A
Companhia Fechada
CNPJ 08.311.749/0001-61 / NIRE 3130002362-1
COMUNICADO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A **NETIMÓVEIS HOLDING S/A**, comunica que se encontram à disposição dos senhores acionistas os documentos referidos nos artigos 133 e 135 da Lei n. 6.404/1976, na sede da Companhia à Rua Paraíba, n. 1.332, bairro Funcionários, em Belo Horizonte, Minas Gerais, correspondentes ao exercício de 2019, 2020 e 2021.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2022.
Ariano Cavalcanti de Paula - Diretor Presidente

Bonsucesso Participações e Empreendimentos S.A.
CNPJ nº 42.920.926/0001-45
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação

Ficam convocados os acionistas da Bonsucesso Participações e Empreendimentos S. A. para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, conjuntamente, às 10:00 (dez) horas do dia 23 de maio de 2022, na sede da companhia, situada na Av. Nossa Senhora do Carmo, 520, 6º andar, Bairro Carmo, Belo Horizonte, MG, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: **a)** aprovação das contas da Diretoria, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **b)** destinação do resultado do referido exercício, com imputação dos juros sobre o capital próprio aos dividendos obrigatório; **c)** alteração da composição do conselho de administração; **d)** consolidação do estatuto social em um só instrumento, ausentes alterações em suas diversas disposições.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2022. A Diretoria.

CONSUMO

Inflação pressiona endividamento na Capital

Em abril, índice recuou 1,1 ponto em Belo Horizonte, mas ainda assim patamar de famílias com dívidas é alto: 87,9%

BIANCA ALVES

O número de famílias que possuem contas ou dívidas em Belo Horizonte diminuiu no mês de abril, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Fecomércio-MG. O índice recuou 1,1 ponto, mas, mesmo sendo o valor mais baixo desde setembro de 2021, continua em um patamar alto, de 87,9%. O índice mineiro é superior ao nacional, que é de 77,7% de famílias endividadas - dez pontos percentuais a mais do que em abril de 2021, quando era de 67,5%.

A média de endividamento na capital mineira é de 67,8%, considerando a série histórica, o que mostra o quão elevado é o índice atual. O principal fator para esses níveis de endividamento é a conjuntura econômica, de inflação elevada. “Com um IPCA de 11,3% ao ano, a influência é bastante direta, já as famílias se veem afetadas pela elevação dos preços e adquirem dívidas para manter o padrão de consumo”, observa o economista-chefe da Fecomércio-MG, Guilherme Almeida.

Ele destaca a diferença entre os conceitos de endividamento e inadimplência. “O primeiro é todo e qualquer compromisso financeiro que o consumidor adquire, e inclui por exemplo a fatura do cartão de crédito que vai chegar no final do mês”, explica Almeida. Já a inadimplência acontece quando o consumidor atrasa o pagamento da dívida. Ela também está em patamar elevado na Capital: os consumidores com contas em atraso chegam a 44,4%.

“Isso é bastante negativo pois acarreta diversos impedimentos legais e o consumidor, com o nome sujo, fica à margem do mercado de crédito”, aponta o economista. “Isto é fruto dessa conjuntura adversa pela qual passamos, que inclui ainda uma elevada taxa de desemprego, a queda da renda das famílias e o encarecimento do crédito, que só ampliam a inadimplência”.

O aumento da Selic piora este cenário. Ao sair de um nível histórico, de 2% na taxa básica de juros no início do ano passado, para os 12,75% definidos ontem, sua elevação se reflete em todos os instrumentos de crédito dos quais as famílias lançam mão para fazer face aos gastos.

O principal deles em Belo Horizonte é o cartão de crédito. Em abril, 84,4% dos consumidores da Capital se comprometeram com essa modalidade. “É importante ter atenção e se planejar para não perder o controle do orçamento, uma vez que essa modalidade possui um dos maiores juros praticados no mercado”, afirma Almeida.

Crédito pessoal, carnês e financiamentos de carro e casa também são dívidas muito contraídas na capital mineira. Vale mencionar também a utilização do cheque especial: em abril, o número de usuários aumentou 9,6%, um aumento de 2,2 pontos percentuais em relação a março. Entre o público com renda superior a dez salários mínimos, o aumento foi ainda maior, passando de 7,2% em março a 10,9% em abril.

No índice geral, 14,8% das famílias acreditam que não terão condições de pagar suas contas que já estão atrasadas. Entre as famílias cuja renda é de até dez salários mínimos, o índice chega a 16,5%. A pesquisa também mostra que as dívidas estão atrasadas há 62,4 dias, em média.

Para Guilherme Almeida, a pressão inflacionária também explica a forma mais acentuada com que a inadimplência afeta as famílias de renda mais baixa. “Isso ocorre porque há itens da cesta de consumo que têm pesos diferentes no orçamento familiar. As que têm renda de até dez salários mínimos geralmente contratam dívidas para produtos e serviços de primeira necessidade, tais como gás, energia elétrica, combustíveis, medicamentos e compras de supermercado”, explica.

E mesmo diante de uma inflação alta, o consumo continua em um patamar razoavelmente elevado. Isso acontece pela essencialidade dos bens consumidos, que são itens dos quais as famílias não podem abrir mão.

“Em termos de alimentos, o máximo que o consumidor pode fazer para reduzir gastos é substituir marcas ou produtos, mas em um processo generalizado de aumento de preços, o orçamento familiar é impactado do mesmo jeito”, conclui o economista.

AGROPÉU - AGRO INDUSTRIAL DE POMPÉU S/A

CNPJ/MF: 16.617.789/0001-64 - NIRE: 3130000187-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA EM 28/04/2022

DATA E LOCAL: 28 de abril de 2022, às 10:00 (dez) horas, na Rod. MG 060 - km 82, Fazenda Barrocão, Pompéu/MG. PRESENÇA: Foi verificado o quórum legal de instalação conforme livro próprio que registrou a presença dos acionistas, representando 89,75% do capital social com direito a voto: Geraldo Otacílio Cordeiro, Antônio Carlos Cordeiro, Beatriz Menezes Martins Cordeiro, Ana Izabel Cordeiro e por procuração particular o advogados Dr. David França Ribeiro de Carvalho, OAB/MG 101.820 e Dr. Guilherme Máximo Lima, OAB/MG 102.350, outorgados pelos acionistas Delba Deise Cordeiro, Delma Aparecida Cordeiro Tavares e Dênia Campos de Sousa Manzalli. MESA: Sr. Geraldo Otacílio Cordeiro, Presidente do Conselho de Administração nomeando como Secretário Sr. Marcos Antonio Jory. PUBLICAÇÕES: 1º) Editais de Convocação publicados no Jornal "Diário do Comércio" na forma impressa, nas edições dos dias 15/04/22, Pág. 11, Caderno de Política, Edições dos 19/04/2022 e 20/04/2022, Pág. 12, Cadernos de Economia. 2º) Editais na forma digital arquivados no mesmo jornal e dias correspondentes. 3º) Os anúncios a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76 ("Lei das SA"), foram publicados no Jornal Diário do Comércio, nas edições dos dias 24, 25 e 26/03/22, Págs. 14, 7 e 26 respectivamente, todos no Caderno de Economia. ORDEM DO DIA: 1º) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021. 2º) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício. 3º) Ratificação da remuneração sobre Juros do Capital Próprio - JCP de 31/12/2021. 4º) Reforma do Estatuto Social. 5º) Outros Assuntos de Interesse Social. DELIBERAÇÕES: Não houve abstenção de votação em virtude de impedimento legal. Não houve votação na modalidade semipresencial. Foram discutidos, votados e aprovados pela maioria dos presentes com direito a voto na seguinte ordem: 1º) Foram aprovadas as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2021, sem reservas e restrições, com o resultado do exercício no montante de R$ 59.694.873,09 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e três reais e nove centavos) distribuídos conforme itens seguintes: 2º) a) O montante de R$ 2.984.743,65 (dois milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos) destinados à Reserva Legal. b) O montante de R$ 5.278.643,23 (cinco milhões, duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos) destinados à Lucros a Realizar decorrente dos resultados das empresas controladas do grupo econômico serão integralizados ao Capital Social juntamente com o saldo remanescente de 31/12/2020 no valor de R$ 4.386.940,47 (quatro milhões trezentos e oitenta e seis mil novecentos e quarenta mil e quarenta e sete centavos), perfazendo o total de R$ 9.665.583,70 (nove milhões seiscentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais e setenta centavos). c) o montante de R$ 12.976.150,38 (Doze milhões novecentos e setenta e seis mil cento e cinquenta reais e trinta e oito centavos) destinados à Reserva de Subvenção referente aos efeitos da Lei Complementar nº 160/2017. d) o Montante de R$ 18.140.916,67 (dezoito milhões, cento e quarenta mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) serão integralizados ao capital social. 3º) Aprovado a Ratificação da Remuneração dos juros sobre o Capital no valor Bruto de R$ 20.314.419,15 (vinte milhões, trezentos e quatorze mil, quatrocentos e dezenove reais e quinze centavos) e líquido deduzidos os 15% de Imposto de Renda na fonte no montante de R$ 17.267.256,28 (dezessete milhões, duzentos e sessenta e sete mil duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos) com base com base no Patrimônio Líquido de 31/12/2021 os quais serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos da seguinte forma: (a) R$ 9.810.708,68 (nove milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e oito reais e sessenta e oito centavos) em moeda corrente, na proporção de sua participação no capital social, ficando à disposição dos senhores acionistas, para recebimento através de crédito em conta bancária a partir de 13/05/2022. (b) R$ 7.456.547,60 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos), na proporção de sua participação no capital social, facultado ao acionista optar pelo direito de preferência, mediante manifestação expressa, pelo recebimento ou subscrição de novas ações e integralização no capital social da Companhia no prazo de 30 dias após a publicação desta ata. c) Para os acionistas que optarem pelo recebimento do item (b) a importância ficará disponível 15 dias após a publicação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Homologação. 4º) aprovado por unanimidade a nova redação consolidada do Estatuto Social, cujo texto completo sendo parte inseparável desta, como "ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO EM 28 DE ABRIL DE 2022", com alterações em seu texto que refletem o aprimoramento e as melhores práticas de governança corporativa e a busca pela crescente profissionalização das atividades da Companhia, exceto em relação à escolha da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, uma vez que relação à Câmara os acionistas, representando 11,09%, Ana Izabel Cordeiro, Delma A. Cordeiro Tavares, Delba Deise Cordeiro e Dênia Campos Souza, representadas pelos procuradores já qualificados, rejeitaram momentaneamente a escolha e sugeriram a realização de um estudo de custos/despesas com arbitragem para definição da Câmara, sendo que a escolha da B3 foi aprovado pela maioria dos demais acionistas presentes. 5º) Com as integralizações constantes no item 2º, letras (b) e (d), no montante total de R$ 27.806.500,37 (vinte e sete milhões, oitocentos e seis mil, quinhentos reais e trinta e sete centavos) o Capital Social fica alterado para R$ 388.191.627,29 (trezentos e oitenta e oito milhões, cento e noventa e um mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos) conforme Artigo 5º do Novo Estatuto Social com as ações, subscritas e integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal. Não havendo mais nada a tratar e nenhum dos presentes querendo fazer uso da palavra, o Sr. Presidente do Conselho mandou suspender a sessão pelo tempo necessário a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, foi assinada por mim, Secretário, pelo Sr. Presidente e pelos Acionistas presentes e procuradores. Pompéu, 28 de abril de 2022. Geraldo Otacílio Cordeiro - Presidente; Marcos Antonio Jory - Secretário. Certifico o registro sob o nº 9328263 em 03/05/2022 protocolo 222137843 - 02/05/2022. Autenticação: 9A7FC81AA9DADE29BAB75ACB811AD6D469501938. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral Jucemg.

À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28/04/2022

AGROPÉU - AGRO INDUSTRIAL DE POMPÉU S.A. AÇÚCAR, ÁLCOOL E ENERGIA - CNPJ: 16.617.789/0001-64 E NIRE: 3130000187-3 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - Do Nome, Sede, Duração e Objeto. Artigo 1º - AGROPÉU - AGRO INDUSTRIAL DE POMPÉU S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que se regerá pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Rodovia MG 060, km 82, Fazenda Barrocão, no Município de Pompéu, Estado de Minas Gerais, CEP 35.640-000, podendo, mediante deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, escritórios, depósitos e representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior. Artigo 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social: (i) exploração do ramo industrial e comercial de produção de açúcar, etanol e cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, subprodutos de cana-de-açúcar e de outras matérias-primas; e (ii) cultivo de soja, atividades industriais e agropecuárias em imóveis próprios ou arrendados e adubos. Parágrafo Único - A Companhia poderá prestar serviços agrícolas a fornecedores de cana-de-açúcar, com pessoal e equipamentos próprios ou alugados, e exercer qualquer das atividades integrantes de seu objeto social, direta ou indiretamente, por meio de controladas, associada ou não a terceiros. CAPÍTULO II - Do Capital e das Ações. Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R$ 388.191.627,29 (trezentos e oitenta e oito milhões, cento e noventa e um mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos), dividido em 3.134.237.186 (três bilhões, cento e trinta e quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil, cento e oitenta e seis) ações subscritas e integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 3.080.121.167 (três bilhões, oitenta milhões, cento e vinte e uma mil e cento e sessenta e sete) são ações ordinárias com direito de voto e 54.116.020 (cinquenta e quatro milhões, cento e dezesseis mil e vinte) são ações preferenciais sem direito de voto e com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. Parágrafo 1º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que reconhecerá apenas um titular para cada ação. Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. A ação preferencial não confere direito de voto, mas o titular tem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. Parágrafo 2º - O capital da Companhia será aumentado por deliberação da Assembleia Geral, conforme dispõe o artigo 166 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). Artigo 6º - Na subscrição do capital social, cada Acionista terá direito preferencialmente de subscrever ações novas na exata proporção do número de ações que possuir, desde que se manifeste formalmente em até 30 (trinta) dias, a contar da publicação da ata da Assembleia Geral que tenha deliberado a emissão. Parágrafo 1º - Na alienação e transferência de ações já integralizadas, a preferência para aquisição recairá no Acionista, promovendo-se o rateio se houver mais de um interessado, proporcionalmente ao capital integralizado que cada um possua, na data da oferta feita por intermédio da Diretoria. A proposta será divulgada pela Diretoria mediante aviso que deverá ser fixado no escritório da Companhia, estabelecendo-se o prazo de 15 (quinze) dias para as manifestações. Parágrafo 2º - A oferta deverá conter a quantidade de ações a ser vendida, o preço e condições de pagamento das mesmas. Parágrafo 3º - Decorrido o prazo sem que o direito de preferência tenha sido exercido, o Acionista ficará livre para vender suas ações, prevalecendo o preço e as condições constantes da oferta por um prazo de 60 (sessenta) dias. Artigo 7º - Os haveres dos Acionistas dissidentes das deliberações da Assembleia Geral serão apurados na forma da legislação em vigor e pagos em até 10 (dez) parcelas anuais e consecutivas, atualizados pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice ou taxa que o substitua, vencendo-se a primeira parcela no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do comunicado. CAPÍTULO III - Das Assembleias Gerais. Artigo 8º - A Assembleia Geral, convocada e instalada, ordinária ou extraordinariamente com observância das formalidades, requisitos e atribuições fixadas em Lei, é poder supremo da Companhia, sendo que, ressalvados os casos para os quais a lei determine quórum qualificado, serão as suas deliberações tomadas por maioria absoluta de votos dos Acionistas presentes, não computados os votos em branco. Parágrafo 1º - A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número. Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, podendo os Acionistas que não estiverem fisicamente presentes nas Assembleias participar e votar por meio de sistema eletrônico adotado pela Companhia para realização da Assembleia semipresencial ou digital, ou ainda por meio de boletim de voto a distância, na forma da regulamentação em vigor. Parágrafo 3º - As deliberações da Assembleia Geral obrigam a todos os Acionistas, ainda que ausentes ou dissidentes, ressalvadas as exceções legais que condicionam o direito de retirada se exercido tempestivamente. Artigo 9º - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes em jornal de grande circulação, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sem prejuízo das demais disposições legais. Parágrafo 1º - A convocação deverá estabelecer se o conclave será presencial, semipresencial ou digital, devendo estabelecer a forma de participação do Acionista e garantir por meio de sistema e tecnologia acessível a efetiva participação das pessoas regularmente habilitadas na forma da Lei e deste Estatuto Social. Parágrafo 2º - Ficam expressamente vedadas a subscrição e transferência de ações a qualquer título, a partir da data da convocação da Assembleia Geral até a sua realização. Parágrafo 3º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração e por um secretário indicado pelo Presidente, que procederá, na forma da Lei, à lavratura em livro próprio da ata dos trabalhos e deliberações. Artigo 10 - A Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente em qualquer época e, ordinariamente, dentro dos quatro meses subsequentes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias que, por força de Lei, lhes sejam pertinentes. CAPÍTULO IV - Da Administração e da Organização Social. Artigo 11 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Artigo 12 - A Assembleia Geral fixará o montante global de remuneração dos Administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. Parágrafo 1º - Os membros efetivos do Conselho de Administração receberão remuneração fixa (honorários) vinculada às suas participações em reuniões do órgão, não havendo o pagamento de remuneração variável. Os Conselheiros suplentes, quando eleitos, não receberão honorários, a não ser na hipótese de substituírem o Conselheiro titular a que estão vinculados, ocasião na qual também receberão remuneração fixa vinculada às suas participações em reuniões do órgão. Os Conselheiros de Administração poderão renunciar à sua remuneração mediante comunicação ao Conselho de Administração. Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria Executiva auferirão remuneração fixa mensal estabelecida de forma específica para cada cargo da Diretoria, podendo fazer jus, ainda, a benefícios e remuneração variável, conforme metas corporativas e individuais previamente definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração de acordo com o plano estratégico da Companhia. Parágrafo 3º - Quando instalado o Conselho Fiscal, os seus membros efetivos receberão remuneração fixa mensal, não havendo o pagamento de remuneração variável. Os Conselheiros suplentes não receberão remuneração, a não ser na hipótese de substituírem o Conselheiro titular a que estão vinculados, ocasião em que receberão o valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal do membro titular, caso participe de reunião ordinária do órgão, ou a totalidade da remuneração mensal do Conselheiro titular se esse último estiver impossibilitado de exercer as suas funções. Os Conselheiros Fiscais poderão renunciar à sua remuneração fixa mediante comunicação ao Conselho de Administração. Parágrafo 4º - Os membros dos Comitês de Assessoramento não serão remunerados, exceto se tratar-se de um membro externo à Companhia. Parágrafo 5º - Os valores de remuneração dos Administradores serão revisados periodicamente por meio de pesquisa de mercado e possíveis ajustes serão definidos pelo Conselho de Administração, sendo posteriormente submetidos à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas para fixação do montante global de remuneração. Seção I - Do Conselho de Administração. Artigo 13 - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Parágrafo 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, expressamente declarados como tais na Assembleia Geral que os eleger. Considera-se Conselheiro Independente aquele que: (i) não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação no capital social; (ii) não for acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do acionista controlador; (iii) não for e não tiver sido nos últimos 3 (três) anos vinculado à Companhia ou entidade relacionada ao acionista controlador (excluem-se desta restrição pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iv) não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (v) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vii) não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; ou (viii) não receber outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de eventual participação no capital). Parágrafo 2º - Os Conselheiros, com exceção dos Conselheiros Independentes, que não terão suplentes, serão eleitos juntamente com seus respectivos suplentes, os quais não terão direito a qualquer remuneração enquanto não estiverem exercendo efetivamente o cargo. Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração e os suplentes serão investidos nos respectivos cargos mediante termo de posse a ser lavrado no livro de Atas do Conselho de Administração. Parágrafo 4º - Nos casos de ausência ou impedimento temporário dos membros do Conselho de Administração que possuam suplentes, o cargo será exercido interinamente pelo respectivo suplente até a data em que o titular reassumir. Em caso de vaga definitiva, configurada pela renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, o suplente será investido no cargo de Conselheiro, lavrando-se o termo de posse no livro competente. Parágrafo 5º - No caso de vacância do cargo de qualquer membro independente do Conselho de Administração, a Presidência do órgão convocará, no prazo de até 30 (trinta) dias, a Assembleia Geral para o preenchimento do cargo vago. Parágrafo 6º - A Assembleia Geral de Acionistas designará, quando da eleição dos Conselheiros, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração. Em casos de impedimento do Presidente, ressalvada a hipótese de conflito de interesses, a presidência será assumida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Parágrafo 7º - A Presidência do Conselho de Administração não poderá ser exercida por suplente, ainda que esteja exercendo interinamente o cargo de Conselheiro. O suplente somente se tornará apto a exercer a Presidência do órgão após sua investidura no cargo de Conselheiro. Artigo 14 - Sem prejuízo das demais restrições legais, não poderão ser eleitos para membros do Conselho de Administração aqueles que: (a) ocuparem cargos em sociedades concorrentes da Companhia; ou b) tiverem ou representarem interesse conflitante com o da Companhia. Parágrafo Único - Na hipótese em que algum membro do Conselho de Administração venha a ter ou representar interesse conflitante com o da Companhia após a sua eleição, deverá ele ser substituído pelo respectivo suplente, quando for o caso, ou ser substituído mediante deliberação da Assembleia Geral convocada para esse fim e, enquanto não ocorrer a substituição, não poderá ele ter acesso a informações, participar de reuniões do órgão ou exercer o voto nos assuntos em que tenha ou represente o interesse conflitante. Artigo 15 - O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, que será executada pela Diretoria, além de verificar e acompanhar a sua execução. Nesse sentido, compete privativamente ao Conselho de Administração: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como discriminar as suas atribuições; c) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; d) Convocar as Assembleias Gerais de Acionistas sempre que julgar conveniente e nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social; e) Manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre a sua submissão à Assembleia Geral; f) Fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Administradores da Companhia, procedendo-se ao rateio da remuneração de cada Administrador, respeitado o montante global fixado pela Assembleia Geral de Acionistas, inclusive sobre a indenização de perdas e danos sofridos pelos Administradores no desempenho regular de suas funções; g) Autorizar a Companhia a adquirir as ações de sua própria emissão; h) Acompanhar os fluxos de caixa passado e projetado da Companhia; i) Manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; j) Aprovar e/ou rever anualmente o plano de negócios anual e plurianual, o orçamento anual e o orçamento de capital anual e plurianual da Companhia, bem como aprovar proposta a ser submetida à Assembleia Geral para fins de retenção de lucros; k) Aprovar o plano de cargos e salários da Companhia, podendo ser delegada tal competência à Diretoria; l) Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente; m) Aprovar o Regimento Interno da Diretoria, o Código de Conduta e Integridade e as políticas corporativas da Companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de riscos, de investimentos, de meio ambiente, de divulgação de informações, de distribuição de dividendos, de transações com partes relacionadas e de recursos humanos, entre outras; n) Escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; o) Decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos Acionistas, conforme proposta da Diretoria, nos termos da legislação aplicável; p) Dar parecer e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores para distribuição de dividendos intermediários, apresentadas pela Diretoria; q) Aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais; r) Apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social; s) Apresentar à Assembleia Geral propostas para aumento ou redução do capital social, grupamento ou desdobramento de ações; t) Apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o fechamento de plantas industriais, no País ou no exterior; u) Autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias permanentes, arrendamento de plantas industriais, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros, deliberando sobre associações envolvendo a Companhia, inclusive sobre eventual participação em Acordos de Acionistas; v) Aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária de sociedade que ela seja sócia ou acionista; w) Deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre os tipos de debêntures, o prazo e as condições de vencimento, amortização ou resgate, as condições para pagamentos de juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação; x) Autorizar a captação de recursos mediante a emissão de "bonds", "notes", "commercial papers", ou outros de uso comum no mercado, bem como fixar as condições de emissão e resgate; y) Autorizar a contratação de endividamento externo de qualquer valor, sob a forma de empréstimo ou de emissão de títulos ou ainda de assunção de dívida, ou de qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia; z) Autorizar a contratação de endividamento interno de valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia, apurado este com base nas demonstrações financeiras do último exercício social encerrado cujas contas já tenham sido aprovadas pela Assembleia Geral; também devendo ser autorizada pelo Conselho caso tal endividamento interno resulte em endividamento líquido pro forma no encerramento do exercício igual ou seja maior que o valor correspondente a 2 (dois) EBITDAs ajustados (lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização ajustado dos efeitos dos ganhos não recorrentes, dos ajustes dos ativos biológicos, das subvenções de investimentos e da adoção da norma contábil IFRS 16); aa) Autorizar a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do ativo permanente e de participações societárias de caráter não permanente da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, quando os valores de tais operações forem superiores a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia, apurado este com base nas demonstrações financeiras do último exercício social encerrado cujas contas já tenham sido aprovadas pela Assembleia Geral, ou quando os valores de tais operações resultarem em endividamento líquido pro forma no encerramento do exercício igual ou maior que o valor correspondente a 2 (dois) EBITDAs ajustados (lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização ajustado dos efeitos dos ganhos não recorrentes, dos ajustes dos ativos biológicos, das subvenções de investimentos e da adoção da norma contábil IFRS 16); b) Aprovar programas de investimentos em valores superiores a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia, apurado este com base nas demonstrações financeiras do último exercício social encerrado cujas contas já tenham sido aprovadas pela Assembleia Geral, ou em valores que resultem em endividamento líquido pro forma no encerramento do exercício igual ou maior que o valor correspondente a 2 (dois) EBITDAs ajustados (lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização ajustado dos efeitos dos ganhos não recorrentes, dos ajustes dos ativos biológicos, das subvenções de investimentos e da adoção da norma contábil IFRS 16); cc) Autorizar doações, contribuições ou auxílios de qualquer natureza que superem o valor de 10 (dez) salários mínimos; dd) Aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e empresas ligadas (conforme definição constante do Regulamento do Imposto de Renda) aos Administradores e aos Acionistas, sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará na nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio, a menos que tenham natureza comutativa e sejam firmados em condições de mercado; ee) Dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento, a serem refletidas em Regimento Interno do Conselho de Administração, a ser aprovado pela Assembleia Geral; ff) Deliberar sobre a criação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, assim como aprovar os respectivos Regimentos Internos. Artigo 16 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, ao menos uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser feitas por conferência telefônica ou por teleconferência. Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente ou, ainda, por quaisquer 2 (dois) Conselheiros, mediante comunicação escrita aos demais Conselheiros, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a qual poderá ser dispensada em caso do comparecimento de todos os Conselheiros. Parágrafo 2º - Para que se instalem validamente as reuniões do Conselho de Administração, é necessária a presença da maioria dos Conselheiros em exercício, observado o disposto no caput deste Artigo. Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho de administração serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate, o voto de qualidade, sem prejuízo de seu voto singular. Parágrafo 4º - As deliberações do Conselho de Administração serão lavradas em atas no competente livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração. Artigo 17 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração: a) determinar a publicação de anúncio de convocação de Assembleia Geral de Acionistas, nos termos de deliberação do Conselho de Administração; (b) presidir as Assembleias Gerais de Acionistas; (c) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; (d) transmitir à Diretoria as decisões do Conselho de Administração e zelar pela sua execução; e (e) representar o Conselho de Administração. Seção II - Da Diretoria. Artigo 18 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, Acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição. Artigo 19 - Ocorrendo renúncia, morte ou afastamento por prazo superior a 15 (quinze) dias de qualquer membro da Diretoria, será convocada Reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo até o final do mandato. Parágrafo 1º - Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, este será substituído pelo Diretor Administrativo e Financeiro. Parágrafo 2º - Na ausência ou impedimento temporário de qualquer um dos demais Diretores, suas funções serão exercidas por outro Diretor escolhido pelo Diretor Presidente da Companhia. Artigo 20 - A Diretoria será composta por 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, sendo os demais Diretores eleitos sem designação especial. Parágrafo Único - Deverão ser obrigatoriamente preenchidos os cargos de Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro, cabendo ao Conselho de Administração, a seu critério, preencher os demais cargos, de uma vez ou por etapas, tendo em vista necessidades ditadas pelo volume dos negócios sociais. Os Diretores poderão acumular cargos. Artigo 21 - Os documentos da realização dos fins sociais e os de forma geral, atinentes às atividades da Companhia, serão assinados por (i) 2 (dois) Diretores conjuntamente, (ii) por 1 (um) Diretor e 1 (um) Procurador nomeado na forma deste Estatuto ou (iii) por 2 (dois) procuradores nomeados na forma deste Estatuto. Parágrafo Único - Na constituição de procuradores a Companhia será representada por 2 (dois) Diretores, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente. Do instrumento de procuração constarão os atos e operações a que se restringem o mandato, bem como a sua duração. Artigo 22 - É facultado à Diretoria, para assegurar o bom desempenho das atividades fins da Companhia, para manutenção, modernização ou aumento da capacidade produtiva instalada, contrair empréstimos em nome da Companhia junto às instituições financeiras, podendo, para tanto, dar todas as garantias necessárias, observadas as alçadas de aprovação de competência privativa do Conselho de Administração constantes no Artigo 15 deste Estatuto Social. Parágrafo Único - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e quaisquer garantias em favor de terceiros, ficando estes atos, se praticados, na inteira responsabilidade do subscritor do favor, salvo quando em benefício de sociedades controladas, coligadas ou subsidiárias da Companhia. Artigo 23 - A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial ou prestar depoimento pessoal, será exercida pelos Diretores. Artigo 24 - Compete à Diretoria: a) Dirigir a Companhia, representando-a ativa e passivamente em juízo ou fora dele; b) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração, bem como coordenar e dirigir os diversos ramos da atividade social, praticando todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia; c) Elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para parecer do Conselho de Administração e apreciação da Assembleia Geral; d) Propor ao Conselho de Administração o plano de negócios anual e plurianual, o orçamento anual e o orçamento de capital anual e plurianual da Companhia, os quais deverão ser revistos e aprovados anualmente; e) Dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento, a serem refletidas em Regimento Interno da Diretoria, a ser aprovada pelo Conselho de Administração; f) Supervisionar e responder pelos setores financeiros e administrativos da Companhia; g) Supervisionar e responder pelas atividades do setor agrícola; h) Desenvolver todo plano agrícola da Companhia; i) Supervisionar e responder pelas atividades do setor industrial; j) Desenvolver todo plano industrial da Companhia; k) Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. Parágrafo Único - São privativas do Diretor Presidente as seguintes atribuições: a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; b) Assinar conjuntamente com outro Diretor na constituição de mandatários; e c) Apresentar à Assembleia Geral os relatórios anuais da Diretoria. Seção III - Do Conselho Fiscal. Artigo 25 - O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente e será instalado somente por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido de Acionistas, nas hipóteses previstas em lei. Artigo 26 - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e respectivos suplentes em igual número, em conformidade com as prescrições legais. Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal deverão ser eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a sua instalação. Seus prazos de mandato deverão terminar quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua eleição, podendo ser destituídos e reeleitos. Parágrafo 2º - Após a instalação do Conselho Fiscal, a investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, observados os requisitos legais aplicáveis. Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Parágrafo 4º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará o seu lugar. Artigo 27 - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei. Parágrafo 1º - As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal por sua própria iniciativa ou por solicitação por escrito de qualquer de seus membros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. Parágrafo 2º - Para que se instalem validamente as reuniões do Conselho Fiscal, é necessária a presença da maioria dos seus membros. Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho Fiscal deverão ser aprovadas por maioria absoluta de votos. Parágrafo 4º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros presentes. Seção IV - Dos Órgãos Auxiliares da Administração. Artigo 28 - São órgãos auxiliares da administração da Companhia os seguintes Comitês de Assessoramento vinculados ao Conselho de Administração: a) Comitê de Conduta e Integridade; b) Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; e c) Comitê de Sustentabilidade. Parágrafo 1º - Os Comitês, quando instituídos, serão dotados de autonomia operacional e possuirão competências específicas que serão definidas nos respectivos Regimentos Internos aprovados pelo Conselho de Administração. Caberão aos Comitês a análise e a discussão das matérias definidas como de sua competência, bem como a formulação de propostas e recomendações para deliberação pelo Conselho de Administração. Parágrafo 2º - O Regimento Interno dos Comitês estipulará e detalhará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, requisitos de qualificação de seus membros e atividades dos Coordenadores dos Comitês, entre outras matérias. Parágrafo 3º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar outros Comitês de Assessoramento com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los. Parágrafo 4º - Cada Comitê será coordenado por um Coordenador designado no ato da nomeação dos membros do Comitê, cujas competências serão definidas nos respectivos Regimentos Internos. Artigo 29 - Cada Comitê será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, indicados pela Diretoria e eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 (dois) anos, coincidindo com os respectivos mandatos do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição. Parágrafo 1º - Os membros dos Comitês serão investidos nos respectivos cargos mediante termo de posse a ser lavrado em livro próprio. Parágrafo 2º - Caso um ou mais membros indicados pela Diretoria não sejam aprovados pelo Conselho de Administração, caberá à Diretoria indicar novos membros, até que sejam aprovados membros suficientes para a completude da composição dos Comitês. Parágrafo 3º - Em caso de vacância na composição dos Comitês, caberá à Diretoria indicar novo membro para aprovação pelo Conselho de Administração. Artigo 30 - Os membros de cada Comitê reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. Parágrafo 1º - As reuniões ordinárias dos Comitês constarão de calendário anual e as extraordinárias serão convocadas pelo Coordenador mediante comunicação escrita aos demais membros, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a qual poderá ser dispensada em caso do comparecimento de todos os membros. Parágrafo 2º - Todas as deliberações dos Comitês serão tomadas por maioria de votos, podendo ser resguardado o sigilo do voto de cada membro. Parágrafo 3º - As reuniões dos Comitês serão lavradas em atas, lidas, assinadas e aprovadas por seus membros. CAPÍTULO V - Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultado. Artigo 31 - O exercício social terá início no dia 1º de janeiro e término no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final do exercício, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras, com base na escrituração da Companhia e na forma legal prevista. Parágrafo 1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício findo, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária, mediante prévio parecer do Conselho de Administração, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das S.A. Parágrafo 2º - Do resultado do exercício, antes de qualquer participação, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houverem, e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Parágrafo 3º - Na hipótese de prejuízo no exercício, será este obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Parágrafo 4º - Determinar-se-á, a título de participação dos Diretores, o percentual de 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, ou o equivalente à remuneração anual a eles atribuída, dentre eles o menor, desde que cumpridas as metas corporativas e individuais previamente definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração de acordo com o plano estratégico da Companhia. Artigo 32 - Após realizadas as deduções contempladas no Artigo acima, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: a) Uma parcela correspondente a 5% (cinco por cento) para o fundo de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do Artigo 182 da Lei das S.A. exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; b) A parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, na forma das disposições do Artigo 195-A da Lei das S.A.; c) Uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; d) Uma parcela destinada ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório correspondente ao menor valor dentre 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A., e 15% (quinze por cento) do lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização ("EBITDA") ajustado dos efeitos dos ganhos não recorrentes, dos ajustes dos ativos biológicos, das subvenções de investimentos e da adoção da norma contábil IFRS 16 ("EBITDA ajustado"), limitado, ainda, ao montante que não resulte em endividamento líquido pro forma no encerramento do exercício igual ou maior que o valor correspondente a 2 (dois) EBITDAs ajustados; e) No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da alínea "d" acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A. Parágrafo 1º - A importância correspondente ao Resultado das Empresas Controladas será deduzida do Lucro Líquido do exercício e levada em conta especial de reserva de capital com a rubrica de "Lucros a Realizar", sendo colocada à disposição da Assembleia Geral que deliberará o seu destino. Parágrafo 2º - O saldo, se houver, será colocado à disposição da Assembleia Geral que, mediante prévio parecer do Conselho de Administração e respeitadas as disposições legais aplicáveis, deliberará o seu destino. Parágrafo 3º - A Diretoria poderá, "Ad Referendum" da Reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, pagar dividendos aos Acionistas e a participação dos Administradores. Parágrafo 4º - O pagamento do dividendo deverá ser feito no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado. Parágrafo 5º - Os dividendos atribuídos aos Acionistas não vencerão juros e, se não reclamados dentro de 03 (três) anos, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 33 - Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos Acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas serão sempre imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social. Parágrafo 1º - Quando do creditamento de juros aos Acionistas no decorrer do exercício social e da imputação dos mesmos ao valor do dividendo mínimo obrigatório, tais valores serão descontados dos dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos Acionistas o saldo excedente. Parágrafo 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará no curso do exercício social ou ainda no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos. Artigo 34 - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. Poderá, ainda, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Parágrafo 1º - Os dividendos distribuídos nos termos deste Artigo serão imputados ao dividendo obrigatório. Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá, mediante prévio parecer do Conselho de Administração, deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. CAPÍTULO VI - Da Liquidação. Artigo 35 - A liquidação da Companhia far-se-á de acordo com as Leis em vigor. Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que eventualmente deverá funcionar no referido período. CAPÍTULO VII - Arbitragem. Artigo 36 - A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, em caráter definitivo, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos do Regulamento da Câmara, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles. Parágrafo 1º - A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros nomeados e substituídos na forma prevista neste Artigo e no Regulamento da Câmara. Parágrafo 2º - A arbitragem terá início mediante a entrega de aviso por escrito, requerendo que a controvérsia seja submetida à arbitragem, no qual será especificado o objeto do litígio e qualquer outro fato relevante, bem como o nome do árbitro indicado. Parágrafo 3º - Quem receber a notificação terá 10 (dez) dias contados do recebimento para nomear o árbitro de sua escolha. Caso deixe de nomear tempestivamente o árbitro ele será nomeado pela Câmara, consoante o Regulamento da Câmara, dentro de 10 (dez) dias do requerimento formulado pelo interessado. Parágrafo 4º - Os dois árbitros nomeados na forma estabelecida acima terão 10 (dez) dias contados da data de sua nomeação ou da ocorrência da última das nomeações para nomear o terceiro árbitro, que presidirá o juízo arbitral. Expirando-se este prazo sem que se tenha chegado a um consenso quanto à escolha do terceiro árbitro, ele será então escolhido pela Câmara, consoante o Regulamento da Câmara, dentro de 10 (dez) dias do requerimento de qualquer dos interessados. Parágrafo 5º - Será vedada a nomeação de árbitro que seja afiliado, parente ou empregado de qualquer dos litigantes, ou de qualquer afiliada de qualquer dos litigantes. Parágrafo 6º - A arbitragem terá lugar na Cidade de São Paulo - Capital, será conduzida no idioma português e todos os procedimentos, ordens, comunicações, documentação, provas e sentença arbitral final serão redigidos também no idioma português. Manter-se-á uma transcrição literal dos procedimentos. Parágrafo 7º - Os árbitros não poderão julgar por equidade. Parágrafo 8º - Os árbitros poderão proferir laudos arbitrais provisórios ou interlocutórios, mas não poderão proferir laudos arbitrais finais parciais. Os árbitros decidirão, no laudo arbitral final, que serão vinculantes e não sujeitas a recursos, todas as pendências, litígios e disputas submetidas à arbitragem. Parágrafo 9º - O laudo arbitral final será proferido na Cidade de São Paulo - Capital, com o seguinte conteúdo: (i) o relatório, contendo o nome dos litigantes e um resumo do litígio; (ii) os fundamentos da decisão, em que serão analisadas as questões de fato e de direito; (iii) o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; e (iv) a data e o lugar em que foi proferido. O laudo arbitral final será assinado por todos os árbitros. Caberá ao presidente do Tribunal Arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não poder ou não querer assinar o laudo, certificar tal fato. Parágrafo 10 - O laudo arbitral final conterá a condenação do perdedor ao pagamento de honorários de advogado, custas e despesas razoáveis (ou de parte destes, se julgado apropriado) despendidos pelo vencedor. Parágrafo 11 - Antes de instituída a arbitragem, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário para a concessão de medida cautelar ou de urgência. Estando já instituída a arbitragem, a medida cautelar ou de urgência será requerida diretamente aos árbitros, consoante as disposições dos Artigos 22-A e 22-B da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Parágrafo 12 - Para a obtenção de medidas urgentes fica eleito o foro da Comarca de Pompéu, estado de Minas Gerais, com a exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam. Parágrafo 13 - A arbitragem deverá ser mantida em confidencialidade e seus elementos (incluindo-se, sem limitação, as alegações, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral), somente serão revelados ao Tribunal Arbitral, aos litigantes, aos seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da arbitragem, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento das obrigações impostas por lei ou por qualquer autoridade competente. Parágrafo 14 - Todos os Acionistas, Administradores e Conselheiros Fiscais da Companhia assinarão Termo de Adesão à cláusula compromissória de resolução de conflitos por arbitragem, nos termos estabelecidos neste Artigo. CAPÍTULO VIII - Disposições Finais e Transitórias. Artigo 37 - A Companhia entrou em funcionamento imediatamente após o arquivamento de seus Atos Constitutivos na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, bem como de sua publicação na forma da Lei. Artigo 38 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. Artigo 39 - A Companhia indenizará e manterá indenes seus Administradores e demais colaboradores que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas e, ainda, aqueles colaboradores indicados pela Companhia para exercerem cargos estatutários ou não em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora ("Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício de suas funções no interesse da Companhia. Parágrafo 1º - Caso algum dos Beneficiários seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições, (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude, ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, aquele deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica e demais desembolsos, nos termos da legislação em vigor. Parágrafo 2º - As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão deliberadas pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da possibilidade de contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão. Mesa: Presidente - Geraldo Otacílio Cordeiro; Marcos Antonio Jory - Secretário.

PRONAMPE

Linha de crédito se torna desafio para empresas

Medida, que inicialmente foi criada para socorrer negócios na pandemia, passou a ser problema com disparada da Selic

BIANCA ALVES

Criado na pandemia para socorrer os pequenos negócios, que tiveram que fechar as portas ou reduzir suas atividades, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) foi lançado em condições atraentes, com as menores taxas do mercado. Em 2020, emprestou R$ 37 bilhões a 468 mil empresas. Em 2021, os R$ 25 bilhões previstos para o ano se esgotaram em poucos meses.

Porém, o custo do financiamento disparou com a alta da Selic, recurso do qual o Banco Central tem lançado mão para tentar controlar a inflação. Assim, de uma taxa inicial de 2,25% da Selic mais 1,25% ao ano em 2020, o Pronampe passou a cobrar Selic + 6% em 2021, quando se tornou permanente. Em 2022, uma adversidade a mais: a taxa básica de juros caminha celeremente para mais de 13% e o custo da linha de empréstimo está chegando aos 20% ao ano.

"O Pronampe foi oferecido no período mais grave da pandemia. A ideia era manter o nível de empregos e evitar a falência das pequenas empresas, muitas delas sem poder funcionar", lembra o professor Flávio Constantino, do Departamento de Economia da PUC. "Naquele momento, a inflação não era um grande problema e o Banco Central achava que os preços continuariam estáveis", acrescenta.

> *"O Pronampe foi oferecido no período mais grave da pandemia. A ideia era manter o nível de empregos e evitar a falência das pequenas empresas"*

Pressionados por energia, combustíveis, excesso de gastos do governo e agora o conflito na Ucrânia, os preços aumentaram, geraram inflação, e o único remédio para combatê-la é a alta dos juros, que encarece o crédito, reduz o nível de emprego e de consumo - um panorama catastrófico para as pequenas empresas e terreno fértil para a inadimplência.

O Banco do Brasil, que é administrador do Fundo de Garantia de Operações (FGO) do Pronampe, vai comunicar seus resultados nos próximos dias e é impedido de divulgar suas operações financeiras neste período. Mas, em fevereiro, a inadimplência geral das operações contratadas estava em 4,5%.

Superior à inadimplência média dos empréstimos concedidos a pessoas jurídicas, que era de 1,33% em dezembro, segundo o Banco Central. O crédito total a micro, pequenas e médias empresas tinha então inadimplência de 2,55%, e para grandes empresas o índice era de 0,39%.

Também procurada pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, a Caixa não informou o tamanho de suas operações na linha e afirmou, através de sua assessoria, que não divulga índices de inadimplência. Já o BDMG, também um grande operador do Pronampe, informou que ela está "em níveis aceitáveis".

CHARLES SILVA DUARTE / ARQUIVO DC

Negócios vêm enfrentando dificuldades para honrar com financiamento

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-MG) com empresários do setor, entre os dias 21/2 e 03/3, mostra que a situação é mais grave. Segundo ela, 67% dos empresários do setor contraíram empréstimos na pandemia, 82% por meio do programa. Outros 14% dos entrevistados já estavam com parcelas do Pronampe atrasadas, 43% deles há mais de 90 dias.

Segundo pesquisa do Sebrae e da Fundação Getulio Vargas, feita entre novembro e dezembro do ano passado (a mais recente), mais de 60% dos pequenos negócios buscaram empréstimos desde o início da crise da Covid e quase um terço do total (28%) estão inadimplentes.

BDMG - O BDMG tem tentado ajudar os segmentos mais fragilizados. Em 2021, 63% (ou R$ 197 milhões) do crédito liberado pelo banco para o segmento de micro e pequenas empresas foi por meio do Pronampe, para 3.537 clientes localizados em 351 municípios mineiros. Destes, 265 deles com IDH abaixo da média brasileira.

Em outubro de 2021, o BDMG reduziu para 5% ao ano mais Selic a taxa para micro e pequenas empresas de Minas Gerais interessadas em obter crédito por meio do Pronampe. O movimento diferenciou o banco da concorrência, uma vez que as demais instituições financeiras do mercado praticaram o limite estabelecido pelo programa, de 6% ao ano mais Selic.

Além da menor taxa de juros, o BDMG praticou outros diferenciais em relação ao restante do mercado: as empresas com participação feminina no capital social maior ou igual a 50%, há pelo menos seis meses, e as empresas da cadeia do turismo, eventos, bares e restaurantes contaram com Tarifa de Abertura e Acompanhamento de Crédito (TAAC) reduzida.

O professor Flávio Constantino aponta o fato de que, com o aumento dos juros, as pequenas empresas dificilmente poderão cumprir com o compromisso de não demitir. "Por um lado, as vendas estão fracas, ou seja, o empresário tem pouca receita para honrar o empréstimo; por outro, os encargos estão mais altos e mais difíceis de serem honrados. Ou seja, se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come", compara Constantino.

Para manter seus funcionários, o pequeno negócio teria que cortar outros custos, o que é praticamente impossível em um segmento que usa pouca tecnologia e no qual a mão de obra pesa muito. "A tendência é que a inadimplência aumente nos próximos meses, já que essas empresas são mais reféns da crise econômica. Se tentarem recorrer a outras modalidades de crédito, vão encontrar taxas mais elevadas", lamenta o economista.

Nesta semana, o Banco Central aumentou novamente a Selic, desta vez para 12,75% ao ano. Ainda assim, em termos de juros, o Pronampe continua oferecendo uma das taxas mais favoráveis do mercado, onde elas podem chegar a 30% ao ano.

MINERAÇÃO

Projeto da Tamisa é discutido na Assembleia

Audiência pública foi realizada ontem

As discussões em torno da instalação do Complexo Minerário Serra do Taquaril na Serra do Curral opõem o Governo do Estado e o setor empresarial, que defendem o empreendimento, e movimentos da sociedade civil, que são contrários ao que consideram como destruição do principal cartão-postal de Belo Horizonte. O tema foi debatido, ontem, em audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Os dois lados divergiram sobre os impactos do empreendimento na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e até sobre o tempo destinado a cada lado para defender seus argumentos.

A secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Carvalho de Melo, defendeu a legalidade da aprovação do empreendimento pela sua pasta. Segundo ela, todas as etapas do processo foram devidamente cumpridas, com a análise técnica da proposta e a realização de audiências públicas para ouvir a sociedade.

Como sinal da qualidade da análise técnica, a secretária disse que foram requeridas, pela equipe da secretaria, 128 informações complementares, e todas teriam sido respondidas pela empresa.

A proposta foi transformada em projeto a ser analisado prioritariamente pela pasta em 2017. Marília destacou também que, durante a reunião *on-line* do Conselho de Política Ambiental (Copam) em que o licenciamento foi aprovado, já na madrugada de sábado (30), todos os interessados puderam se manifestar e, como resultado, foram registradas 738 intervenções, razão pela qual a reunião teria se estendido até as 3 horas da manhã.

Estudo técnico - Um dos responsáveis pelos estudos técnicos realizados pela secretaria, o superintendente de Projetos Prioritários, Rodrigo Ribas, disse ter recebido "mais de uma centena" de ameaças em função da decisão favorável ao empreendimento, mas reafirmou a posição técnica, e não política, da análise.

Entre outras coisas, ele disse que o licenciamento não é para um "megaempreendimento", já que a quantidade de minério a ser retirada anualmente seria menor do que em outras áreas de mineração no Estado.

O impacto em termos de poeira na atmosfera foi minimizado por Rodrigo Ribas, que afirmou que a dispersão ficará restrita à área do empreendimento. Ele também disse que o Pico Belo Horizonte, símbolo da Capital, não será alterado, embora tenha admitido que a mineração terá impacto visual por poder ser observada a partir de alguns pontos da cidade.

Para escoamento da produção, está previsto, de acordo com Rodrigo Ribas, o trânsito diário de 600 caminhões e, para mitigar os efeitos, a empresa vai construir uma rodovia de 7 quilômetros. Ele afirmou, ainda, que o projeto não prevê barragem de rejeitos. Sobre a segurança hídrica, o convidado mencionou estudos e acordos com a Copasa para não interferir na oferta de água na RMBH.

Por fim, o superintendente negou impactos relevantes para a flora e fauna da região e disse que corredores de conectividade serão criados para evitar áreas ambientais isoladas. As fases 1 e 2 do empreendimento, que avançaram no licenciamento, vão suprimir 45 hectares de mata nativa.

Em defesa da mineração na Serra do Curral, também se pronunciaram Leandro Amorim, representante da Taquaril Mineração S.A. (Tamisa), responsável pelo empreendimento, e o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, entidade que tem representação no Copam. "A vocação mineradora do Estado não é maldição, é bênção", disse Roscoe.

Leandro Amorim destacou que o processo prevê medidas de mitigação dos impactos ambientais.

> *Para escoamento da produção, está previsto, de acordo com Rodrigo Ribas, o trânsito diário de 600 caminhões e, para mitigar os efeitos, a empresa vai construir uma rodovia de 7 quilômetros*

Movimentos contestam - Os argumentos em favor do empreendimento foram contestados por diversos participantes da audiência conjunta. Jeanine Oliveira, do Movimento Mexeu com a Serra do Curral Mexeu Comigo, chamou de "afronta à memória" dos moradores as afirmações de que não haverá poeira ou tremores de terra no entorno da mineração.

Ela citou antigas áreas exploradas na região e suas consequências, enquanto exibia imagens de satélite que demonstravam que o atual projeto, se instalado, será ainda mais próximo de áreas residenciais do que os anteriores.

Ela também questionou como o Pico Belo Horizonte não será afetado se uma das bordas das cavidades previstas está a pouco mais de 100 metros do ponto mais alto da Serra do Curral.

Sobre o tamanho do empreendimento, a convidada ressaltou que o projeto original foi dividido para facilitar a obtenção do licenciamento, de forma que o que está em discussão agora é apenas uma pequena parte das pretensões minerárias na região. A tendência seria a ampliação posterior da área atingida e da quantidade de minério a ser retirado.

Jeanine Oliveira apontou ainda que, depois dos estudos da Copasa, o projeto foi alterado e terá muito mais impacto nas proximidades das adutoras da companhia.

O representante do Fórum São Francisco, Júlio Grillo, afirmou que as explosões colocarão em risco a segurança de barragens próximas. "Se alguma liquefazer, o centro de Nova Lima vai ficar debaixo de lama", alertou.

"Estão usando argumento técnico para esconder o interesse político", criticou Apolo Heringer Lisboa, do Projeto Manuelzão.

GUILHERME BERGAMINI / ALMG

Audiência pública contou com a presença de representantes da empresa, deputados e movimentos civis contrários ao projeto

Tombamento é defendido por deputados

Uma das controvérsias sobre a liberação do empreendimento da Tamisa diz respeito ao processo de tombamento da Serra do Curral. De acordo com a deputada Ana Paula Siqueira (Rede), os estudos para o tombamento já estão prontos e só dependem da apreciação do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep). Para tanto, porém, é preciso que o governo convoque reunião do conselho, o que não foi feito.

O Copam, por outro lado, foi convocado para votação do licenciamento da mineração, o que foi considerado pela parlamentar uma forma de agilizar a instalação da mineradora.

Ana Paula Siqueira citou pedido de comissão parlamentar de inquérito (CPI), encabeçado por ela, para investigar as razões de o processo de licenciamento ter "atropelado" outro processo de tombamento da Serra do Curral. O pedido já conta com a assinatura de 20 parlamentares e precisa de mais seis para ser votado na Casa.

Ao longo da reunião, vários deputados se manifestaram contrariamente ao empreendimento. A deputada Beatriz Cerqueira (PT) o classificou como "ato de ódio contra Belo Horizonte". O deputado Bernardo Mucida (PSB), que é natural de Itabira, berço da mineradora Vale, disse que a mineração não pode ser feita tão próxima de áreas residenciais.

O deputado Cristiano Silveira lembrou dos rompimentos recentes de barragens em Minas, que provocaram mais de duas centenas de mortes, e disse que ambos contavam com pareceres técnicos favoráveis. Por isso, ele considera necessário questionar esses pareceres.

O deputado federal Rogério Correia (PT-MG) anunciou que vai apresentar, nesta sexta-feira (6), uma representação ao Ministério Público Federal para pedir a suspensão imediata do empreendimento. Medida semelhante foi solicitada pelo deputado Rafael Martins (PSD), presidente da Comissão de Minas e Energia, ao Ministério Público de Minas Gerais.

Reserva legal - No lado oposto, o deputado Gustavo Santana (PL) defendeu o Complexo Minerário Serra do Taquaril. Segundo ele, os estudos de impactos foram desenvolvidos por sete anos e o projeto pode gerar mais de 2 mil empregos.

A deputada Celise Laviola (Cidadania) ponderou que não estava fazendo a defesa do ato, mas que compreendia a posição técnica do licenciamento. O deputado Roberto Andrade (Avante) defendeu maior celeridade nos processos de licenciamento para que mais empregos possam ser gerados no Estado. **(Com informações da ALMG)**

TESOURO NACIONAL

Shutdown preocupa o governo federal

Existe uma preocupação relacionada a risco de *shutdown* da máquina pública, mas o governo trabalha para que não ocorra essa paralisação de serviços, disse ontem o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, citando dificuldades orçamentárias na Receita Federal e no órgão do qual é chefe.

Em videoconferência organizada pelo Broadcast, Valle afirmou que há restrições em áreas do governo e disse que o mês de maio será desafiador porque normalmente o cenário das contas públicas apenas fica mais claro no segundo semestre.

"Certamente, parar uma Receita Federal, parar um Tesouro Nacional não é desejável, a gente vai ter que cortar outras despesas (para remanejar)", disse. "Existe essa preocupação, mas a gente vai trabalhar para não ter *shutdown*, não tem cabimento a máquina parar por falta de orçamento".

Em março, ao divulgar o relatório bimestral de avaliação das receitas e despesas, o governo constatou risco de descumprimento do teto de gastos e teve que bloquear R$ 1,7 bilhão em um Orçamento que já estava apertado. Na segunda quinzena deste mês, o Ministério da Economia divulgará nova edição do relatório e terá que anunciar novo bloqueio de recursos se houver aumento das restrições nas contas.

Nos últimos meses, o governo já vinha alertando para a falta de verba para órgãos como a Receita Federal e programas como os de financiamento agrícola e de incentivo à exportação.

Em cenário no qual candidatos ao governo e o próprio presidente Jair Bolsonaro têm sugerido uma flexibilização no teto de gastos, Valle defendeu a regra fiscal, mas disse que a discussão é bem-vinda e ressaltou que o ministério está pronto para o debate. Segundo ele, porém, não há medida nesse sentido em gestação na pasta.

Apesar das travas nas despesas públicas, o secretário ressaltou que a arrecadação do governo segue surpreendendo positivamente. Segundo ele, o Tesouro acredita que boa parte das receitas adicionais observadas recentemente são estruturais e permanentes, mesmo com parcela dos ganhos sendo proveniente da elevação de preço do petróleo.

Selic em alta - Na entrevista, o secretário também disse não acreditar em um aumento na taxa Selic para nível muito além do já definido pelo Banco Central, de 12,75% ao ano. Para Valle, porém, o país passa por um momento de juros mais altos que devem "permanecer por um período".

O secretário ressaltou que a elevação das taxas de juros pelo Banco Central aumenta o custo da dívida pública, ponderando que esse cenário já está incluído nas projeções do Tesouro.

Sem dar detalhes, ele disse ainda que é provável que o aumento salarial a servidores seja definido em breve.

Em outra frente, afirmou que eventual reajuste da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas dependerá de avaliação sobre o aumento da arrecadação.

Valle também disse que o governo pretende lançar no segundo semestre um debate público sobre proposta elaborada no ministério para criar uma âncora fiscal baseada em metas para a dívida pública. Segundo ele, essas discussões seriam feitas antes de envio formal da medida ao Congresso. O plano foi apresentado pela pasta à Reuters em dezembro do ano passado. **(Reuters)**

AGRONEGÓCIO

agronegocio@diariodocomercio.com.br

FEBRE AFTOSA

Sem vacinação, pecuária pode ampliar ganhos em Minas

Novo *status* abre outros mercados para produtores, além de reduzir custos da atividade

MICHELLE VALVERDE

A suspensão da vacinação contra a febre aftosa, a partir de 2023, traz boas perspectivas para o setor produtivo de Minas Gerais. Assim que reconhecido como livre da doença sem vacinação pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), processo que pode demorar até 24 meses, o Estado fica apto a buscar novos mercados que, hoje, pagam mais pela carne, mas exigem o *status* de livre de aftosa sem vacinação para manter relações comerciais, como o Japão e a Coreia do Sul. A última etapa da vacinação em Minas Gerais ocorrerá em novembro, quando todos os bovinos e bubalinos receberão a dose.

A permissão para suspender a vacina contra a febre aftosa no ano que vem veio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e é válida para seis estados e o Distrito Federal.

A medida entrará em vigor após a última etapa de vacinação deste ano, a ser realizada em novembro, e abrange as unidades da federação que integram o Bloco IV do Plano Estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PE-Pnefa). São elas: Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins e Distrito Federal. Ao todo, aproximadamente 113 milhões de bovinos e bubalinos deixarão de ser vacinados, o que corresponde a quase 50% do rebanho total do País.

De acordo com o coordenador estadual do Programa de Vigilância para a Febre Aftosa, o médico veterinário do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Natanael Lamas Dias, a suspensão da vacina faz parte do projeto de ampliação de zonas livres de febre aftosa sem vacinação no País. Para que isso aconteça, os estados devem cumprir uma série de requisitos previstos no Plano Estratégico, que está alinhado com as diretrizes do Código Terrestre da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE).

"Existem 102 ações que precisam ser atendidas, sendo que 42 são de competência de cada unidade federativa. No dia 26 de abril, houve reunião do bloco IV com todos os estados e o Mapa apresentou a avaliação de cada unidade federativa. Minas Gerais, o Distrito Federal e mais cinco estados foram autorizados a suspender a vacinação a partir de 2023. Para que isso ocorresse, foram atendidas todas as 42 exigências, que incluem, por exemplo, o georreferenciamento das propriedades e um fundo de defesa privado ou público", disse.

> Ao todo, cerca de 113 milhões de bovinos e bubalinos deixarão de ser vacinados, o que corresponde a quase 50% do rebanho total do País

Os critérios estabelecidos pelo Mapa também incluem exames comprovando a ausência da circulação do vírus no rebanho, cobertura vacinal acima de 95% e a estruturação física e de pessoal nas unidades de vigilância.

Ainda segundo Dias, para garantir a fiscalização e o serviço de vigilância em Minas Gerais, estão sendo feitos investimentos na estrutura do IMA e capacitação dos profissionais. Também está previsto um concurso público para reforçar o quadro técnico da instituição.

Com repasses do Governo de Minas, serão aplicados R$ 42,2 milhões na modernização de estruturas e fortalecimento das atividades realizadas pelo IMA. O recurso é proveniente do Termo de Reparação de Brumadinho firmado pelo Estado com a mineradora Vale. O valor está sendo destinado à renovação da frota e melhorias nas unidades administrativas e nas barreiras de fiscalização sanitária.

DIVULGAÇÃO / IMA

Última etapa de vacinação no Estado será em novembro e vai abranger todos os bovinos e bubalinos

Maior produtividade e economia são esperadas

O superintendente técnico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Altino Rodrigues Neto, ressalta que a suspensão da vacina contra a febre aftosa é uma vitória histórica do Estado e dos pecuaristas.

"Estamos em um momento histórico. Depois de mais de 60 anos de vacinação e controle da doença, estamos erradicando a aftosa. Passamos para um novo patamar, estamos na prateleira de cima em termos mundiais em relação à parte sanitária. A febre aftosa tem esse poder de fazer com que países sejam melhor classificados, pela dificuldade que é erradicar a doença. É um feito realmente histórico", avaliou.

Ainda segundo Rodrigues, além de abrir a oportunidade de exportar para outros países, que exigem o reconhecimento de livre da aftosa sem vacina e pagam mais pela carne, o pecuarista tem uma economia imediata. Isso porque não haverá gastos com a compra da vacina e a parte operacional do manejo do gado para vacinar.

Além disso, não haverá mais impacto na produtividade das vacas, que reduzem a produção de leite logo que vacinadas. No setor de corte, segundo Dias, por conter óleo, a vacina pode causar uma lesão e, com isso, após o abate, é perdida uma grande parcela da carne.

"Então a retirada da vacina contra a febre aftosa gera economia de recursos e diminui prejuízos e o produtor poderá investir mais no controle de outras doenças e zoonoses. Vai conseguir acessar mercados melhores, não só da carne, mas também de outros produtos, como a soja citrus".

Altino explica ainda que Minas Gerais está preparado para a suspensão da vacina, já que conta com um sistema de vigilância sanitária efetivo e que vem sendo aprimorado com investimentos.

"Com a retirada da vacina, vai aumentar muito o controle sanitário, a vigilância passa a ser ainda mais rigorosa com trânsito de animais, aglomerações de animais em leilões, suspeitas de doenças. E o produtor passa a ter papel mais relevante ainda porque passa a ser o primeiro agente a identificar uma possível reintrodução no Estado e no País. O produtor terá o papel mais preponderante no processo", destacou.

Outro ponto fundamental é o Fundo de Defesa Sanitária do Estado de Minas Gerais (Fundesa), que tem recursos para dar suporte às ações de defesa sanitária, ao produtor, prevenir e combater doenças que possam acometer os rebanhos de Minas Gerais.

"Estamos implantando o fundo, mas com algumas dificuldades ainda em relação aos frigoríficos do Estado que ainda não entenderam o papel importante no processo. Estas indústrias serão muito beneficiadas com a retirada da vacina, com a possibilidade de abertura de mercados e agregação de valor. É importante ter a participação dos frigoríficos mineiros. O custo é muito baixo, são R$ 0,70 a cada animal abatido, que tem valor médio de R$ 6 mil. Todo o recurso é revertido em benefícios ao setor", explicou. **(MV)**

FERTILIZANTES

Falta de espaço afeta desembarques em Paranaguá

São Paulo - O volume de fertilizantes desembarcados no Porto de Paranaguá, o principal porto de entrada do produto no Brasil, vem caindo desde fevereiro, quando eclodiu a Guerra da Ucrânia. Segundo o porto, o problema não tem a ver com escassez de insumos vindos da Rússia, mas sim com a falta de espaço para armazenagem nos terminais privados e a corrida dos importadores para garantir o produto.

Em fevereiro, foi importado 1,3 milhão de toneladas de fertilizantes pelo porto localizado no litoral paranaense. Já em março, esse volume caiu para 880 mil toneladas. O dado mais recente, de abril, mostra que a tendência de queda se manteve, com recuo para 609,2 mil toneladas.

Além da queda em termos absolutos, o mês de abril também se destaca como o primeiro, desde novembro do ano passado, a registrar um recuo no volume importado em comparação com abril do ano passado - queda de 31%.

No período de seis meses, a maior taxa de crescimento foi registrada em fevereiro, com incremento de 40% sobre 2021. Essa alta, no entanto, já perdeu ritmo em março, quando os desembarques foram apenas 15% maiores que em março de 2021.

No resultado acumulado nos primeiros quatro meses do ano, há um crescimento de 11% nos desembarques, com 3,7 milhões de toneladas descarregadas, de acordo com o Porto de Paranaguá.

O insumo é essencial para a agricultura, e o Brasil é altamente dependente de fornecedores estrangeiros para suprir sua demanda. A possibilidade de escassez tem pressionado o presidente Jair Bolsonaro (PL), que tem no agro uma de suas principais bases eleitorais.

No fim de semana, o presidente declarou que "mais de 30 navios com fertilizantes estão a caminho da Rússia para o Brasil, resultado da viagem" que fez em fevereiro a Moscou, de acordo com a Agência Brasil. "Nossa agricultura não para", disse Bolsonaro.

No entanto, os dados de Paranaguá, por onde passam cerca de 25% de todos os fertilizantes importados pelo Brasil, mostram que o problema não está na falta de navios, mas na de espaço de armazenagem. E pela gestão dos fluxos de entrada e saída desses estoques nos armazéns, de responsabilidade de importadores e da indústria de fertilizantes.

"A Rússia continua carregando (fertilizantes) para o Brasil. Essa queda (em abril) tem a ver com armazenagem e com as condições do mercado. Não temos espaço hoje na retroárea (terminas privados) para receber essa carga. E também houve uma compensação porque, em um mês, importou-se mais e agora, para compensar, caiu a importação (mensal)", diz Luiz Fernando Garcia, presidente do porto.

Por causa da dificuldade de descarregar em Paranaguá, alguns poucos navios têm optado por seguir viagem até o Porto de Rio Grande (RS), onde não tem faltado espaço nos armazéns.

O custo dessa operação varia conforme a carga e as condições contratuais da importação. Poderá resultar eventualmente em economia em relação ao custo das diárias extras decorrentes da impossibilidade de descarregar em Paranaguá. Os valores, no entanto, não são divulgados: são negociados entre armador e importador, sem ingerência da administração portuária. **(Folhapress)**

FABIO SCREMIN / APPA

Mesmo com problema em porto, no ano volume de insumo descarregado registra crescimento

Governo faz missão por fornecimento

Uma comitiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento iniciou ontem uma missão para Jordânia, Egito e Marrocos. Liderado pelo ministro Marcos Montes, o grupo irá se reunir com representantes de empresas privadas e de governos desses três países para tratar sobre o fornecimento de fertilizantes e a ampliação de investimentos no Brasil. Os encontros também vão servir para reafirmar os mercados de destino de produtos brasileiros.

Na Jordânia, o principal tema será o fornecimento de fertilizantes à base de potássio. No Egito, o foco serão os nitrogenados, e em Marrocos, os fosfatados. O retorno ao Brasil está previsto para o dia 14 de maio.

"Também vamos aproveitar a viagem para consolidar os nossos produtos agropecuários nesses três países, por isso, acredito que a viagem terá sucesso e voltaremos, se Deus quiser, com bons resultados", disse o ministro. **(Com informações do Mapa)**

NEGÓCIOS

gestaoenegocios@diariodocomercio.com.br

LOGÍSTICA

Supporte alcançou mais de R$ 6 bilhões de GMV em 2021

Movimentação total de mercadorias dobrou no exercício

MARA BIANCHETTI

A Supporte, empresa de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, com atuação nacional e mais de 20 anos de expertise em operações logísticas, alcançou mais de R$ 6 bilhões em movimentação total de mercadorias (GMV) em 2021. O resultado dobrou em relação a 2020. Para este exercício, a expectativa é manter a trajetória de crescimento, embora em um ritmo menor, diante da elevada base de crescimento. São esperados até R$ 7,5 bilhões, cerca de 25% a mais que o apurado no ano passado.

Para isso, de acordo com o CEO, Pedro Carneiro, a empresa pretende ampliar sua carteira de clientes e alavancar as estruturas nos portos-secos em que atua. "Temos como objetivo ser o primeiro integrador logístico no Brasil com capacidade e atuação em toda cadeia logística, do comércio exterior ao digital, do serviço de transportes ao entreposto da Zona Franca de Manaus, de ponta a ponta sendo reconhecida pelos nossos clientes e colaboradores como uma empresa socialmente e ambientalmente sustentável, com boas práticas de governança corporativa", diz.

Conforme o executivo, a manutenção do crescimento dos negócios tem sido possível graças às estratégias de atuação da empresa, que inclui o trabalho com produtos com maior valor agregado.

> *A manutenção do crescimento dos negócios tem sido possível graças às estratégias de atuação da empresa, que inclui o trabalho com produtos com maior valor agregado*

"Com a pandemia e a necessidade de as pessoas ficarem em casa, o *e-commerce* cresceu exponencialmente no Brasil. O lado preocupante é que se trata de um mercado recente e ainda carente de tecnologia e gente especializada. Por isso, investimos tanto em tecnologia e inovação. O movimento alavancou muito nossas operações, mas prezamos pelo alto nível de serviço e buscamos entregar um serviço diferenciado", explica.

E isso tem sido alcançado. Conforme Carneiro, o nível de serviço logístico (percentual de entregas dentro do prazo acordado com seus clientes) atingiu índice acima de 96%, atendendo às diferentes necessidades dos clientes nacionais e multinacionais. A média do mercado gira em torno de 90%.

Estrutura - Por meio de uma ampla estrutura logística nacional, seja por via aérea, rodoviária, ferroviária, fluvial ou por cabotagem, a empresa atua em todo o País. Para isso, conta com quatro armazéns nas cidades de Uberlândia, Ipojuca (SP), Manaus (AM) e São Paulo, totalizando mais de 170 mil metros quadrados de armazenagem estrategicamente localizados. Há também dois portos-secos: o Porto-Seco do Cerrado em Uberlândia e o Porto-Seco Ipojuca, que servem como base para operações de importação em regime convencional, de entreposto aduaneiro, *drawback*, exportação e outros regimes aduaneiros.

"Também fazem parte do complexo dois entrepostos da Zona Franca de Manaus, um em Ipojuca e outro em Uberlândia, que facilitam e aumentam a agilidade na distribuição de cargas e ajudam a reduzir custos. Fora isso, estamos sempre em busca de oportunidades e vislumbramos potencial em outras regiões, como o Sul de Minas e Sul do País. Não trabalhamos com ativos próprios, então, nossa capacidade de oferta acompanha a demanda", completa.

A Supporte atende praticamente todos os setores, principalmente os ligados a bens de consumo duráveis. "Transportamos de caneta a bicicleta, passando por itens de ambientação para Natal", conclui.

MAURO MARQUES

São esperados até R$ 7,5 bilhões de GMV, cerca de 25% a mais que o apurado no ano passado

DIVULGAÇÃO / SUPPORTE

Carneiro: o *e-commerce* cresceu exponencialmente no Brasil

Segmento B2C da Patrus Transportes avançou na pandemia

A pandemia acelerou de maneira expressiva o crescimento do *e-commerce Business to Consumer* (B2C) que envolve transações realizadas via internet entre empresas e consumidores. O modelo de negócio impactou diretamente os serviços prestados pelas transportadoras, que se movimentaram para acompanhar uma tendência que deve se manter.

Levantamento realizado pela Neotrust, empresa que monitora 85% do *e-commerce* brasileiro, revelou que as vendas pela internet tiveram alta de 27% no ano passado em relação a 2020. O resultado é recorde para o comércio *on-line*. Um contexto que teve reflexos na Patrus Transportes, com sede em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e mais de 85 unidades pelo País. Com quase 50 anos de história, a companhia, especializada no transporte de carga fracionada, está diversificando a atuação.

Em 2021, período crítico da crise epidemiológica, a participação do segmento B2C foi alçada a aproximadamente 25% da receita anual da companhia. Agora, com a mudança de hábito dos consumidores, a aposta é que essa proporção aumente a partir deste ano.

"Passado o ponto crítico da pandemia, quando havia muitas restrições de circulação, mantivemos essa projeção para 2022. Temos uma meta de crescimento para este ano de 10% em relação a 2021, não só no B2C, mas em todas as nossas atividades", explicou o diretor de operações da Patrus Transportes, Silvio Cesar Pereira.

O executivo disse que uma das primeiras adaptações feitas para atender a alta demanda do B2C foi a instalação de um *sorter* (sistema de separação automática de pedidos) na matriz, em Contagem, em 2019. Agora, em 2022, a previsão é que outro equipamento seja instalado no terminal de Vitória (ES).

"O *sorter* aumenta a nossa capacidade operacional e traz mais agilidade na distribuição de cargas, principalmente com perfil B2C. Além disso, implantamos em nossas unidades um sistema de triagem de carga semiautomática. É um processo customizado de entregas de *e-commerce* com foco em eficiência e produtividade", explica.

Perfil da frota - Outra mudança foi em relação às características dos veículos em operação. A empresa diversificou os tipos para a frota B2C, antes composta majoritariamente por Fiorinos e Vans. Já nos últimos anos foram incorporados carros particulares. A maior parte dos veículos B2C que operam pela Patrus é de Transportadores Autônomos de Carga (TAC). Atualmente são 2.131 profissionais trabalhando nessa categoria.

Para se ter ideia da abrangência da operação, a Patrus Transportes atende 3.100 municípios e distritos, coletando mercadorias em 10 estados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Hoje as entregas no segmento B2C já ocorrem nos estados de Minas Gerais, Sergipe, Espírito Santo, Bahia e também no interior de São Paulo.

DIVULGACAO / PATRUS TRANSPORTES

Com quase 50 anos de história, a companhia está diversificando a atuação no mercado

Westwing Brasil inaugura hub em Belo Horizonte

Para seguir dando ênfase à estratégia de expansão, a Westwing Brasil inaugura seu 4º *hub* de logística da companhia em um novo estado, agora em Minas Gerais, na capital Belo Horizonte. Com o objetivo de aprimorar a qualidade do serviço ao levar para os clientes uma melhor experiência de entrega com prazos mais curtos, a empresa vem investindo em sua malha própria de *last-mile*, chamada de Westlog. A abertura do *hub* em Belo Horizonte endossa a expansão da companhia que abrirá também a primeira loja física na capital mineira até o final deste semestre.

Com a expansão da Westlog e outras iniciativas, no quarto trimestre de 2021 a Westwing Brasil reduziu em mais de seis dias o prazo total de entregas comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Além disso, a malha própria viabilizou também o *next-day delivery* (entrega no dia seguinte), iniciado em 2021 e que já corresponde a 64% dos pedidos do Westwing Now feitos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A inauguração do *hub* de logística em Brasília (DF) em novembro de 2021 contribuiu para a redução de aproximadamente dois dias e meio no prazo de entrega prometido para a região.

De acordo com o COO da Westwing, Eduardo Oliveira, ter uma operação própria traz algumas vantagens importantes, entre elas melhorar a experiência dos clientes da marca ao encurtar seus prazos de entrega e de devolução e reduzir o nível de avarias de transporte. "A Westlog é 70% mais rápida do que as transportadoras parceiras e nos possibilita realizar o *next-day delivery* nas principais cidades. A nossa malha própria também nos dá mais controle e estabilidade operacional, gerando uma maior pontualidade de entregas mesmo em períodos de pico como a Black Friday e outras datas comemorativas. Isso possibilitou que chegássemos a um nível de 98% de pedidos entregues no prazo mesmo durante o final do ano, época que historicamente é mais desafiadora para a logística por conta do alto volume. A Westlog também traz outros benefícios importantes como a redução de custos de frete para nós e para os clientes e a realização do abastecimento de produtos das nossas lojas físicas", argumenta.

Com a malha logística atual, a Westlog tem potencial para chegar a 55% das entregas totais da companhia nos próximos meses. "Ou seja, de tudo que expedimos do nosso CD Jundiaí, cerca de 55% será entregue através da nossa malha própria na Grande São Paulo, região metropolitana de Campinas, Rio de Janeiro, Niterói, Brasília e, agora, também em Belo Horizonte", finaliza Oliveira.

O *hub* logístico no Estado de Minas Gerais é o primeiro passo da companhia na região, que ganhará a primeira Westwing Store nos próximos meses, em linha com a estratégia de expansão da empresa que conta, atualmente, com sete unidades pelo País e tem como meta chegar a 10 até o final de 2022.

BÁRBARA DUTRA

O Tetro se propõe a projetar empreendimentos e, principalmente, residências que "conversam" com o meio ambiente

ARQUITETURA

Documentário desvenda processo criativo do Tetro

Escritório de Belo Horizonte é o único brasileiro participante da iniciativa

DANIELA MACIEL

A exuberância da natureza brasileira e a reconhecida escola de arquitetura desenvolvida no País costumam gerar diálogos capazes de encantar e gerar negócios pelo mundo. O Tetro Arquitetura, escritório sediado em Belo Horizonte há 20 anos, se propõe desde o início a projetar empreendimentos e principalmente residências que tenham essa conversa franca com o meio ambiente, sem querer domar suas formas e características.

Esse esforço levado à frente pelos amigos Carlos Maia, Igor Macedo e Débora Mendes, foi registrado pelo documentário "*From the ground up*" (Acima do chão, em tradução livre), dirigido pelo cineasta Augusto Custódio. O filme, produzido com exclusividade para a Gallery, plataforma europeia de *streaming* com foco em arquitetura e *design*, relata o processo criativo do escritório mineiro. O documentário integra uma série que reúne arquitetos de todo o mundo e o Tetro é o único brasileiro participante.

"O documentário é um reconhecimento e uma indicação de que estamos em um caminho certo. Criar o documentário foi um grande exercício de autoanálise e o resultado ficou muito fiel ao que somos. E, depois de tudo, ver que teve uma boa aceitação nos deixa muito felizes. A nossa sensibilidade de criação tem muito do nosso contexto. Estamos no meio de um campo de montanhas, com muita expressão do barroco, do modernismo barroco de Niemeyer. Nos moldamos à natureza", destaca o arquiteto", afirma Maia.

> *"O documentário é um reconhecimento e uma indicação de que estamos em um caminho certo. Criar o documentário foi um grande exercício de autoanálise e o resultado ficou muito fiel ao que somos"*

Na descrição da empresa está "integração com a natureza, uso de materiais *in natura* e exploração de espaços vazios", atributos que ganharam ainda mais relevância durante a pandemia. Nos últimos dois anos o negócio cresceu, com projetos espalhados por países tão diferentes e distantes entre si como Brasil, Índia e Equador.

"Tivemos uma demanda muito alta de projetos nesse período e crescemos muito. Agora vejo que tenho menos procura de investidores e mais de pessoas que querem morar numa casa. Nossa arquitetura se relaciona muito com a arte. Cada projeto é único e o conceito é desenvolvido pelos três sócios. Nosso objetivo não é escalar o negócio, esse é o tamanho que queremos para o escritório, por isso não temos problema com a falta de mão de obra qualificada. Quando buscamos profissionais fora, temos muitas pessoas interessadas", explica o arquiteto.

"No começo o impacto da pandemia foi muito forte sobre o nosso processo criativo, que sempre foi muito colaborativo entre os arquitetos principais, engenheiros e os próprios moradores. Mas a parte boa é que todo mundo aprendeu a se comunicar de forma *on-line* e hoje isso funciona muito bem e as reuniões são até mais eficientes. De certa forma isso permitiu a expansão internacional do escritório com projetos em outros países. A comunicação funcionou muito bem em uma época em que não podíamos viajar", destaca Macedo.

É assim o Tetro Arquitetura segue com projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e com as práticas de responsabilidade socioambiental e de governança (ESG).

"Temos uma visão de que a arquitetura e o progresso não têm que destruir a natureza. Buscamos uma simbiose entre arquitetura e natureza, respeitando o que existe no lugar. Vejo alguns grandes empreendimentos que destroem tudo e depois fazem uma maquiagem verde para falar que são sustentáveis. Como profissionais e cidadãos, não podemos nos contentar com pouco. A nossa visão não é destruir e depois fazer a compensação. Nosso objetivo é não destruir o que existe", completa o sócio da Tetro Arquitetura.

TECNOLOGIA

Meta apresenta sua primeira loja física

Califórnia - A dona do Facebook, Meta, apresentou ontem uma prévia de sua primeira loja física, que apresenta uma tela que vai do chão ao teto para exibir jogos em seus *headsets* de realidade virtual e salas com dispositivos de videochamadas.

A loja, prevista para abrir em 9 de maio, está localizada no campus da unidade Meta's Reality Labs no Vale do Silício. A unidade desenvolve produtos de *hardware* que a empresa pretende vender, incluindo óculos inteligentes Ray-Ban, dispositivos de videochamada Portal e conjunto de realidade virtual Oculus VR.

O presidente-executivo da Meta, Mark Zuckerberg, diz que o metaverso pode ser a próxima grande plataforma de computação do mundo, mas alertou que pode levar cerca de uma década para que as apostas da empresa dêem certo.

REUTER / BRITTANY HOSEA-SMALL

Loja está localizada no campus da unidade Meta's Reality Labs

Enquanto isso, com o crescimento desacelerando e a empresa ainda quase totalmente dependente de anúncios digitais para receita, a Meta tem cortado alguns investimentos de longo prazo.

A empresa está experimentando tecnologia de realidade aumentada que permitiria aos usuários participar de conferências como avatares via Portal, sem usar fones de ouvido, disse Micah Collins, diretor de gerenciamento de produtos que trabalha nas ferramentas corporativas.

Collins reconheceu que o negócio do metaverso corporativo é incipiente, e um porta-voz disse que a maior parte do uso do Horizon Workrooms, a tecnologia de conferência de realidade virtual, vem de dentro do Meta. **(Reuters)**

TELECOMUNICAÇÕES

Faturamento TIC da Algar Telecom cresce 230% em quatro anos

A mineira Algar Telecom, empresa de telecomunicações e TI do Grupo Algar, viu seu faturamento com soluções TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) subir 230% nos últimos quatro anos. Em 2018, a receita bruta com esse tipo de solução somava R$ 78,4 milhões, valor que saltou para R$ 258,8 milhões no consolidado de 2021. A alta foi significativa perante o crescimento de 23% na receita bruta total da organização, que passou de R$ 2.703 bilhões em 2018 para R$ 3.326 bilhões em 2021. Isso significa que o TIC, hoje, já representa quase 8% do faturamento da companhia - alta de 5 pontos percentuais em relação a 2018. Em média, o faturamento TIC vem subindo 50% ano após ano.

Os números são resultado direto da estratégia adotada pela companhia de ir além de voz e dados para inovar e evoluir seu portfólio e se tornar uma empresa de soluções integradas em TI e telecom para o mercado B2B, atendendo pequenas a grandes empresas de diferentes segmentos de atuação no mercado. Ainda de maneira tímida, esse movimento foi iniciado já em 2012, quando a Algar Telecom passou a oferecer o serviço de gestão de segurança de *links* de internet empresariais. Dois anos depois, o primeiro produto mais disruptivo foi lançado - o serviço de *cloud*.

"Há cerca de 6 anos, porém, a necessidade de transformação digital começou a ser ainda mais evidente, pois estávamos começando a sentir os impactos do alto consumo de dados gerados pelas OTTs, ao mesmo tempo em que o preço de soluções tradicionais de Telecom estava caindo. Era um momento de ameaça de nossas receitas e foi a partir daí que a Algar Telecom viu a oportunidade de intensificar sua jornada TIC com o objetivo de evoluir e inovar seu portfólio de telecom", explica o líder da Estação Algar Telecom, Guilherme Rela.

Evolução TIC - Inicialmente, a companhia ainda priorizava soluções que girassem em torno do seu *core business* de voz e dados, mas foi a partir da inauguração do centro de inovação Brain, em 2017, que começaram a ser desenvolvidas soluções realmente inovadoras e disruptivas, por meio do modelo de inovação aberta e parcerias estratégicas. Novas soluções, serviços e modelos de negócio passaram a ser pensados para simplificar o dia a dia das empresas.

No entanto, como o Brain ficava em uma estrutura apartada, em 2018 percebeu-se a necessidade de também criar uma estrutura mais próxima dos negócios dentro da própria Algar Telecom que pudesse receber as soluções desenvolvidas e testadas pelo centro de inovação, incorporando-as à operação e impulsionando esse novo negócio, além de evoluir as soluções TIC. Foi aí que surgiu a Estação Algar Telecom, com times multidisciplinares e orientados pelos princípios da metodologia Ágil. "Esses foram os marcos que nos fizeram evoluir cada vez mais nessa cadeia TIC, passando a colocar as necessidades do cliente no centro das nossas decisões. Foi uma transformação do nosso modelo de negócio e do nosso *mindset*, que veio para entregar valor ao nosso cliente", acrescenta Rela.

Desde então, já foram lançados no mercado 21 soluções TIC, incluindo soluções na nuvem, de cibersegurança, de infraestrutura de TI, de gestão de pontos, gestão de redes sociais, monitoramento de ativos, gestão inteligente do Wi-Fi, entre outras. Devido aos resultados alcançados pela Estação, a Algar Telecom em 2020 iniciou, inclusive, o "Movimento Estação", uma forma de trazer o *design* organizacional inovador e 100% orientado por modelos de trabalho ágeis para outras áreas da empresa. Hoje, cerca de 500 colaboradores compõem os *squads* da Estação.

Novo momento - "Nosso mercado vem se transformando de forma ainda mais acelerada desde o início da pandemia. Com isso, entendemos que agora precisamos dar um novo salto, o que envolve avaliar de maneira ainda mais profunda como podemos ajudar as empresas a se transformarem. Entendemos que as empresas não estão preparadas para fazer a transformação digital sozinhas e que vão precisar de provedores de serviços para ajudá-las nesse caminho. Queremos, portanto, nos posicionar como consultores e parceiros fim a fim desses clientes. A proposta é, portanto, cada vez mais entregar soluções completas para que as empresas possam de fato se concentrar em seu *core business*, sem precisar se preocuparem com a tecnologia, que é o nosso *core*", acrescenta o executivo.

Para concretizar essa ambição, a companhia acaba de dividir os times da Estação em quatro jornadas, focadas nas necessidades do cliente: jornada de infraestrutura de TI, para apoiar clientes a realizarem melhorias constante em TI, suportando o crescimento das suas operações; jornada de segurança, direcionada para evoluir soluções de cibersegurança; jornada do futuro da conectividade, pensada para garantir uma conectividade onipresente, confiável e robusta; e jornada do futuro do trabalho, voltada para apoiar clientes com soluções que garantam melhorias de processos e gestão, dinâmicas de colaboração e agilidade na realização de tarefas de seus funcionários, inclusive no trabalho remoto.

"Nossas equipes eram organizadas a partir de uma visão de produto e agora passaram a ser divididas sob uma perspectiva de jornada transformacional do cliente. Estamos olhando para que fase da transformação está o cliente e como vamos conseguir apoiá-lo. Essa é a forma como estamos nos estruturando agora para evoluir nossas soluções TIC e nos posicionarmos nacionalmente na oferta desse tipo de serviço para pequenas, médias e grandes empresas, que estão em diferentes fases da sua maturidade tecnológica", conclui Rela.

IMPRESSÕES AO DIRIGIR

Toro Ultra vai além de uma simples picape

Capota rígida produzida em fibra de vidro e articulada por estrutura metálica transforma a usabilidade do modelo

AMINTAS VIDAL*

A Fiat Toro é um sucesso de mercado. Desde o seu lançamento, a picape intermediária superou todos os concorrentes existentes entre os modelos comerciais leves, exceto a Strada, a picape compacta da marca.

No ano passado, a dupla alcançou posições inimagináveis para a categoria: a Strada foi o veículo mais vendido no Brasil e a Toro fechou 2021 na 7ª colocação do *ranking*.

No 1º trimestre deste ano, a Strada manteve a dianteira com 21.693 emplacamentos, a frente todos os outros veículos e, a Toro, registrando 10.990 unidades, foi o 11º modelo na preferência dos brasileiros, segundo dados fornecidos pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

> *O motor é o Multijet 2.0 turbodiesel de 4 cilindros. Ele tem injeção direta de combustível e duplo comando de válvulas acionado por correia dentada*

O DC Auto recebeu a picape Fiat Toro Ultra 4x4 diesel para avaliação, versão mais cara da gama. No *site* da montadora, seu preço sugerido é R$ 211,19 mil, apenas na pintura sólida vermelha. Na cor sólida branca da unidade avaliada o preço sugerido tem um acréscimo de R$ 1,460 mil, finalizando seu valor em R$ 212,65 mil. As cores metálicas custam R$ 2,44 mil a mais no valor sugerido.

A Toro Ultra não tem opcionais e seus principais equipamentos de série são: central multimídia com tela de 10 polegadas na vertical, espelhamento sem fio para Apple Carplay e Android Auto, sistema GPS nativo Tomtom e Wi-Fi embarcado; carregador de celular por indução; ar condicionado digital de duas zonas; direção elétrica com regulagem em altura e profundidade, aletas tipo borboleta para trocas de marchas; chave presencial; banco do motorista com regulagem elétrica; revestimento interno com material sintético que imita o couro e rodas em liga leve pintadas em preto brilhante com pneus de uso misto 225/65 R17.

Em segurança, os equipamentos são muito completos: *airbags* frontais, laterais, de cortina e de joelhos, totalizando sete bolsas; ASR (controle de tração) e ESP (controle eletrônico de estabilidade); *Hill Holder* (sistema que auxilia nas arrancadas); *Hill Decent Control* (controle de velocidade em decidas), ESS (auxílio em paradas de emergência); faróis, faróis de neblina, DLR e lanternas traseiras em LED; sensores de estacionamento dianteiro, traseiro e câmera de marcha à ré e iTPMS (sensor de pressão dos pneus).

A versão também conta com sistemas de auxílio à condução, AEB (frenagem automática de emergência), LDW (aviso e corretor de saída de faixas) e AHB (comutação automática do farol alto), além dos sensores de chuva, crepuscular e retrovisor interno eletrocômico, tudo de série.

Motor e câmbio - O motor é o Multijet 2.0 turbodiesel de 4 cilindros. Ele tem injeção direta de combustível e duplo comando de válvulas acionado por correia dentada. Desenvolve 170 cv de potencia às 3.750 rpm e torque de 35,69 Kgfm às 1.750 rpm.

O câmbio é automático com conversor de torque e tem nove (9) marchas comutáveis manualmente por meio da alavanca ou por *paddle shifts* posicionados atrás do volante.

O sistema de transferência é 4x4. No modo automático, ele atua em 4x2 ou 4x4 conforme demanda. A tração pode ser trancada em 4x4 permanente ou 4x4 reduzida, tudo controlado por teclas no painel central.

Capota rígida - A Ultra tem uma exclusividade funcional, a capota rígida sobre a caçamba, denominada *Dynamic Cover*. Produzida em fibra de vidro e articulada por estrutura metálica, o conjunto pesa 27 kg, pode ser removida para transportar cargas altas e, ainda, suporta cargas leves como bicicletas.

Um bolsão da Mopar, marca de acessórios da Stellantis, está entre os itens de série da versão. Ele tem abertura dupla com zíper, superior e frontal, é ancorado nos seis pontos de amarração da caçamba e protege objetos da poeira e da umidade.

A presença deste acessório entre os equipamentos de fábrica indica que a estanqueidade da capota rígida não é de 100%.

Mas, todo este aparato muda completamente a usabilidade da Toro. Ele protege as cargas de serem facilmente furtadas e de se molharem, como ocorrem em picapes equipadas com a capota marítima.

Além disso, malas, mochilas e sacolas ficam seguras dentro do bolsão, não correm livres na caçamba, característica que transformou o veículo comercial leve em um automóvel com "porta-malas" enorme.

Rodamos com a Toro Ultra por 1.500 km, ida e volta à Região dos Lagos, litoral fluminense. Destes, em 1.200 km transportávamos bagagem. Pegamos diversos trechos com chuva e quase não houve infiltração de água na caçamba. Dentro do bolsão, nenhuma gota.

O santantonio desta versão também é exclusivo, emoldura a capota rígida e confere um design bem mais dinâmico à Toro. Porém, piora a visibilidade traseira do modelo, algo que já era ruim por causa da sua altura avantajada.

Outros diferenciais vêm de série na Ultra. Estribos laterais, para-barro, rodas, grades, emblemas, retrovisores e *rack* de teto são pintados ou injetados em plástico preto ou cinza escuro, o padrão cromático da versão.

Quase todas as peças na cabine são revestidas, pintadas ou confeccionadas nessas cores. Maçanetas e molduras aparentando alumínio e alguns detalhes cromados são as poucas exceções.

Interior - O espaço interno da Toro é muito bom. Quatro adultos acomodam pernas, ombros e cabeça com conforto. Um quinto passageiro tem menos área no centro do banco traseiro, mas vai bem em deslocamentos mais curtos.

FOTOS: AMINTAS VIDAL

A ergonomia geral na cabine é acertada e todos os comandos estão à mão, principalmente após as mudanças internas que corrigiram posicionamentos de alguns botões e criaram diversos nichos para objetos, algo escasso anteriormente.

Os comandos do multimídia e do ar-condicionado foram unificados em uma estreita faixa horizontal. Depois de identificados, fica fácil controlar os dois sistemas que têm botões giratórios para as funções principais e de pressão para as secundárias, arquitetura ideal.

Essa centralização dos controles de bordo abriu espaço para uma tela vertical de 10,1 polegadas. Provavelmente, é um dos melhores equipamentos de conectividade do mercado.

Como usamos os aplicativos de *smartphones* na vertical, o espelhamento dos dispositivos móveis ficou bem mais próximo da usabilidade que fazemos no dia a dia. Para achar um número a ser discado ou conferir uma rota no navegador, por exemplo, a grande área disponível revela muito mais informações que as telas deste mesmo tamanho, porém, com posicionamento na horizontal.

O equipamento foi eficiente espelhando ou pareando celulares. Diversas configurações possíveis e recursos variados elevam suas qualidades.

O Wi-Fi embarcado e o GPS nativo também fazem diferença. O primeiro fornece sinal 4G mais potente para os celulares dos ocupantes e, ao mesmo tempo, conecta o usuário à picape por meio de um aplicativo para celular.

Nele, inúmeras funções são realizadas remotamente. Ligar o carro e o ar-condicionado, determinar perímetro de circulação ou recuperar o veículo em caso de furto são algumas das tecnologias disponíveis. Atendimento por chamada de áudio para informações diversas e resgates mecânico ou médico complementam o sistema.

Já o segundo, um produto da marca Tomtom, utiliza a conexão para atualizar os mapas que ficam armazenados em sua memória interna e, assim, permitir a navegação mesmo em regiões sem sinal de celular.

Quando conectado ao 4G, ele informa condições do trânsito *on-line*, tornando-se um navegador semelhante aos usados em *smartphones*.

O ar-condicionado de dupla zona é muito eficiente em tempo de resfriamento, manutenção de temperatura e intensidade da ventilação. Ele pode ser regulado em botões e todas as ações são replicadas na tela do multimídia.

A direção elétrica é muito leve em manobras, mas deveria ganhar peso mais progressivamente, pois fica um pouco pesada em velocidades intermediárias. O diâmetro de giro é grande, dificultando conversões e outras manobras.

*Colaborador

Frenagem automática de emergência é um plus

A Toro também evoluiu muito em segurança ao receber sistemas de auxílios à condução. O mais importante é o AEB, frenagem automática de emergência. Ela age em três estágios: notificação, auxílio à pressão do pedal de freio e frenagem total, quando a colisão é iminente.

O segundo recurso é o LDW, aviso e corretor de saída de faixas. Conservador, ele notifica no painel qualquer disparidade entre o esterço da direção e o raio da curva, por exemplo.

Caso o motorista não reaja e se aproxime da faixa, ele contraesterça para corrigir a trajetória. O AHB, comutação automática dos faróis baixo e alto, torna mais prático o uso do ótimo conjunto ótico em LED.

Não disponível, o detector de veículos no ponto cego faz muita falta ao circularmos com a Toro Ultra, pois o santantonio diferenciado duplica a área cega atrás da coluna "C" e prejudica a visibilidade.

Ser construída sobre monobloco e, não, sobre chassis, torna a Toro mais confortável do que todas as outras picapes. Sua suspensão traseira é independente como nos melhores SUVs, mas, modificada para o modelo suportar até 1.010 kg, no caso das versões a diesel.

Subchassis, molas helicoidais de múltiplos estágios e amortecedores inclinados formam um conjunto capaz de transportar este peso e, ao mesmo tempo, manter o comportamento dinâmico do modelo próximo ao que ele apresenta quando não está com carga.

Rodando - Sua dirigibilidade está mais para a de um SUV do que de uma picape média. Nem tão confortável quanto o utilitário esportivo, mas muito melhor do que nos modelos com chassis.

Suas suspensões isolam a cabine das irregularidades do piso e não deixam a traseira saltitante como nos sistemas que usam eixo rígido e feixe de mola.

A Toro 4x4 é boa para trafegar sobre asfalto e ótima para terra. Seu acerto geral é firme, assim como a densidade da espuma dos bancos, garantindo estabilidade direcional e conforto em percursos mais longos, respectivamente.

Para um veículo com essas dimensões e peso, este conjunto mecânico é bem eficiente, tanto em consumo, quanto em desempenho. O motor de apenas 2,0 litros entrega alto torque em uma rotação muito baixa, 1.750 rpm.

Ele arranca e retoma com vigor, mas apresenta uma pequena demora para reagir às acelerações mais fortes, provavelmente, pelo tempo de enchimento da turbina.

As trocas de marchas são suaves e a nona só é usada acima dos 97 km/h, característica dos modelos da Stellantis que adotam essa mecânica a diesel com tração 4x4. Todos eles ficam um pouco "amarrados", mas a Toro menos, pois o seu peso ajuda no deslocamento por inércia.

Aos 110 km/h, e de nona marcha, o motor trabalha às baixas 1.750 rpm. Nessas condições, seu funcionamento é muito silencioso e apenas o atrito dos pneus e o vento contra a carroceria são contidamente ouvidos.

Andando mais rápido, com acelerações mais vigorosas, fazendo o motor trabalhar acima das 2.500 rpm, seu ruído invade a cabine. Não é um som estridente, mas pode cansar em viagens mais longas.

Consumo - Há um ano, avaliamos a Toro Ultra pouco antes da reestilização do modelo. Em nossos testes padronizados de consumo ela se saiu muito bem.

No circuito rodoviário, realizamos duas voltas no percurso de 38,7 km, uma mantendo 90 km/h e, a outra, os 110 km/h, sempre conduzindo economicamente. Na volta mais lenta atingimos 16,8 km/l. Na mais rápida, 13,5 km/l de diesel.

Em nosso circuito urbano de 6,3 km realizamos quatro voltas, totalizando 25,2 km. Simulamos 20 paradas em semáforos com tempos entre 5 e 50 segundos. Vencemos 152 metros entre o ponto mais alto e o mais baixo do acidentado percurso. A Toro Ultra finalizou este rigoroso teste com 8,2 km/l de diesel.

Agora, fizemos essa viagem por estradas muito acidentadas, característica que não colabora com o baixo consumo. Mesmo assim, com três adultos e bagagem, atingimos marcas muito boas para um veículo deste tamanho e peso.

Na ida, rodamos 585 km e atingimos uma média de 15,6 km/l. Na volta, escolhemos uma rota um pouco mais curta, com estradas melhores, e percorremos 580,5 km com média de 15,3 km/l.

Considerando que saímos do nível do mar para os 850 metros de altitude de Belo Horizonte, essa diferença foi mínima.

Todas as versões da Toro 2022 estão muito bem equipadas e cobrem uma ampla faixa de preço desde a Endurance, de R$ 138, 39 mil, à essa versão que ultrapassa os R$ 210 mil.

Elas se diferenciam nos conjuntos mecânicos, equipamentos e acabamentos. Porém, a Ultra é a única que oferece usabilidade diferenciada, por contar com a capota rígida, uma experiência próxima ao uso de um SUV, algo além das outras versões e das picapes concorrentes. **(AV)**

REGISTRO

Arrecadação dos cartórios bate recorde

Recolhimento no Brasil alcançou R$ 23,4 bilhões no ano passado, com um crescimento de 34% frente a 2020

Brasília - Os cartórios brasileiros bateram recorde e arrecadaram R$ 23,4 bilhões em 2021, 34% a mais que no ano anterior. Os dados da plataforma Justiça Aberta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indicam que os cartórios tiveram receita de R$ 138 bilhões de 2013 a 2021, sem correção monetária.

O presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR), Claudio Marçal Freire, ressalta que arrecadação é diferente de faturamento, uma vez que, por lei, os cartórios devem repassar parte dos valores arrecadados em transações imobiliárias a diversos órgãos públicos. "Ao todo, mais de 77 órgãos no Brasil recebem repasses obrigatórios dos cartórios, inclusive entes como Ministério Público, Defensorias Públicas, Tribunais de Justiça, Estado, municípios e Santas Casas", argumenta.

A Câmara dos Deputados aprovou ontem uma medida provisória que obriga os cartórios a criarem uma plataforma unificada para oferecer à população serviços digitais até o fim de 2023, quando termina o prazo para implementação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).

A medida provisória também determina que os cartórios deverão aceitar cartões de crédito e débito como meio de pagamento.

O texto-base foi aprovado por 259 a 64. Os deputados rejeitaram sugestões de modificação à MP, que, agora, segue para o Senado. O texto precisa ser votado até 1º de junho para não perder validade.

Segundo a Secretaria de Política Econômica, o objetivo da medida provisória é agilizar a vida de pessoas e empresas que, hoje, são obrigadas a estar presentes ou serem representadas presencialmente nos mais de 13 mil cartórios existentes no país.

A MP cria o Serp, que tem como objetivo digitalizar os atos e procedimentos dos serviços de cartórios para a população possa acessá-los pela internet. Não há prazo para que isso aconteça.

Pelo sistema também será possível enviar e receber documentos e títulos, expedir certidões e fornecer informações eletronicamente. O texto cria uma central nacional de registros de títulos e documentos públicos, que guardará os dados de atos praticados em todo o País.

A MP prevê que o sistema será operado nacionalmente por pessoa jurídica sem fins lucrativos -uma fundação ou associação, por exemplo. Ele será custeado por um fundo alimentado por contribuições pagas pelos cartórios.

Além disso, estabelece prazos máximos, calculados em dias úteis, para que os cartórios prestem seus serviços. Disciplina ainda a possibilidade de assinaturas digitais e dispensa o reconhecimento de firma para registro de títulos e documentos.

Segundo o Ministério da Economia, a medida pode facilitar o registro de bens imóveis, além de certidões de nascimento ou casamento, entre outros atos que hoje dependem de atendimento presencial.

O texto atualiza ainda lei que trata de incorporação imobiliária, reduzindo custo do processo. Atualmente, um trabalhador que compre um imóvel precisa ir ao cartório de notas para lavrar uma escritura e depois se dirigir ao cartório de registro de imóveis para oficializar o documento. Caso o imóvel seja financiado, o percurso deverá ser repetido quando a dívida for quitada.

> *"Ao todo, mais de 77 órgãos no Brasil recebem repasses obrigatórios dos cartórios, inclusive entes como Ministério Público, Defensorias Públicas, Tribunais de Justiça, Estado e Santas Casas"*

Com o novo sistema, o cidadão poderá fazer tudo sem sair de casa, segundo o governo. O acesso será permitido por meio de assinaturas eletrônicas ou pelos cadastros já efetuados na plataforma *gov.br*.

O Serp também vai permitir que pais de um recém-nascido façam o registro da criança diretamente do hospital ou de sua casa, sem necessidade de ir ao cartório de registro civil.

Regulamentação - Embora a MP fixe o prazo máximo de implementação do sistema eletrônico, o cronograma de trabalho e os detalhes de cada etapa ainda serão regulamentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os cartórios que não quiserem aderir ao Serp precisarão adotar infraestrutura própria que se comunique com o sistema e, consequentemente, com os demais cartórios. A interconexão será obrigatória.

A determinação aos cartórios de realizarem seus atos por meio eletrônico já existia em lei, mas, devido à ausência de critérios detalhados e de regulamentação, não era aplicada, segundo o governo.

ALISSON J. SILVA / ARQUIVO DC

A Câmara aprovou uma MP que obriga os cartórios a oferecer serviços digitais unificados

A Câmara também prorrogou por um ano o prazo do regime aduaneiro especial de exportação de *drawback*, com isenção, redução para 0% ou suspensão de tributos. A MP segue para o Senado.

Além disso, aprovou projeto que cria plano de carreiras e cargos de servidores da Defensoria Pública da União. O texto cria 410 cargos de analista da DPU e 401 cargos de técnico da defensoria pública. O projeto foi aprovado por 294 votos a 10 e foi encaminhado para o Senado. **(Brasil 61/ Folhapress)**

FISCALIZAÇÃO

Fábrica clandestina de cachaça é fechada

DIVULGAÇÃO / MAPA

Foram apreendidos 7.739 litros de cachaça adulterada, além de 235 litros e outras bebidas

Brasília - Uma ação conjunta da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) resultou no fechamento de uma fábrica clandestina produtora e envasilhadora de cachaça e demais bebidas alcoólicas em Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Os auditores fiscais federais agropecuários do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (Sipov-MG) e técnicos do IMA apreenderam 7.739 litros de cachaça adulterada e 235 litros de outras bebidas com indícios de fraude. Um homem foi preso em flagrante no local.

A ação foi realizada na última terça-feira, após denúncias anônimas para a PCMG. No local, foram observados fortes indícios de falsificação de cachaça com utilização de álcool de procedência desconhecida. Também foram encontrados indícios de falsificação de outras bebidas (licores, aguardentes compostas, xaropes e vinhos), pela grande presença de embalagens utilizadas e vazias, bem como produtos engarrafados sem lacre original de fábrica.

O estabelecimento foi fechado cautelarmente. Todos os equipamentos, produtos acabados, rótulos e embalagens foram apreendidos. O responsável foi autuado e poderá sofrer as penalidades previstas na legislação vigente, após apuração de processo administrativo.

A cachaça é um destilado 100% nacional obtido exclusivamente da cana-de-açúcar. O produto deve ser devidamente registrado no Mapa e, portanto, a fiscalização e a inspeção tem por objetivo controlar e aferir todas as etapas de fabricação das bebidas produzidas no país como forma de garantir a saúde e a segurança do consumidor.

Segundo o Anuário da Cachaça 2021, no Brasil há 1.131 produtores de cachaça registrados. O estado com maior número de estabelecimentos produtores de cachaça é Minas Gerais. Em terras mineiras, há 397 estabelecimentos produtores e 1.908 marcas. **(Com informações do Mapa)**

TRIBUTOS

Precatórios devem ser declarados no IR

São Paulo - Os aposentados e demais segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que receberam precatórios e outros valores atrasados referentes a benefícios previdenciários em 2021 devem informar o montante na declaração do Imposto de Renda 2022, caso estejam obrigados a declarar o IR neste ano.

A regra vale para quem recebeu atrasados na Justiça, após processar o instituto e ganhar a causa, ou recebeu valores acumulados no próprio INSS após pedir a aposentadoria e esperar meses - ou até anos - para ter o benefício. Na Justiça, o segurado pode receber por precatório, quando o valor é acima de 60 salários mínimos, ou Requisição de Pequeno Valor (RPV), de até até 60 salários (R$ 72.720 neste ano).

Os atrasados recebidos de forma acumulada devem ser declarados em uma ficha específica, chamada de Rendimentos Recebidos Acumuladamente. Segundo David Soares, consultor especialista em Imposto de Renda da IOB, esses valores vão na ficha de rendimentos acumulados porque, em geral, são referentes a outros anos, anteriores ao ano-calendário da declaração que está sendo feita.

Neste ano, a Receita Federal acrescentou informações à ficha de rendimentos acumulados, como a possibilidade de informar o valor de juros da ação judicial (veja as novidades do IR de 2022). Além disso, desde 2021, os contribuintes passaram a contar com um campo específico em que podem declarar a parcela isenta do rendimento recebido, caso tenham a partir de 65 anos de idade.

Há ainda o direito de deduzir o honorário do advogado. O aposentado deve primeiro descontar a parte que foi paga ao profissional e declarar apenas o resultado na ficha de rendimentos acumulados. De acordo com Soares, os honorários advocatícios são identificados na ficha "Pagamentos Efetuados", no código "60 - Advogados (honorários relativos a ações judiciais, exceto trabalhistas)".

Rendimentos - O informe de rendimentos deve ser fornecido pela fonte pagadora. Quem recebeu diretamente do INSS deve entrar no aplicativo ou *site* Meu INSS para baixar o documento.

Já quem recebeu da Justiça Federal com pagamento feito pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco do Brasil deve pedir o informe ao banco ou ao seu advogado. No caso de quem contratou advogado, esse profissional é o responsável por fornecer o informe com todos os dados.

Quem pediu a aposentadoria em 2021, ficou alguns meses esperando para ter o benefício e recebeu o valor de forma acumulada, mas ainda no ano passado, deve informar o montante recebido em outra ficha. Neste caso, os valores vão em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ", e não em "Rendimentos Recebidos Acumuladamente".

Soares afirma ainda que, para os contribuintes aposentados com idade a partir de 65 anos, há o direito a valores isentos até o limite de R$ 24.751,74 no ano (R$ 22.847,76 mais R$ 1.903,98 relativos ao 13º salário). Esse montante vai na ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis", na linha "10 - Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais". **(Folhapress)**

MERCADO DE CAPITAIS

Bolsa de valores tem forte queda em meio ao aperto monetário

Ibovespa recuou 2,81% na sessão de ontem

AMANDA PEROBELLI / REUTERS

Papéis da Vale, da B3 e da Gerdau foram os que exerceram as maiores pressões sobre o principal índice acionário do País

São Paulo - O principal índice da bolsa brasileira teve forte queda ontem, seguindo Wall Street, à medida que o mercado reavaliou as comunicações de política monetária do banco central norte-americano que levaram à disparada das bolsas na véspera.

Na cena local, a indicação de extensão do ciclo de aperto monetário pelo Banco Central também pesou nos negócios.

> Powell "tentou vender a ideia de que a economia está forte e que teria um aperto monetário 'suave', além da questão de não aumentar 0,75 ponto... mas o cenário é muito incerto"

Vale, B3 e Bradesco foram as que exerceram as maiores pressões sobre o índice, enquanto Suzano, Gerdau, Gerdau Metalúrgica e Klabin foram as únicas a fecharem em alta.

O Ibovespa caiu 2,81%, a 105.304,19 pontos, menor fechamento desde 11 de janeiro. O índice melhorou no final, após ter apagado os ganhos acumulados em 2022 na mínima do dia. O volume financeiro foi de R$ 31,8 bilhões.

O índice tinha avançado 1,7% na quarta-feira, acompanhando salto das bolsas em Wall Street, após o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, por ora descartar uma alta de 0,75 ponto percentual no juro dos Estados Unidos. A declaração veio na sequência do anúncio de elevação em 0,5 ponto.

O analista da Terra Investimentos, Regis Chinchila, disse que houve releitura do mercado sobre as declarações do Fed.

Powell "tentou vender a ideia de que a economia está forte e que teria um aperto monetário 'suave', além da questão de não aumentar 0,75 ponto...mas o cenário é muito incerto", disse o analista, citando fatores como inflação global, restrições na China, desaceleração econômica nos EUA e sanções à Rússia.

"Como o mercado acha que a inflação dos EUA pode subir mais, os juros ficam pressionados", disse o economista-chefe do BV, Roberto Padovani. Na curva de juros, traders precificam 75% de chance de alta de 0,75 ponto na próxima reunião do Fed.

O Nasdaq afundou 5% e o S&P 500 caiu 3,6%.

Internamente, a indicação do BC de uma alta menor do que 1 ponto na próxima reunião, adicionou pressão aos ativos. O BC aumentou em um 1 ponto a Selic na véspera, conforme esperado.

Destaques – Magazine Luiza ON despencou 10,7%, Americanas caiu 7,2%.

A produtora de *softwares* Totvs desabou 11,1%, após balanço divulgado na véspera.

Inter Unit recuou 9,4%. Empresas mais dependentes de crédito, como varejistas e companhias do setor tecnologia, sentiram mais intensamente o impacto do cenário sobre juros.

Petrobras PN registrou recuo de 0,2%, mesmo com os preços do petróleo em leve alta. A estatal divulga resultado do primeiro trimestre nesta quinta-feira.

BRF ON afundou 6,5%, após a processadora de aves e suínos anunciar prejuízo de R$ 1,58 bilhão no primeiro trimestre, com impacto da inflação no consumo e nos custos operacionais no Brasil. A recomendação do papel foi cortada pelo JPMorgan a *underweight*.

Gerdau PN subiu 2,3%, após resultados do primeiro trimestre e anúncio dividendos e recompra de ações. Executivos da siderúrgica projetaram sustentabilidade dos números na América do Norte e melhora nas operações no Brasil no trimestre atual. CSN ON perdeu 5,9%, também após balanço, e espera margens melhores nos três meses até junho.

Vale ON teve queda de 1,8%, mesmo com alta dos contratos futuros de minério de ferro na China.

Suzano ON acelerou 2,7%, em meio à alta do dólar e após operações com derivativos impulsionarem o resultado do primeiro trimestre. A empresa vê mercado global da matéria-prima com oferta restrita e custo caixa estável. Klabin UNIT avançou 1,2%.

Bradesco PN perdeu 3,3% e Itaú Unibanco PN cedeu 2,3%, em sessão também negativa para bancos.

Ambev ON retraiu 4,3 e GPA ON diminuiu 2,8%, após as companhias divulgarem resultados. **(Reuters)**

BMI coordenou a emissão de R$ 120 milhões em CRAs

Nos quatro primeiros meses do ano de 2022, o Banco Mercantil de Investimentos (BMI) atuou como Coordenador Líder na emissão de três ofertas públicas de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), atingindo um volume total de R$ 120 milhões. Os CRAs são títulos de renda fixa lastreados em recebíveis do agronegócio e o BMI assessorou a Fiagril, Carapreta e Pantanal nessas emissões a mercado.

O diretor do BMI, Cesar Figueiredo, ressalta que as captações contribuíram para o alongamento do perfil de endividamento das companhias, além de auxiliar na estratégia de novos investimentos que podem, ainda, impulsionar a expansão de novos negócios e o crescimento das companhias.

Integrante do Grupo Mercantil do Brasil, o BMI atua na estruturação e distribuição de dívida via mercado de capitais, coordenando Ofertas de Debêntures, CRAs, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Fundo de Direitos Creditórios (FIDCS).

CÂMBIO

Dólar dispara 2,34% e volta aos R$ 5

LEAH MILLIS / REUTERS

Receio de que os juros nos Estados Unidos tenham de subir mais que o esperado impulsionou a cotação do dólar

São Paulo - O dólar disparou ontem e voltou a fechar acima de R$ 5, pegando carona no rali global da moeda norte-americana por receios de que os juros nos Estados Unidos tenham de subir mais do que o esperado.

A cotação mais do que devolveu toda a queda da véspera, quando investidores mostraram alívio com sinalização do chefe do banco central dos EUA de que altas mais fortes dos juros não deveriam ocorrer. Mas o respiro não durou 24 horas, e nesta quinta voltou a prevalecer o medo de um choque monetário nos EUA, movimento com potencial para sacudir os mercados em todo o planeta e drenar liquidez de países emergentes como o Brasil.

Assim, o dólar à vista fechou em alta de 2,34%, a R$ 5,0166 na venda. A moeda variou entre alta de 0,58% (para R$ 4,9305) e ganho de 3,21% (para R$ 5,0592).

Na quarta-feira, a divisa havia caído 1,26%, para R$ 4,902.

No exterior, as moedas emergentes sofriam a maior queda desde meados de março. Já o índice do dólar frente a uma cesta de rivais de países ricos saltava 1%, para o maior valor em duas décadas.

Em outro sintoma do mau humor generalizado, as bolsas de valores despencaram. O Ibovespa recuou quase 3%, enquanto em Wall Street o índice Nasdaq --mais vulnerável ao aperto monetário nos EUA por ter maior peso de ações de crescimento-- desabou 5%.

O que começa a ganhar corpo na lista de preocupações de investidores é o risco de recessão, que seria fruto do aperto rápido das políticas monetárias globais, que por outro lado poderiam não ser capazes de barrar a inflação. O resultado disso seria a estagflação, fenômeno que tradicionalmente beneficia o dólar.

"A inflação alta impede que os bancos centrais atuem, como nos períodos do passado recente, fornecendo suporte à economia e aos mercados na forma de juros mais baixos e adição de liquidez nos mercados", disse a TAG Investimentos em carta mensal.

"Isso explica a pressão no mercado de commodities, assim como uma deterioração no ambiente para os ativos emergentes ao longo do mês, em que o Brasil acabou sendo duramente afetado", acrescentou. A gestora cita "um coquetel bastante perverso" para países como o Brasil: alta de juros no mundo desenvolvido, inflação alta, crescimento mais baixo (especialmente na China), menor demanda por *commodities* e consequente queda nos preços das matérias-primas.

Depois de ter se valorizado ao longo do primeiro trimestre, o real depreciou em abril e segue em queda no saldo das primeiras sessões de maio. O dólar subiu 3,79% em abril e em maio avança 1,48%, após cair 14,55% nos três primeiros meses do ano.

Essa "gordura" acumulada pela taxa de câmbio no começo de 2022 ajuda a explicar o porquê de a moeda brasileira ser agora uma das mais alvejadas pela liquidação global, com investidores realizando lucros em ativos "vencedores" durante o choque inicial da guerra da Ucrânia, que turbinou os preços das *commodities*.

E o cenário poderia ser pior para real caso o "beta" (uma medida de sensibilidade) em relação às ações de *commodity* locais fosse maior. Por uma lista do Goldman Sachs, o "beta" da moeda brasileira está no meio da tabela, enquanto rand sul-africano e peso colombiano parecem mais vulneráveis a uma correção nas ações locais de *commodities*.

"Vemos mais espaço para o real se desvalorizar e permanecer subavaliado em relação ao seu valor justo nos próximos meses", disseram profissionais do Rabobank em carta mensal. **(Reuters)**

BANCO

Pan registra lucro de R$ 195 milhões no acumulado do primeiro trimestre

São Paulo - O Banco Pan teve lucro líquido de R$ 195 milhões no primeiro trimestre, alta de 3% tanto na comparação anual, quanto frente aos últimos três meses de 2021.

O banco atribuiu o resultado principalmente à "manutenção da margem financeira robusta e redução das despesas relacionadas à eficiência na aquisição de clientes", segundo comunicado. Os números foram divulgados na noite de quarta-feira (4).

O relatório de resultado da instituição, que é controlada pelo BTG Pactual, mostra que a carteira de crédito do Pan no fim de março era de R$ 36,2 bilhões, um avanço de 20% em 12 meses e de 4% na base trimestral.

A originação de crédito de varejo, porém, caiu 13% na comparação com os três meses imediatamente anteriores, para quase R$ 6 bilhões, com os maiores impactos vindos de empréstimos consignados e de financiamento de veículos leves.

O índice de inadimplência acima de 90 dias manteve-se em crescimento e foi a 6,8% no período, ante 6,3% no último trimestre de 2021 e de 5,0% um ano antes.

Já a margem financeira gerencial do Pan foi de 17,5% nos três meses encerrados em março, quedas de cerca de 1 ponto percentual em relação ao primeiro e o quarto trimestres de 2021.

As despesas totais caíram 5% frente aos últimos três meses do ano passado, enquanto a base de clientes total da instituição subiu a 19,4 milhões, contra 17,1 milhões no final do ano passado. **(Reuters)**

Bovespa

Movimento do Pregão 05/05

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em baixa de -2,81% ao marcar 105304.19 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 32.020.902.118. As maiores altas foram GERDAU MET PN, SUZANO S.A. ON, GERDAU PN, KLABIN S/A UNT e PETROBRAS PN. As maiores baixas foram TOTVS ON, MAGAZ LUIZA ON, BANCO INTER UNT, CIELO ON e HAPVIDA ON.

Pregão do dia 04/05

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	3.232.768	1.777.177	35,70	29.357.686,71	91,17
FRACIONARIO	328.028	4.782	0,09	82.603,30	0,25
DEMAIS ATIVOS	535.242	2.290.444	46,01	1.847.250,67	5,73
TOTAL A VISTA	4.096.034	4.072.405	81,81	31.287.539,63	97,17
TERMO	1.463	11.213	0,22	136.002,39	0,42
OPCOES COMPRA	162.402	606.456	12,18	310.212,58	0,96
OPCOES VENDA	100.714	286.310	5,75	278.259,17	0,86
OPC.COMP.INDICE	1.596	45	0,00	65.336,43	0,20
OPC.VEND.INDICE	1.836	63	0,00	82.377,45	0,25
TOTAL DE OPCOES	266.548	892.876	17,93	736.185,64	2,28
BOVESPAFIX	83	232	0,00	15.705,30	0,04
TOTAL GERAL	4.386.804	4.977.469	100,00	32.198.423,38	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	17.462	12.761	0,25	169.235,59	0,52
PARTIC. NOVO MERCADO	2.331.642	1.488.219	29,89	16.895.261,94	52,47
PARTIC. NIVEL 1	541.322	494.739	9,93	4.690.214,71	14,56
PARTIC. NIVEL 2	666.720	651.515	13,08	6.944.237,11	21,56
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	233	4	0,00	400,33	0,00
PARTIC. MAIS	72	30	0,00	432,57	0,00
PARTIC. IBOVESPA	2.364.327	1.455.859	29,24	25.718.480,99	79,87
PARTIC. IBrX 50	1.708.166	1.174.729	23,60	21.324.260,74	66,22
PARTIC. IBrX 100	2.452.182	1.497.341	30,08	26.273.232,81	81,59
PARTIC. IBrA	3.023.208	1.719.352	34,54	28.210.381,40	87,61
PARTIC. MIDLARGE	1.870.138	1.096.076	22,02	22.619.778,52	70,25
PARTIC. SMALL	1.153.063	623.299	12,52	5.589.978,49	17,36
PARTIC. ISE	1.136.737	741.187	14,89	10.444.232,27	32,43
PARTIC. ICO2	1.773.346	1.110.067	22,30	19.070.024,62	59,22
PARTIC. IEE	232.192	91.984	1,84	1.767.600,37	5,48
PARTIC. INDX	598.829	239.428	4,81	4.327.801,07	13,44
PARTIC. ICONSUMO	1.059.012	638.254	12,82	7.240.427,77	22,48
PARTIC. IMOBILIARIO	225.673	103.569	2,08	1.104.850,13	3,43
PARTIC. IFINANCEIRO	506.807	358.981	7,21	5.378.855,54	16,70
PARTIC. IMAT	308.749	124.028	2,49	4.549.601,57	14,12
PARTIC. UTIL	298.363	110.072	2,21	2.359.437,52	7,32
PARTIC. IVBX 2	1.227.602	742.216	14,91	10.242.025,84	31,80
PARTIC. IGC	2.976.664	1.669.972	33,55	27.495.314,34	85,39
PARTIC. IGCT	2.931.432	1.649.763	33,14	27.374.603,88	85,01
PARTIC. IGNM	2.046.620	1.124.033	22,58	16.392.689,69	50,91
PARTIC. ITAG ALONG	2.854.150	1.609.336	32,33	26.641.690,94	82,74
PARTIC. IDIV	699.343	369.757	7,42	8.637.820,35	26,82
PARTIC. IFIX	319.399	3.725	0,07	198.474,96	0,61
PARTIC. BDRX	61.904	10.894	0,21	496.946,42	1,54
PARTIC. IFIL	275.890	2.900	0,05	171.268,57	0,53

MERCADO À VISTA
LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
5GTK11	INVESTO 5GTK	CI	80,71	79,30	81,85	80,73	81,85	1,41↑	81,85	87,00	41	635
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN	62,68	62,68	62,68	62,68	62,68	1,29↑	61,88	-	2	23.023
A1BB34	ABB LTD	DRN	37,01	37,01	37,33	37,32	37,33	0,86↑	37,33	58,50	4	1.634
A1CR34	AMCOR PLC	DRN	63,78	63,78	65,52	64,19	63,93	7,66↑	63,93	-	158	2.076
A1EE34	AMEREN CORP	DRN	233,49	229,77	234,14	232,80	230,46	3,81↑	-	-	105	136
A1EG34	AEGON NV	DRN	26,10	25,74	26,10	25,94	25,95	0,46↑	25,95	27,45	5	1.264
A1EN34	ALLIANT ENER	DRN ED	293,17	288,83	294,05	292,15	290,25	-5,39↓	-	-	119	156
A1EP34	AMERICAN ELE	DRN	249,90	246,57	251,49	250,12	246,74	3,28↑	-	251,49	132	172
A1ES34	AES CORP	DRN ED	102,98	102,98	106,81	106,77	106,81	3,71↑	100,89	-	4	252
A1GN34	ALLEGION PLC	DRN	291,00	291,00	291,00	291,00	291,00	-2,21↓	230,00	-	1	2
A1IV34	APARTMENT IN	DRN	31,07	31,07	31,09	31,07	31,09	-0,41↓	29,17	40,65	2	5.570
A1KA34	AKAMAI TECHN	DRN	42,06	42,06	42,40	42,39	42,40	-10,35↓	34,75	-	3	3.865
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN	1.028,00	1.028,00	1.061,00	1.044,11	1.049,22	6,93↑	-	1.247,00	6	231
A1LG34	ALIGN TECHNO	DRN	383,13	383,13	383,13	383,13	383,13	3,01↑	-	435,00	1	40
A1LL34	BREAD FINAN	DRN	69,58	69,58	69,58	69,58	69,58	0,20↑	67,51	-	1	71
A1LN34	ALNYLAM PHAR	DRN	35,04	35,04	35,04	35,04	35,04	-0,62↓	32,00	42,48	1	150
A1MB34	AMERISOURCEB	DRN	386,47	386,47	388,36	386,60	388,36	2,20↑	-	-	3	20
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN	485,00	459,91	492,00	483,80	490,58	8,22↑	479,40	490,58	180	7.513
A1ME34	AMETEK INC	DRN	-	-	-	-	-	-	270,00	-	-	-
A1MP34	AMERIPRISE F	DRN	344,92	344,92	344,92	344,92	344,92	1,45↑	-	-	1	6
A1MT34	APPLIED MATE	DRN	570,00	567,71	581,14	575,56	581,14	2,80↑	547,01	-	6	1.215
A1MX34	AMERICAMOVIL	DRN	48,36	48,36	48,36	48,36	48,36	1,31↑	-	-	1	590
A1NE34	ARISTA NETWO	DRN	144,56	144,56	144,56	144,56	144,56	1,66↑	-	200,00	1	26
A1NS34	ANSYS INC	DRN	341,96	341,96	343,00	341,96	343,00	1,24↑	-	-	3	353
A1ON34	AON PLC	DRN ED	350,00	350,00	357,13	353,07	356,40	-1,57↓	-	-	107	400
A1PA34	APA CORP	DRN	215,50	215,04	220,08	218,22	220,08	3,91↑	-	-	4	217
A1PD34	AIR PRODUCTS	DRN	-	-	-	-	-	-	275,80	-	-	-
A1PH34	AMPHENOL COR	DRN	-	-	-	-	-	-	150,00	-	-	-
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN	224,49	224,49	224,49	224,49	224,49	=	215,75	250,00	1	80
A1RG34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	-	70,00	-	-
A1SN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	29,00	49,05	-	-
A1TH34	AUTOHOME INC	DRN	14,45	14,32	14,57	14,54	14,57	-0,06↓	12,30	15,20	5	205
A1TM34	ATMOS ENERGY	DRN	286,14	281,12	287,56	285,57	281,96	-4,11↓	-	-	105	135
A1TT34	ALLSTATE COR	DRN	-	-	-	-	-	-	-	386,07	-	-
A1UA34	ANGLOGOLD AS	DRN	25,56	25,42	25,95	25,62	25,86	2,01↑	25,46	29,28	86	1.485
A1UT34	AUTODESK INC	DRN	241,68	241,46	248,84	242,92	248,84	3,57↑	210,00	259,50	4	623
A1VB34	AVALONBAY CO	DRN	277,15	271,75	277,15	276,73	271,75	-1,27↓	265,00	-	2	790
A1WK34	AMERICAN WAT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	266,00	-	-
A1YX34	ALTERYX INC	DRN	16,86	16,86	17,25	17,24	17,25	6,87↑	-	45,00	2	1.271
A1ZN34	ASTRAZENECA	DRN	55,39	54,39	55,74	54,94	54,91	-0,86↓	53,00	55,40	264	2.226
A2LC34	ALCON INC	DRN ED	-	-	-	-	-	-	35,00	-	-	-
A2MC34	AMC ENTERT H	DRN	12,88	12,41	12,96	12,87	12,96	0,30↑	12,60	15,00	18	1.428
A2RE34	ARES MANAGEM	DRN	35,35	35,35	35,35	35,35	35,35	2,02↑	-	-	1	87
A2RR34	ARROWHEAD PH	DRN	25,65	25,65	25,90	25,77	25,90	-2,44↓	-	-	2	2
A2VL34	AVALARA INC	DRN	26,24	26,24	26,24	26,24	26,24	4,00↑	-	29,17	1	1
A2XO34	AXON ENTERPR	DRN	31,02	31,02	31,17	31,09	31,17	-1,73↓	-	-	2	2
AAGO34	ANGLOAMERICA	DRN	-	-	-	-	-	-	49,48	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	97,00	94,00	97,00	95,05	95,94	0,47↑	91,01	97,50	131	1.701
AALR3	ALLIAR	ON NM	19,48	19,34	19,79	19,53	19,79	1,48↑	19,76	19,79	1.857	398.200
AAPL34	APPLE	DRN	79,50	79,50	81,65	80,82	81,28	2,44↑	81,28	81,64	2.645	187.428
ABBV34	ABBVIE	DRN	748,12	741,79	748,12	741,99	741,79	0,31↑	495,00	748,15	2	62
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	16,11	15,72	16,44	16,09	16,44	1,41↑	16,32	16,44	4.312	1.110.900
ABEV3	AMBEV S/A	ON	14,12	14,01	14,42	14,19	14,34	0,70↑	14,34	14,35	34.401	23.600.800
ABTT34	ABBOTT	DRN	140,85	140,85	141,73	141,59	141,60	1,94↑	131,20	-	3	858
ABUD34	AB INBEV	DRN ED	47,40	47,00	47,52	47,49	47,50	0,76↑	-	50,00	6	577
ACNB34	ACCENTURE	DRN	1.512,52	1.512,52	1.553,08	1.514,45	1.553,08	2,35↑	-	1.583,00	2	210
ACWI11	TREND ACWI	CI	9,41	9,33	9,47	9,44	9,45	1,17↑	9,35	9,45	248	566.079
ADBE34	ADOBE INC	DRN	40,86	39,87	41,78	41,13	41,78	3,08↑	39,90	41,99	31	38.067
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	555,01	553,64	561,56	557,19	560,46	2,63↑	-	664,00	105	221
AERI3	AERIS	ON NM	4,28	4,12	4,74	4,46	4,74	10,74↑	4,68	4,74	11.063	3.615.900
AESB3	AES BRASIL	ON NM	10,81	10,68	11,05	10,84	11,02	1,94↑	11,01	11,02	3.836	1.396.400
AFLT3	AFLUENTE T	ON	9,20	9,20	9,20	9,20	9,20	0,54↑	8,71	9,59	1	100
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	34,45	34,12	35,03	34,74	35,03	1,47↑	34,96	35,03	4.559	909.100
AGXY3	AGROGALAXY	ON ED NM	9,38	8,88	9,48	9,06	9,37	1,84↑	9,37	9,48	294	48.400
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	-	28,00	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	-	47,19	-	-
AIRB34	AIRBNB	DRN	37,34	36,47	39,75	38,09	38,04	-0,15↓	38,04	38,20	240	42.690
AKZA34	AKZO NOBEL	DRN	-	-	-	-	-	-	53,23	-	-	-
ALLD3	ALLIED	ON ED NM	13,19	12,75	13,90	13,16	13,90	4,11↑	13,55	13,90	432	105.900
ALPA3	ALPARGATAS	ON N1	18,19	17,82	18,49	18,14	18,49	3,70↑	18,10	18,98	27	3.300
ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	19,46	19,34	20,71	19,77	20,57	4,68↑	20,55	20,57	21.644	3.979.100
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	4,00	3,90	4,15	4,03	4,15	3,75↑	3,95	4,15	26	11.900
ALSO3	ALIANSCSONAE	ON ED NM	20,03	19,17	20,14	19,54	20,11	0,29↑	20,10	20,11	9.879	2.432.800
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	39,94	39,34	40,62	39,80	39,90	0,37↑	39,36	39,90	139	4.686
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	26,34	25,78	26,91	26,54	26,91	2,08↑	26,71	26,91	5.032	1.440.100
ALUP3	ALUPAR	ON N2	8,70	8,60	8,98	8,78	8,94	2,17↑	8,76	8,94	50	6.000
ALUP4	ALUPAR	PN N2	8,76	8,60	8,94	8,76	8,93	1,47↑	8,82	8,93	70	12.600
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	2,20	2,15	2,33	2,21	2,31	4,05↑	2,31	2,32	7.594	6.076.800
AMBP3	AMBIPAR	ON NM	33,50	32,43	34,92	33,47	34,48	2,01↑	34,47	34,50	4.796	954.600
AMER3	AMERICANAS	ON NM	23,06	22,52	25,22	23,69	25,09	7,54↑	25,07	25,09	24.868	9.811.700
AMGN34	AMGEN	DRN	41,45	41,26	41,55	41,26	41,26	0,36↑	39,40	44,70	8	2.816
AMZO34	AMAZON	DRN	79,11	76,03	79,49	77,72	78,63	0,60↑	78,50	78,63	2.334	161.592
ANIM3	ANIMA	ON NM	5,21	5,04	5,40	5,16	5,39	2,66↑	5,39	5,40	6.762	2.576.200
APER3	ALPER S.A.	ON ED NM	30,53	30,01	33,20	31,33	31,00	-1,11↓	31,00	32,11	123	19.400
ARML3	ARMAC	ON EJ NM	13,27	12,52	13,99	13,18	13,65	1,39↑	13,65	13,71	7.174	2.356.000
ARMT34	ARCELOR	DRN	71,62	71,46	73,08	72,69	73,08	-0,85↓	71,73	76,50	15	1.368
ARZZ3	AREZZO CO	ON ED NM	87,09	83,29	88,46	85,13	88,46	1,56↑	88,30	88,46	8.261	1.582.400
ASAI3	ASSAI	ON ED NM	14,98	14,80	15,52	15,17	15,36	1,18↑	15,36	15,39	15.137	5.122.300
ASIA11	TREND ASIA	CI	7,56	7,55	7,62	7,58	7,61	-0,13↓	7,60	7,77	42	42.837
ASML34	ASML HOLD	DRN ED	2.895,00	2.843,00	2.897,03	2.893,65	2.897,03	1,91↑	-	-	11	826
ATOM3	ATOMPAR	ON EDB	2,61	2,51	2,69	2,57	2,67	2,29↑	2,60	2,68	37	7.600
ATTB34	ATT INC	DRN	32,40	32,16	33,14	32,71	32,45	1,66↑	32,45	32,92	92	5.368
ATVI34	ACTIVISION	DRN	394,29	386,82	397,80	390,58	386,82	-1,06↓	375,45	399,00	18	374
AURA33	AURA 360	DR3	37,50	36,11	37,50	36,56	36,85	-2,04↓	36,70	36,85	9.492	244.421
AURE3	AUREN	ON ED NM	14,31	14,09	14,93	14,50	14,93	3,75↑	14,70	14,93	4.120	4.389.900
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	84,00	82,41	84,39	84,02	84,25	1,86↑	-	86,99	36	7.027
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	-	-	-	-	-	-	25,00	28,00	-	-
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN	86,07	86,07	87,03	86,97	86,98	1,52↑	85,67	91,60	4	195
AZEV3	AZEVEDO	ON	3,59	3,45	3,69	3,51	3,68	3,95↑	3,56	3,68	90	72.100
AZEV4	AZEVEDO	PN	2,92	2,81	3,12	2,90	3,12	4,34↑	3,04	3,12	1.012	400.800
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	495,00	495,00	495,00	495,00	495,00	1,53↑	-	-	1	2
AZUL4	AZUL	PN N2	20,99	19,71	21,33	20,37	21,19	-0,42↓	21,19	21,20	23.390	11.996.900
B1AM34	BROOKFIELD A	DRN	62,96	62,84	64,80	62,96	62,95	-0,14↓	57,00	-	7	535
B1AX34	BAXTER INTER	DRN	180,36	180,36	180,36	180,36	180,36	0,70↑	150,00	-	1	16
B1BW34	BATHBODY	DRN	-	-	-	-	-	-	-	110,00	-	-
B1CS34	BARCLAYS PLC	DRN	38,59	38,40	38,70	38,60	38,61	0,02↑	36,88	-	4	232
B1DX34	BECTON DICKI	DRN	248,25	248,25	248,25	248,25	248,25	0,60↑	-	295,00	1	1
B1GN34	BEIGENE LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	28,50	51,48	-	-
B1IL34	BILIBILI INC	DRN	22,49	22,49	23,72	23,44	23,72	2,37↑	20,00	25,50	16	4.303
B1MR34	BIOMARIN PHA	DRN	207,30	207,30	207,30	207,30	207,30	=	-	-	1	4
B1NT34	BIONTECH SE	DRN	92,83	89,64	95,00	91,91	93,98	1,43↑	90,00	93,98	212	30.569
B1PP34	BP PLC	DRN	39,12	38,95	39,40	38,99	38,95	0,56↑	32,40	39,81	12	4.400

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
B1SA34	BANCO SANTAN	DRN	47,96	47,96	47,97	47,96	47,97	0,02↑	47,96	54,00	2	122
B1SX34	BOSTON SCIEN	DRN	209,69	208,88	209,69	208,92	208,88	1,05↑	-	244,61	2	245
B1TI34	BRITISH AMER	DRN	41,77	41,32	41,77	41,41	41,32	-0,07↓	41,32	42,77	9	3.994
B2HI34	BILLCOM HOLD	DRN	52,03	52,03	52,03	52,03	52,03	-4,91↓	-	72,00	1	3
B2UR34	BURLINGTONST	DRN	35,08	35,08	35,08	35,08	35,08	0,83↑	-	-	1	73
B2YN34	BEYOND MEAT	DRN	9,71	9,52	10,30	9,98	10,19	4,94↑	10,19	15,80	11	189
B3SA3	B3	ON NM	12,43	12,11	12,72	12,35	12,65	0,79↑	12,65	12,66	52.710	44.858.800
BAAX39	MSCI ASIA JP	DRN	35,53	35,20	35,53	35,34	35,20	-0,28↓	34,02	37,99	8	4.010
BABA34	ALIBABAGR	DRN	17,33	17,32	17,82	17,54	17,69	-0,89↓	17,69	17,80	3.329	639.764
BACW39	MSCI ACWI	DRN	47,01	45,82	47,01	46,23	46,68	1,32↑	45,69	46,68	809	330.405
BAER39	US AEROSPACE	DRN	26,01	26,01	26,01	26,01	26,01	0,11↑	24,08	-	2	3
BAHI3	BAHEMA	ON MA	14,65	14,65	14,85	14,84	14,85	4,35↑	14,60	14,85	11	26.100
BALM3	BAUMER	ON ED	-	-	-	-	-	-	-	15,80	-	-
BALM4	BAUMER	PN ED	-	-	-	-	-	-	10,50	12,90	-	-
BAUH4	EXCELSIOR	PN	79,00	79,00	79,00	79,00	79,00	=	60,00	79,90	1	100
BAZA3	AMAZONIA	ON EX	39,54	39,42	39,80	39,56	39,80	0,68↑	39,42	40,30	7	1.500
BBAS3	BRASIL	ON NM	33,54	33,20	34,78	34,09	34,64	2,91↑	34,64	34,65	32.371	13.014.300
BBDC3	BRADESCO	ON EJ N1	14,71	14,57	15,08	14,85	15,01	1,14↑	15,00	15,02	12.249	7.485.300
BBDC4	BRADESCO	PN EJ N1	17,92	17,80	18,41	18,14	18,33	1,43↑	18,33	18,35	53.290	54.459.700
BBOV11	BB ETF IBOV	CI	54,50	53,90	55,77	55,70	55,77	2,12↑	55,77	56,50	52	53.325
BBRK3	BR BROKERS	ON NM	0,90	0,86	0,91	0,88	0,90	1,12↑	0,90	0,91	600	889.900
BBSD11	BB ETF SP DV	CI	90,50	89,80	92,30	90,40	92,30	1,85↑	89,29	92,30	42	1.011
BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	25,10	24,73	25,62	25,21	25,62	1,99↑	25,47	25,62	14.187	5.199.100
BBUG39	GX CYBERSECT	DRN	48,10	47,30	48,10	47,70	47,30	-1,56↓	-	-	2	20
BBYY34	BEST BUY	DRN	476,32	476,32	478,96	478,58	478,96	2,01↑	-	-	2	70
BCHI39	MSCI CHINA	DRN	31,53	31,46	31,59	31,51	31,56	-0,72↓	31,25	31,80	11	301
BCHQ39	GX MSCICHINA	DRN	23,90	23,80	24,24	24,06	24,24	-0,89↓	-	-	3	41
BCIR39	FT NASDCYBER	DRN	46,41	46,40	46,41	46,40	46,40	-2,58↓	45,00	-	2	102
BCLO39	GX CLOUD CPT	DRN	32,01	32,01	32,49	32,25	32,49	-0,09↓	-	-	2	20
BCPX39	GX COPPER MN	DRN	39,72	39,72	39,78	39,75	39,78	-0,05↓	-	-	2	20
BCSA34	SANTANDER	DRN ED	14,60	14,45	14,80	14,57	14,60	-0,34↓	14,50	14,99	156	3.193
BDRI39	GX AEVEHICLE	DRN	41,28	41,28	41,72	41,50	41,72	1,65↑	-	-	2	20
BDVD39	GX SUPDIV US	DRN ED	51,00	50,80	51,00	50,90	50,80	-0,84↓	-	-	2	20
BDVY39	SELECT DIVID	DRN	63,20	62,50	63,20	62,85	62,86	0,80↑	62,86	64,00	9	14.013
BEDC39	GX TLMEDC DH	DRN	30,93	30,93	31,17	31,14	31,17	-0,66↓	-	-	4	340
BEEF3	MINERVA	ON ED NM	13,32	13,16	13,60	13,36	13,47	0,52↑	13,43	13,47	14.463	7.830.100
BEEM39	MSCI EMGMARK	DRN	35,24	35,00	35,35	35,18	35,00	=	33,14	37,00	14	3.434
BEES3	BANESTES	ON EJ	5,24	5,18	5,29	5,23	5,23	0,19↑	5,23	5,24	146	47.600
BEES4	BANESTES	PN EJ	5,40	5,20	5,41	5,32	5,40	=	5,27	5,40	61	8.100
BEFA39	MSCI EAFE	DRN	42,95	42,95	43,05	42,96	43,05	0,70↑	40,00	-	5	149
BEFV39	MSCIEAFEVALU	DRN	39,90	39,90	39,90	39,90	39,90	-0,25↓	-	-	1	10
BEGD39	TRTMSCI EAFE	DRN	43,09	43,08	43,20	43,13	43,20	-0,50↓	42,37	-	50	46.500
BEGU39	TRUSTMSCI US	DRN	46,20	46,20	46,94	46,47	46,94	1,29↑	46,94	56,00	93	232.476
BERK34	BERKSHIRE	DRN	80,42	79,30	80,57	80,13	80,00	1,21↑	80,00	80,49	1.160	28.305
BEWA39	MSCIAUSTRALI	DRN	41,16	41,16	41,63	41,62	41,63	1,43↑	39,36	41,63	2	8.228
BEWC39	MSCI CANADA	DRN	46,86	46,79	46,86	46,79	46,79	0,36↑	46,79	49,23	2	2.420
BEWG39	MSCI GERMANY	DRN	43,53	43,45	43,56	43,55	43,56	0,78↑	42,05	45,69	3	818
BEWH39	MSCIHONGKONG	DRN	-	-	-	-	-	-	32,25	-	-	-
BEWJ39	MSCI JAPAN	DRN	35,92	35,42	35,92	35,47	35,55	0,25↑	33,01	35,97	6	341
BEWL39	MSCI SWITZER	DRN	45,40	45,40	45,74	45,73	45,74	-0,13↓	43,75	45,74	3	14.795
BEWQ39	MSCI FRANCE	DRN	-	-	-	-	-	-	39,18	42,92	-	-
BEWT39	MSCI TAIWAN	DRN	47,03	47,03	47,03	47,03	47,03	0,94↑	45,00	47,03	1	72.537
BEWU39	MSCI UK	DRN	54,44	53,87	54,44	54,24	54,24	0,31↑	51,00	54,24	29	27.980
BEWW39	MSCI MEXICO	DRN	61,99	61,99	61,99	61,99	61,99	0,82↑	59,00	61,99	1	15.554
BEWY39	MSCISOUTHKOR	DRN	41,81	41,80	41,81	41,80	41,80	-0,28↓	40,04	55,18	2	34
BEWZ39	MSCI BRAZIL	DRN	53,96	53,96	53,96	53,96	53,96	1,73↑	53,96	-	1	35.750
BEZU39	MSCIEUROZONE	DRN	50,41	50,26	50,41	50,26	50,26	0,64↑	49,00	-	4	16.842
BFBI39	FT NYSE BIOT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	43,99	-	-
BFCG39	FT NAT GAS	DRN	-	-	-	-	-	-	55,08	65,00	-	-
BFDN39	FT DJ INTERN	DRN	-	-	-	-	-	-	24,08	-	-	-
BFNX39	GX FINTECH	DRN	26,79	26,79	27,30	27,04	27,30	1,22↑	-	-	2	20
BFXH39	FT HCAREALPH	DRN	-	-	-	-	-	-	-	43,99	-	-
BGIP4	BANESE	PN	21,85	21,85	22,19	21,88	22,19	1,74↑	21,50	22,40	2	1.000
BGOV39	BKR US TREAS	DRN ED	39,76	39,76	40,08	39,98	40,08	-1,03↓	38,75	40,50	2	140
BGRT39	GLOBAL REIT	DRN	45,09	44,79	45,09	44,94	44,79	-0,88↓	44,70	52,30	4	4
BGWH39	COREDIVGROWT	DRN	51,22	51,22	51,22	51,22	51,22	1,16↑	51,22	-	1	8.871
BHEF39	CURHEDGEMSCI	DRN	-	-	-	-	-	-	-	48,00	-	-
BHER39	GX GAMES SPT	DRN	27,84	27,84	27,99	27,98	27,96	=	-	-	10	4.020
BHPG34	BHP GROUP	DRN	340,90	340,90	340,90	340,90	340,90	0,96↑	285,70	389,97	1	270
BIAU39	GOLD TRUST	DRN	44,19	43,80	44,59	44,22	44,05	-0,29↓	43,60	44,05	24	11.240
BIBB39	ICE BIOTECH	DRN	40,00	39,18	40,00	39,31	39,76	0,50↑	38,50	47,60	32	14.319
BICL39	BKR GL CLEAN	DRN	-	-	-	-	-	-	43,08	-	-	-
BIDI11	BANCO INTER	UNT N2	14,60	13,90	15,64	14,49	15,60	5,76↑	15,59	15,61	23.805	14.057.900
BIDI3	BANCO INTER	ON N2	4,79	4,59	5,05	4,75	5,02	4,58↑	5,02	5,04	3.345	1.456.100
BIDI4	BANCO INTER	PN N2	4,89	4,70	5,25	4,89	5,23	5,65↑	5,20	5,23	5.658	7.150.000
BIDU34	BAIDU INC	DRN	627,20	627,20	650,91	642,46	650,91	2,66↑	533,01	650,91	30	184
BIEF39	COREMSCIEAFE	DRN	40,51	40,42	40,51	40,49	40,42	-1,24↓	40,00	-	2	73
BIEM39	COREMSCI EMK	DRN	43,70	43,32	43,70	43,54	43,32	-0,43↓	41,69	52,29	10	404
BIEU39	COREMSCI EUR	DRN	41,20	41,20	42,16	41,50	41,75	1,33↑	41,00	43,64	50	18.480
BIEV39	EUROPE ETF	DRN	-	-	-	-	-	-	45,50	-	-	-
BIGF39	GLOBAL INFRA	DRN	62,24	61,93	62,24	61,93	61,93	1,11↑	55,00	71,00	3	3.902
BIHI39	USMEDICDEVIC	DRN	7,93	7,93	7,93	7,93	7,93	1,53↑	7,08	7,93	1	66.637
BIIB34	BIOGEN	DRN	169,43	169,43	169,43	169,43	169,43	=	160,50	192,37	1	160
BIJH39	CORE MIDCAP	DRN	63,48	63,48	63,48	63,48	63,48	1,14↑	-	66,00	1	827
BIJR39	CORESMALLCAP	DRN	62,89	62,89	63,90	63,13	63,12	0,36↑	61,10	66,00	10	264
BILF39	LATIN AMER40	DRN	43,31	43,31	43,31	43,31	43,31	1,42↑	43,31	-	2	55.098
BIOM3	BIOMM	ON MA	10,80	10,35	10,89	10,61	10,63	-1,57↓	10,02	10,60	25	3.900
BITO39	CORE SP TOTA	DRN	46,70	46,22	46,77	46,76	46,77	1,36↑	46,77	61,00	11	4.714
BIVB39	CORE SP 500	DRN	52,57	52,07	52,69	52,68	52,69	1,91↑	52,69	53,10	26	137.445
BIVE39	SP500 VALUE	DRN	49,36	49,36	50,09	49,81	49,84	0,97↑	49,84	56,00	17	11.675
BIVW39	SP500GROWTH	DRN	42,65	41,96	43,13	43,11	43,13	2,44↑	41,98	43,13	6	3.105
BIWF39	RUSSEL1000GR	DRN	49,30	49,30	50,21	49,30	50,21	2,38↑	-	50,21	2	45.638
BIXG39	BKR GL FIN	DRN	46,07	46,07	46,07	46,07	46,07	0,76↑	-	-	1	5
BIXJ39	GLOBALHEALTH	DRN	52,05	51,80	52,20	52,15	51,80	-0,86↓	50,08	59,28	75	70.014
BIXN39	GLOBAL TECH	DRN	8,68	8,63	8,69	8,66	8,63	0,58↑	8,55	9,50	5	255
BIYE39	BKR US ENER	DRN	70,20	70,01	70,79	70,28	70,79	2,86↑	62,64	-	44	9.397
BIYF39	US FINANCIAL	DRN	25,53	25,53	26,01	25,78	25,95	1,88↑	25,00	26,05	19	10.969
BIYT39	BKR 7 10 YRT	DRN ED	-	-	-	-	-	-	-	63,00	-	-
BIYW39	US TECHNOLOG	DRN	13,00	12,93	13,34	13,23	13,28	2,23↑	13,28	16,00	12	29.873
BKBR3	BK BRASIL	ON NM	6,09	5,78	6,20	5,93	6,20	1,63↑	6,19	6,20	5.870	2.820.100
BKNG34	BOOKING	DRN	60,54	57,16	60,97	58,47	59,12	-0,32↓	57,90	61,00	152	43.081
BLAK34	BLACKROCK	DRN	530,53	527,88	542,00	539,92	541,34	3,08↑	527,88	550,00	6	171
BLAU3	BLAU	ON NM	23,77	22,40	23,77	22,83	23,00	-3,07↓	22,95	23,00	2.512	585.300
BLBT39	GX LITHIUM B	DRN	41,88	41,88	42,16	42,07	42,16	1,44↑	-	-	5	258
BLPA39	GX MLP ETF	DRN	51,60	51,60	52,30	52,24	51,85	0,67↑	51,60	-	3	210
BLPX39	GX MLP EN IN	DRN	54,35	54,10	54,35	54,29	54,10	1,50↑	-	-	3	203
BLUT3	B TECH EQI	ON	1,10	1,05	1,13	1,07	1,09	-0,90↓	1,08	1,09	67	21.700
BLUT4	B TECH EQI	PN	0,57	0,56	0,58	0,56	0,57	=	0,57	0,58	387	149.600
BMEB3	MERC BRASIL	ON N1	16,08	16,08	16,08	16,08	16,08	6,63↑	15,08	16,08	2	200
BMEB4	MERC BRASIL	PN N1	10,13	10,13	10,28	10,25	10,22	-0,29↓	10,21	10,34	7	1.000
BMGB4	BANCO BMG	PN N1	2,86	2,81	2,90	2,85	2,90	=	2,87	2,90	2.103	728.200
BMIN3	MERC INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	19,00	26,60	-	-
BMIN4	MERC INVEST	PN	-	-	-	-	-	-	14,06	14,87	-	-
BMKS3	BIC MONARK	ON ED	226,20	226,20	226,20	226,20	226,20	=	226,20	243,00	1	3
BMOB3	BEMOBI TECH	ON NM	14,44	14,01	15,02	14,42	15,02	4,30↑	14,88	15,03	2.572	418.900
BMTU39	MSCIUSAMOM F	DRN	37,80	37,16	37,80	37,36	37,37	-0,53↓	37,37	-	4	59.402
BMYB34	BRISTOLMYERS	DRN	378,06	372,71	380,38	376,48	376,10	1,05↑	-	-	392	643
BNBR3	NORD BRASIL	ON	69,00	69,00	69,00	69,00	69,00	-1,42↓	67,40	75,94	2	300
BNDA39	MSCI INDIA	DRN	53,90	53,67	54,00	53,71	53,67	-1,68↓	53,67	57,38	4	837
BOAC34	BANK AMERICA	DRN	46,04	46,04	47,70	47,19	47,24	2,62↑	47,24	47,50	552	41.568
BOAS3	BOA VISTA	ON ED NM	7,48	7,08	8,07	7,46	8,07	7,17↑	7,94	8,07	3.358	1.173.900
BOBR3	BOMBRIL	ON	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
BOBR4	BOMBRIL	PN	1,46	1,41	1,46	1,43	1,44	-1,36↓	1,43	1,44	66	26.100
BOEF39	BKR SP100	DRN	-	-	-	-	-	-	43,18	-	-	-
BOEI34	BOEING	DRN	767,69	767,27	780,78	767,94	767,27	0,66↑	710,00	784,49	7	247
BONY34	BNY MELLON	DRN ED	213,46	213,46	218,24	217,48	217,00	1,65↑	215,43	-	6	513
BOTZ39	GX ROBOTC AI	DRN	30,06	30,05	30,54	30,27	30,54	1,80↑	-	-	4	22
BOVA11	ISHARES BOVA	CI	101,97	101,10	104,57	102,61	104,38	1,61↑	104,33	104,38	70.579	8.716.198
BOVB11	ETF BRA IBOV	CI	106,75	105,44	108,84	107,31	108,80	1,71↑	108,80	111,00	153	27.226
BOVS11	SAFRAETFIBOV	CI	81,22	80,70	83,41	81,46	83,36	1,78↑	83,36	-	156	2.621
BOVV11	IT NOW IBOV	CI	107,31	105,70	109,34	106,89	109,02	1,36↑	109,02	109,30	20.530	1.980.549
BOVX11	TREND IBOVX	CI	10,65	10,50	10,84	10,65	10,84	1,68↑	10,77	10,84	542	485.737
BOXP34	BOSTON PROP	DRN	65,64	59,93	65,64	59,95	59,93	0,10↑	58,00	65,62	4	278
BPAC11	BTGP BANCO	UNT N2	22,31	21,41	23,16	22,04	23,11	2,07↑	23,11	23,12	56.928	27.989.200
BPAC3	BTGP BANCO	ON N2	13,35	12,90	13,55	13,17	13,55	2,18↑	13,55	14,19	26	3.600
BPAC5	BTGP BANCO	PNA N2	4,90	4,50	4,92	4,66	4,92	0,20↑	4,82	4,92	26	5.800
BPAN4	BANCO PAN	PN N1	8,50	8,45	9,21	8,78	9,16	5,77↑	9,16	9,17	9.526	4.795.600
BPAR3	BANPARA	ON EDJ	-	-	-	-	-	-	130,00	-	-	-
BPVE39	GX INFRA DEV	DRN	44,36	44,36	44,48	44,42	44,48	1,09↑	-	-	2	20
BQUA39	MSCIUSQUAL F	DRN	42,27	42,27	42,27	42,27	42,27	2,15↑	41,00	42,27	2	3.851
BQYL39	GX NASDAQ100	DRN	32,70	32,70	32,91	32,80	32,91	1,01↑	-	-	2	20
BRAP3	BRADESPAR	ON ED N1	24,80	24,28	25,10	24,59	25,10	1,70↑	24,80	25,20	321	54.400
BRAP4	BRADESPAR	PN ED N1	27,39	27,01	27,98	27,47	27,79	0,72↑	27,79	27,80	21.037	4.548.000
BRAX11	ISHARES BRAX	CI	88,43	88,39	91,00	89,46	91,00	1,67↑	91,00	91,52	78	2.877
BRBI11	BR PARTNERS	UNT N2	15,60	15,10	15,87	15,38	15,49	-0,70↓	15,47	15,49	573	105.000
BRFS3	BRF SA	ON NM	13,26	12,98	13,69	13,28	13,66	2,16↑	13,65	13,66	18.227	8.256.500
BRGE11	ALFA CONSORC	PNE	-	-	-	-	-	-	6,81	7,71	-	-
BRGE12	ALFA CONSORC	PNF	-	-	-	-	-	-	-	6,90	-	-
BRGE3	ALFA CONSORC	ON	-	-	-	-	-	-	5,12	5,95	-	-
BRGE5	ALFA CONSORC	PNA	-	-	-	-	-	-	-	10,83	-	-
BRGE6	ALFA CONSORC	PNB	-	-	-	-	-	-	8,50	15,00	-	-
BRGE8	ALFA CONSORC	PND	-	-	-	-	-	-	-	8,89	-	-
BRIT3	BRISANET	ON ED NM	3,02	2,96	3,25	3,07	3,16	5,68↑	3,15	3,16	2.861	521.400
BRIV3	ALFA INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	5,53	6,40	-	-
BRIV4	ALFA INVEST	PN	6,32	6,32	6,32	6,36	6,32	1,60↑	6,31	6,96	2	200
BRKM3	BRASKEM	ON N1	40,28	40,01	41,16	40,71	40,64	0,89↑	39,97	40,64	218	54.400
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	41,41	40,51	41,76	41,07	41,62	0,43↑	41,62	41,65	7.336	1.523.800
BRKM6	BRASKEM	PNB N1	-	-	-	-	-	-	23,00	30,00	-	-
BRML3	BR MALLS PAR	ON ED NM	9,10	8,70	9,18	8,86	9,08	-0,87↓	9,07	9,08	38.751	31.923.600
BRPR3	BR PROPERT	ON ED NM	8,78	8,54	9,07	8,82	9,07	2,71↑	9,07	9,08	6.262	1.955.700
BRSR3	BANRISUL	ON ED N1	11,66	11,57	11,99	11,77	11,82	1,80↑	11,80	11,97	31	5.300
BRSR5	BANRISUL	PNA ED N1	15,10	15,10	17,21	15,62	17,21	5,26↑	15,25	17,18	3	400
BRSR6	BANRISUL	PNB ED N1	10,47	10,32	10,93	10,68	10,93	4,39↑	10,89	10,93	9.237	2.892.600
BSDV39	GX SUPERDIVD	DRN ED	26,57	26,46	26,76	26,73	26,49	-2,26↓	-	-	4	341
BSHV39	BKR SHORT TR	DRN ED	55,44	54,20	55,46	55,13	54,20	-2,23↓	50,01	59,99	11	9.201
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRN ED	-	-	-	-	-	-	49,50	65,00	-	-
BSIL39	GX SILVER MN	DRN	33,24	33,15	33,24	33,19	33,15	0,27↑	-	-	2	20
BSIZ39	MSCIUSASIZF	DRN	-	-	-	-	-	-	-	44,20	-	-
BSLI3	BRB BANCO	ON	-	-	-	-	-	-	18,00	23,75	-	-
BSLI4	BRB BANCO	PN	-	-	-	-	-	-	14,60	16,40	-	-
BSLV39	SILVER TRUST	DRN	34,65	34,29	34,75	34,35	34,70	0,63↑	34,70	34,81	143	12.608
BSOC39	GX SOCIAL MD	DRN	23,80	23,80	24,36	24,08	24,36	0,49↑	-	-	2	40
BSOX39	BKR SEMICOND	DRN	-	-	-	-	-	-	49,90	54,55	-	-
BSUS39	ESGMSCIUSA L	DRN	-	-	-	-	-	-	40,18	52,08	-	-
BTEK11	INVESTO BTEK	CI	59,00	58,05	61,20	59,18	61,20	1,30↑	57,88	61,20	37	660
BTLT39	BKR 20YR TRS	DRN ED	-	-	-	-	-	-	37,50	40,00	-	-
BURA39	GX URANIUM	DRN	38,80	37,92	39,00	38,29	39,00	0,61↑	39,00	49,00	14	36.342
BUSM39	MSCI US MVOL	DRN	45,90	45,90	45,91	45,90	45,91	0,54↑	45,91	-	2	6.306
BUSR39	CORE US REIT	DRN	50,72	49,96	50,72	50,09	49,96	-0,77↓	49,25	-	4	13

Continua...

Pregão
Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
BVLU39	MSCIUSVALUEF	DRN	50,65	50,65	50,95	50,70	50,70	1,25↑	50,70	51,00	3	6.568
BXTC39	EXPON TECHNL	DRN	-	-	-	-	-	-	-	57,57	-	-
C1AB34	CABLE ONE IN	DRN	28,41	28,41	28,41	28,41	28,41	-3,13↓	-	-	1	5
C1BL34	CHUBB LTD	DRN	261,59	261,59	261,59	261,59	261,59	1,32↑	-	-	1	12
C1BS34	PARAMOUNT GL	DRN	147,90	147,59	147,90	147,61	147,59	-0,08↓	145,00	290,00	2	644
C1CI34	CROWN CASTLE	DRN	231,18	224,94	231,18	228,65	226,55	-1,29↓	-	-	378	650
C1CL34	CARNIVAL COR	DRN	84,19	84,14	84,48	84,15	84,14	-3,36↓	50,00	93,00	5	224
C1ER34	CERNER CORP	DRN	237,12	230,88	237,36	235,50	231,12	-0,51↓	-	239,00	170	172
C1FG34	CITIZENS FIN	DRN ED	-	-	-	-	-	-	-	234,00	-	-
C1FI34	CF INDUSTRIE	DRN	504,00	504,00	504,00	504,00	504,00	2,00↑	-	728,00	1	140
C1GP34	COSTAR GROUP	DRN	3,14	3,14	3,18	3,17	3,18	0,63↑	2,93	3,20	3	437
C1HI34	CHINA PETROL	DRN	42,32	41,56	42,32	41,85	41,61	1,16↑	41,13	42,39	202	2.204
C1HK34	CHECK POINT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	369,72	-	-
C1HT34	CHUNGHWA TEL	DRN	-	-	-	-	-	-	-	67,44	-	-
C1IC34	CIGNA CORP	DRN	312,75	312,75	312,75	312,75	312,75	2,22↑	-	-	1	210
C1MA34	COMERICA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	174,21	-	-	-
C1MG34	CHIPOTLE MEX	DRN	365,40	353,16	365,40	355,20	353,16	-1,65↓	-	-	2	6
C1MI34	CUMMINS INC	DRN	255,26	255,26	255,26	255,26	255,26	5,47↑	-	-	1	3
C1MS34	CMS ENERGY C	DRN	172,88	170,85	173,91	172,40	171,19	-2,79↓	-	-	20	20
C1NP34	CENTERPOINT	DRN	155,25	153,30	156,60	155,25	153,90	-1,08↓	-	-	141	239
C1NS34	CELANESE COR	DRN ED	377,60	377,60	380,80	378,54	380,80	2,40↑	-	-	2	17
C1OG34	COTERRA ENER	DRN	159,70	159,70	159,70	159,70	159,70	5,10↑	-	-	2	110
C1OO34	COOPER COMPA	DRN	-	-	-	-	-	-	170,00	-	-	-
C1OU34	COUPA SOFTWA	DRN	14,11	14,11	15,18	15,16	15,18	5,71↑	14,00	22,00	4	827
C1SU34	CREDIT SUISS	DRN	17,64	17,44	17,64	17,59	17,64	0,91↑	17,43	20,00	6	243
C1TV34	CORTEVA INC	DRN	72,38	71,54	72,85	72,54	72,85	2,17↑	70,55	75,00	5	639
C2HP34	CHARGEPOINTH	DRN	-	-	-	-	-	-	21,62	-	-	-
C2OI34	COINBASEGLOB	DRN	24,43	23,45	26,02	24,71	26,02	6,50↑	25,00	27,28	45	8.602
C2PT34	CAMDEN PROP	DRN	50,65	50,00	50,65	50,37	50,00	-6,62↓	-	-	4	33
C2RW34	CROWDSTRIKE	DRN	43,47	41,43	43,47	42,80	43,20	-3,97↓	-	54,60	9	25
CAJI34	CANON INC	DRN	-	-	-	-	-	-	110,80	128,10	-	-
CALI3	CONST A LIND	ON	-	-	-	-	-	-	60,00	-	-	-
CALI4	CONST A LIND	PN	-	-	-	-	-	-	60,00	-	-	-
CAMB3	CAMBUCI	ON	4,76	4,50	5,10	4,70	5,10	5,59↑	5,10	5,14	160	45.300
CAML3	CAMIL	ON NM	8,51	8,41	8,68	8,54	8,64	1,52↑	8,63	8,65	4.590	1.378.600
CAON34	CAPITAL ONE	DRN	322,91	312,00	329,60	323,39	328,00	3,47↑	285,01	-	367	2.520
CAPH34	CAPRI HOLDI	DRN	-	-	-	-	-	-	194,00	-	-	-
CARD3	CSU CARDSYST	ON ED NM	13,85	13,37	14,39	13,72	14,02	2,18↑	14,02	14,20	1.293	167.600
CASH3	MELIUZ	ON NM	1,74	1,69	1,91	1,78	1,90	7,34↑	1,89	1,91	13.057	38.928.700
CATP34	CATERPILLAR	DRN	67,29	67,25	68,40	67,82	67,90	2,80↑	66,84	68,40	37	8.136
CBAV3	CBA	ON ED NM	16,14	15,26	16,27	15,72	16,27	0,18↑	16,21	16,27	18.818	6.765.500
CBEE3	AMPLA ENERG	ON	-	-	-	-	-	-	-	34,00	-	-
CCRO3	CCR SA	ON NM	12,10	11,95	12,58	12,25	12,58	3,62↑	12,57	12,58	23.457	17.630.500
CEAB3	CEA MODAS	ON NM	4,23	4,11	4,42	4,27	4,42	4,00↑	4,38	4,42	5.864	3.322.000
CEBR3	CEB	ON ED	13,80	13,63	13,80	13,75	13,80	=	13,50	13,80	6	600
CEBR5	CEB	PNA ED	11,80	11,65	12,39	11,84	12,05	2,11↑	12,05	12,30	15	3.100
CEBR6	CEB	PNB ED	11,71	10,80	11,80	11,14	11,26	-3,67↓	11,26	11,40	90	38.300
CEDO3	CEDRO	ON N1	-	-	-	-	-	-	6,40	7,00	-	-
CEDO4	CEDRO	PN N1	4,74	4,65	4,75	4,67	4,65	-4,90↓	4,59	4,79	18	5.000
CEEB3	COELBA	ON	36,00	36,00	37,00	36,40	37,00	=	36,00	42,00	5	1.100
CEED3	CEEE-D	ON	-	-	-	-	-	-	40,07	65,00	-	-
CEED4	CEEE-D	PN	-	-	-	-	-	-	37,00	45,00	-	-
CEGR3	CEG	ON ED	-	-	-	-	-	-	30,00	84,99	-	-
CEPE3	CELPE	ON	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-
CEPE5	CELPE	PNA	-	-	-	-	-	-	-	41,50	-	-
CEPE6	CELPE	PNB	40,01	40,01	40,01	40,01	40,01	0,02↑	40,01	40,50	6	6.000
CGAS3	COMGAS	ON	-	-	-	-	-	-	120,03	132,00	-	-
CGAS5	COMGAS	PNA	125,00	122,50	125,00	124,23	125,00	0,29↑	123,50	126,20	15	1.500
CGRA3	GRAZZIOTIN	ON	32,00	31,99	32,70	32,25	32,70	-0,15↓	32,00	32,75	11	1.100
CGRA4	GRAZZIOTIN	PN	32,25	31,80	32,50	32,03	32,10	-0,52↓	32,10	32,89	36	7.900
CHCM34	CHARTER COMM	DRN	35,55	35,20	36,80	36,36	36,54	3,60↑	33,77	39,98	495	47.991
CHVX34	CHEVRON	DRN	82,12	81,20	82,94	82,20	82,59	2,66↑	82,06	82,59	870	21.145
CIEL3	CIELO	ON NM	3,37	3,29	3,44	3,34	3,42	=	3,42	3,43	22.044	34.783.400
CLOV34	CLOVERHEALTH	DRN	-	-	-	-	-	-	11,24	-	-	-
CLSA3	CLEARSALE	ON NM	4,74	4,63	4,95	4,78	4,91	4,02↑	4,91	4,92	6.900	1.861.100
CLSC3	CELESC	ON ED N2	-	-	-	-	-	-	53,00	58,50	-	-
CLSC4	CELESC	PN ED N2	53,13	53,08	54,77	53,30	54,77	2,52↑	53,27	55,80	15	2.900
CMCS34	COMCAST	DRN	40,37	40,31	40,88	40,77	40,70	1,72↑	40,70	41,26	27	18.025
CMDB11	BTG COMMODIT	CI	10,72	10,70	10,91	10,81	10,90	0,83↑	10,90	11,01	48	12.410
CMIG3	CEMIG	ON EDB N1	13,17	12,93	13,45	13,19	13,45	1,66↑	13,39	13,45	2.676	445.500
CMIG4	CEMIG	PN EDB N1	10,33	10,21	10,59	10,40	10,59	1,82↑	10,56	10,59	14.609	12.073.300
CMIN3	CSNMINERACAO	ON ED N2	5,01	4,95	5,30	5,09	5,24	3,96↑	5,24	5,25	11.997	9.065.500
CNSY3	CINESYSTEM	ON MA	-	-	-	-	-	-	0,08	-	-	-
COCA34	COCA COLA	DRN	52,52	52,52	53,67	53,14	53,37	2,95↑	53,09	53,37	1.585	22.099
COCE3	COELCE	ON	-	-	-	-	-	-	-	103,22	-	-
COCE5	COELCE	PNA	52,19	51,28	52,44	51,82	51,31	-0,85↓	51,20	52,84	53	6.600
COGN3	COGNA ON	ON NM	2,41	2,32	2,52	2,39	2,49	2,89↑	2,49	2,50	27.854	38.854.900
COLG34	COLGATE	DRN	53,40	53,40	54,75	53,84	53,83	2,43↑	52,55	55,10	14	2.066
COPH34	COPHILLIPS	DRN	125,14	123,93	128,17	126,49	128,17	3,98↑	123,00	130,14	556	12.301
CORR4	COR RIBEIRO	PN	-	-	-	-	-	-	-	500,00	-	-
COTY34	COTY INC	DRN	19,39	19,39	19,39	19,39	19,39	-0,56↓	18,51	19,40	1	840
COWC34	COSTCO	DRN ED	65,50	65,48	67,13	66,33	67,13	3,03↑	65,90	67,13	401	29.544
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON ED NM	32,31	31,67	33,15	32,50	33,15	2,31↑	33,13	33,15	15.972	5.013.800
CPLE11	COPEL	UNT ED N2	32,92	32,22	32,92	32,48	32,70	-0,60↓	32,70	32,73	2.594	400.000
CPLE3	COPEL	ON ED N2	5,83	5,76	5,89	5,82	5,88	0,68↑	5,87	5,88	2.371	1.314.600
CPLE5	COPEL	PNA ED N2	-	-	-	-	-	-	22,55	32,45	-	-
CPLE6	COPEL	PNB ED N2	6,81	6,59	6,81	6,68	6,75	-1,17↓	6,74	6,75	27.166	18.820.800
CRDA34	CREDIT ACCEP	DRN	317,00	317,00	317,00	317,00	317,00	13,62↑	-	-	1	7
CRDE3	CR2	ON	-	-	-	-	-	-	15,00	22,75	-	-
CRFB3	CARREFOUR BR	ON ED NM	20,26	19,96	20,58	20,23	20,48	1,03↑	20,48	20,50	15.393	4.494.000
CRHP34	CRH PLC	DRN	200,80	200,80	200,80	200,80	200,80	0,64↑	160,00	-	1	1
CRIP34	CTRIPCOM	DRN	114,00	114,00	116,66	116,59	116,66	-0,53↓	100,00	130,00	2	297
CRIV3	ALFA FINANC	ON	4,81	4,81	4,95	4,87	4,95	1,64↑	4,66	4,96	3	300
CRIV4	ALFA FINANC	PN	-	-	-	-	-	-	4,88	5,28	-	-
CRPG3	CRISTAL	ON	-	-	-	-	-	-	-	55,00	-	-
CRPG5	CRISTAL	PNA	48,50	46,90	48,50	47,71	48,50	3,41↑	48,00	49,00	27	3.200
CRPG6	CRISTAL	PNB	47,99	47,99	50,49	49,15	50,49	7,08↑	48,01	50,99	6	600
CSAB4	SEG AL BAHIA	PN	-	-	-	-	-	-	-	55,00	-	-
CSAN3	COSAN	ON NM	19,69	19,16	20,02	19,55	19,98	0,96↑	19,98	19,99	25.421	10.372.900
CSCO34	CISCO	DRN	50,25	49,57	50,60	50,31	50,44	1,59↑	48,00	52,79	394	7.180
CSED3	CRUZEIRO EDU	ON ED NM	3,52	3,43	3,68	3,52	3,60	2,56↑	3,60	3,67	2.962	509.700
CSMG3	COPASA	ON NM	12,36	12,10	12,70	12,46	12,70	2,41↑	12,69	12,70	7.392	2.435.700
CSNA3	SID NACIONAL	ON ED	20,73	20,35	21,47	20,81	21,47	2,62↑	21,45	21,47	17.915	8.546.700
CSRN3	COSERN	ON	18,49	18,49	18,70	18,61	18,70	2,63↑	18,50	18,79	4	1.000
CSRN5	COSERN	PNA	-	-	-	-	-	-	18,01	18,40	-	-
CSRN6	COSERN	PNB	-	-	-	-	-	-	18,00	18,48	-	-
CSXC34	CSX CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	84,25	-	-	-
CTGP34	CITIGROUP	DRN ED	42,64	42,16	42,88	42,60	42,62	2,87↑	42,62	47,10	22	6.091
CTKA3	KARSTEN	ON	-	-	-	-	-	-	10,00	32,50	-	-
CTKA4	KARSTEN	PN	-	-	-	-	-	-	11,52	13,20	-	-
CTNM3	COTEMINAS	ON	-	-	-	-	-	-	6,61	7,97	-	-
CTNM4	COTEMINAS	PN	3,18	3,07	3,18	3,11	3,17	0,95↑	3,11	3,17	18	3.400
CTSA3	SANTANENSE	ON ED	1,80	1,78	1,81	1,79	1,81	-0,54↓	1,80	1,81	31	12.300
CTSA4	SANTANENSE	PN ED	1,10	1,07	1,11	1,07	1,09	-0,90↓	1,09	1,11	38	40.900
CTSH34	COGNIZANT	DRN	411,20	411,20	411,20	411,20	411,20	1,51↑	-	-	1	5
CURY3	CURY S/A	ON ED NM	6,58	6,37	7,15	6,77	7,15	7,19↑	7,08	7,15	7.935	1.480.600
CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	12,32	11,82	13,06	12,20	13,00	4,25↑	12,97	13,00	13.850	13.192.000
CVSH34	CVS HEALTH	DRN	245,00	245,00	246,91	246,89	246,91	3,75↑	246,91	-	4	687
CXSE3	CAIXA SEGURI	ON NM	7,71	7,54	7,99	7,70	7,99	3,63↑	7,91	7,99	5.084	6.470.600
CYRE3	CYRELA REALT	ON ED NM	14,24	13,82	14,87	14,23	14,82	3,20↑	14,79	14,82	17.867	7.166.900
D1DG34	DATADOG INC	DRN	52,96	52,96	58,42	58,39	58,42	3,87↑	52,96	-	3	1.882
D1EL34	DELL TECHNOL	DRN	-	-	-	-	-	-	220,05	-	-	-
D1EX34	DEXCOM INC	DRN	39,88	39,88	40,15	40,14	40,15	1,98↑	-	68,27	2	1.837
D1FS34	DISCOVER FIN	DRN	292,50	292,50	292,50	292,50	292,50	3,90↑	-	-	1	2
D1HI34	DR HORTON IN	DRN	368,05	368,05	369,54	368,79	369,54	3,88↑	-	-	2	10
D1LR34	DIGITAL REAL	DRN	178,00	176,71	178,00	176,95	176,71	0,09↑	175,00	-	2	186
D1OC34	DOCUSIGN INC	DRN	20,22	19,95	21,81	21,06	21,81	4,45↑	21,10	22,24	10	2.204
D1OM34	DOMINION ENE	DRN	204,00	202,00	206,60	204,92	203,00	-2,35↓	-	-	177	190
D1OW34	DOW INC	DRN	84,39	84,39	84,39	84,39	84,39	0,01↑	84,38	107,41	1	1.110
D1RE34	DUKE REALTY	DRN	-	-	-	-	-	-	-	271,30	-	-
D1RI34	DARDEN RESTA	DRN	-	-	-	-	-	-	-	164,00	-	-
D1TE34	DTE ENERGY C	DRN	163,59	160,80	164,16	163,20	160,80	2,55↑	-	-	123	269
D1VN34	DEVON ENERGY	DRN	330,00	320,33	333,60	327,19	333,60	4,80↑	327,00	335,00	119	945
D1XC34	DXC TECHNOLO	DRN	-	-	-	-	-	-	121,11	-	-	-
D2AS34	DOORDASH INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	40,00	-	-
D2KN34	DRAFTKINGS	DRN	12,33	12,33	13,00	12,54	13,00	4,16↑	-	13,00	6	5.003
D2OC34	DOXIMITY INC	DRN	31,48	31,48	31,48	31,48	31,48	-2,17↓	-	-	1	2
D2PZ34	DOMINOSPIZZA	DRN	34,09	34,09	34,55	34,53	34,55	0,26↑	-	-	2	39
DASA3	DASA	ON NM	20,24	19,50	20,54	19,87	20,30	=	20,30	20,35	2.237	332.600
DBAG34	DEUTSCHE AK	DRN	51,55	51,55	51,55	51,55	51,55	=	51,00	55,06	1	240
DDNB34	DUPONT N INC	DRN	-	-	-	-	-	-	289,00	360,00	-	-
DEAI34	DELTA	DRN	214,35	214,35	214,35	214,35	214,35	-0,24↓	-	282,90	1	110
DEEC34	DEERE CO	DRN	975,82	952,51	981,00	967,48	952,51	-1,20↓	952,51	-	111	832
DEOP34	DIAGEO PL	DRN	985,00	981,20	985,00	981,38	981,20	-0,80↓	936,50	-	2	42
DESK3	DESKTOP	ON ED NM	13,36	12,66	13,67	13,04	13,32	-1,04↓	13,32	13,69	1.248	206.900
DEXP3	DEXXOS PAR	ON ED N1	7,48	7,15	7,79	7,42	7,79	5,12↑	7,55	7,79	1.339	318.900
DEXP4	DEXXOS PAR	PN ED N1	7,10	7,00	7,10	7,05	7,00	0,14↑	6,80	7,10	3	300
DGCO34	DOLLAR GENER	DRN	585,38	585,38	585,38	585,38	585,38	=	485,01	-	1	110
DHER34	DANAHER CORP	DRN	315,57	314,46	315,57	314,53	314,46	1,80↑	300,01	339,00	3	172
DIRR3	DIRECIONAL	ON NM	11,27	11,03	11,83	11,40	11,81	4,23↑	11,77	11,81	3.621	1.045.300
DISB34	WALT DISNEY	DRN	37,72	37,40	38,28	37,71	37,90	2,01↑	37,81	37,90	1.533	85.494
DIVO11	IT NOW IDIV	CI	69,30	68,70	70,68	69,96	70,55	1,07↑	70,55	70,75	2.043	148.289
DLTR34	DOLLAR TREE	DRN	410,00	410,00	410,00	410,00	410,00	-0,99↓	-	-	1	30
DMMO3	DOMMO	ON	1,90	1,78	1,92	1,83	1,85	-0,53↓	1,84	1,85	6.578	29.273.700
DMVF3	D1000VFARMA	ON NM	4,27	4,15	4,43	4,26	4,37	2,34↑	4,35	4,37	120	55.400
DNAI11	IT NOW DNA	CI	34,77	34,51	35,35	34,91	35,35	1,66↑	35,35	37,81	11	683
DOHL3	DOHLER	ON	-	-	-	-	-	-	-	21,99	-	-
DOHL4	DOHLER	PN	5,56	5,56	5,82	5,68	5,79	1,75↑	5,58	5,79	22	3.300
DOTZ3	DOTZ SA	ON NM	2,97	2,75	3,00	2,89	2,95	-0,67↓	2,95	3,08	231	70.400
DTCY3	DTCOM-DIRECT	ON	-	-	-	-	-	-	5,10	7,84	-	-
DUKB34	DUKE ENERGY	DRN	544,32	541,62	551,34	548,06	542,70	-4,20↓	-	-	69	78
DVAI34	DAVITA INC	DRN	537,19	537,19	541,09	539,44	541,09	-6,19↓	-	-	3	98
DXCO3	DEXCO	ON NM	12,80	12,53	13,34	12,91	13,26	3,19↑	13,24	13,26	9.896	2.706.900
E1CL34	ECOLAB INC	DRN	-	-	-	-	-	-	175,00	-	-	-
E1CO34	ECOPETROL SA	DRN	41,00	41,00	41,00	41,00	41,00	0,02↑	40,99	-	1	670
E1DI34	CONSOLIDATED	DRN	234,14	229,07	234,51	232,78	229,69	-4,10↓	-	239,55	158	160
E1DU34	NEW ORIENTAL	DRN	4,36	4,17	4,36	4,19	4,30	-1,60↓	4,20	4,72	22	19.687
E1NI34	ENEL AMERICA	DRN	26,58	26,24	26,58	26,24	26,24	-1,42↓	25,00	29,80	2	291
E1OG34	EOG RESOURCE	DRN	305,00	302,84	306,00	303,68	303,83	1,99↑	250,00	306,10	9	741
E1QN34	EQUINOR ASA	DRN	88,40	87,93	88,40	88,13	88,12	2,75↑	88,12	-	10	6.464
E1QR34	EQUITY RESID	DRN	195,98	195,98	195,98	195,98	195,98	-1,22↓	-	-	1	100
E1RI34	ERICSSON LM	DRN	20,22	20,22	20,22	20,22	20,22	=	19,00	28,00	1	1.400

Indicadores Econômicos

Dólar

		05/05/2022	04/05/2022	03/05/2022
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,0160	R$ 4,9030	R$ 4,9630
	VENDA	R$ 5,0170	R$ 4,9040	R$ 4,9640
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,0045	R$ 5,0087	R$ 5,0161
	VENDA	R$ 5,0051	R$ 5,0093	R$ 5,0167
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,1200	R$ 4,9800	R$ 5,0600
	VENDA	R$ 5,2170	R$ 5,1180	R$ 5,1700

Fonte: BC - *UOL

Ouro

	05/05/2022	04/05/2022	03/05/2022
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 1.877,20	US$ 1.881,47	US$ 1.867,87
BM&F-SP (g)	R$ 301,47	R$ 300,82	R$ 301,81

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Maio	0,27	3,50
Junho	0,31	4,25
Julho	0,36	4,25
Agosto	0,43	5,25
Setembro	0,44	6,25
Outubro	0,49	6,25
Novembro	0,59	7,75
Dezembro	0,77	9,25
Janeiro	0,73	9,25
Fevereiro	0,76	10,75
Março	0,93	11,75
Abril	0,83	11,75

Reservas Internacionais

26/04.. US$ 346.849 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 1.903,98	Isento	Isento
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: Secretaria da Receita Federal - A partir de Abril do ano calendário 2015

Inflação

Índices	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	4,10%	0,60%	0,78%	0,66%	-0,64%	0,64%	0,02%	0,87%	1,82%	1,83%	1,74%	-	5,49%	14,77%
IPC-Fipe	0,41%	0,81%	1,02%	1,44%	1,13%	1,00%	0,72%	0,57%	0,74%	0,90%	1,28%	-	2,95%	10,96%
IGP-DI (FGV)	3,40%	0,11%	1,45%	-0,14%	-0,55%	1,60%	-0,58%	1,25%	2,01%	1,50%	2,37%	-	6,00%	15,57%
INPC-IBGE	0,96%	0,60%	1,02%	0,88%	1,20%	1,16%	0,84%	0,73%	0,67%	1,00%	1,71%	-	3,42%	11,73%
IPCA-IBGE	0,83%	0,53%	0,96%	0,87%	1,16%	1,25%	0,95%	0,73%	0,54%	1,01%	1,62%	-	3,20%	11,30%
ICV-DIEESE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,76%	3,07%
IPCA-IPEAD	0,75%	0,49%	0,54%	0,44%	1,31%	0,95%	0,83%	0,75%	2,00%	0,21%	1,39%	-	3,64%	10,83%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril
Salário	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00
CUB-MG* (%)	1,64	1,35	1,18	0,85	0,91	0,69	0,56	0,24	4,74	0,27	0,63	2,28
UPC (R$)	23,54	23,54	23,54	23,54	23,54	23,54	23,54	23,54	23,55	23,55	23,55	23,59
UFEMG (R$)	3,9440	3,9440	3,9440	3,9440	3,9440	3,9440	3,9440	3,9440	4,7703	4,7703	4,7703	4,7703
TJLP (&a.a.)	4,61	4,61	4,88	4,88	4,88	5,32	5,32	5,32	6,08	6,08	6,08	6,82

***Fonte:** Sinduscon-MG

TR/Poupança

25/03 a 25/04	0,0000	0,5512
26/03 a 26/04	0,0000	0,5524
27/03 a 27/04	0,0000	0,5856
28/03 a 28/04	0,0000	0,6089
01/04 a 01/05	0,0000	0,5558
02/04 a 02/05	0,0000	0,5243
03/04 a 03/05	0,0000	0,5577
04/04 a 04/05	0,0000	0,5809
05/04 a 05/05	0,0000	0,5805
06/04 a 06/05	0,0000	0,5822
07/04 a 07/05	0,0000	0,5842
08/04 a 08/05	0,0000	0,5614
09/04 a 09/05	0,0000	0,5325
10/04 a 10/05	0,0000	0,5661
11/04 a 11/05	0,0000	0,5898
12/04 a 12/05	0,0000	0,5924
13/04 a 13/05	0,0000	0,5937
14/04 a 14/05	0,0000	0,5933
15/04 a 15/05	0,0000	0,5598
16/04 a 16/05	0,0000	0,5598
17/04 a 17/05	0,0000	0,5938
18/04 a 18/05	0,0000	0,6277
19/04 a 19/05	0,0000	0,6286
20/04 a 20/05	0,0000	0,6308
21/04 a 21/05	0,0000	0,6309
22/04 a 22/05	0,0000	0,6309
23/04 a 23/05	0,0000	0,5973
24/04 a 24/05	0,0000	0,6215
25/04 a 25/05	0,0000	0,6557
26/04 a 26/05	0,0000	0,6546
27/04 a 27/05	0,0000	0,6576
28/04 a 28/05	0,0000	0,6617
01/05 a 01/06	0,0000	0,6671
02/05 a 02/06	0,0000	0,6919
03/05 a 03/06	0,0000	0,6914
04/05 a 04/06	0,0000	0,6947

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7201	0,736
COLON/COSTA RICA	35	0,6457	0,6856
COLON/EL SALVADOR	40	0,007518	0,007551
COROA DINAMARQUESA	45	0,5713	0,572
COROA ISLND/ISLAN	55	0,7067	0,7069
COROA NORUEGUESA	60	0,03803	0,03812
COROA SUECA	70	0,502	0,5022
COROA TCHECA	75	0,2139	0,214
DINAR ARGELINO	90	0,09183	0,09329
DINAR/KWAIT	95	0,03438	0,03458
DINAR/BAHREIN	100	16,3013	16,3245
DINAR/IRAQUE	115	0,003427	0,003432
DINAR/JORDANIA	125	7,0387	7,0793
DINAR SERVIO	133	0,04466	0,0447
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,3623	1,3628
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,5482	3,5496
DOLAR/BAHAMAS	155	5,0045	5,0051
DOLAR/BERMUDAS	160	5,0045	5,0051
DOLAR CANADENSE	165	3,8946	3,8953
DOLAR DA GUIANA	170	0,02378	0,02405
DOLAR CAYMAN	190	5,9934	6,0668
DOLAR CINGAPURA	195	3,6071	3,6083
DOLAR HONG KONG	205	0,6376	0,6376
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7311	0,7466
DOLAR DOS EUA	220	5,0045	5,0051
FORINT/HUNGRIA	345	0,0138	0,01382
FRANCO SUICO	425	5,0678	5,069
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007321	0,0007332
IENE	470	0,03837	0,03838
LIBRA/EGITO	535	0,2701	0,2716
LIBRA ESTERLINA	540	6,17	6,1718
LIBRA/LIBANO	560	0,003295	0,003324
LIBRA/SIRIA, REP	570	6,2631	6,2759
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1684	0,1685
LIRA TURCA	642	0,3366	0,3368
NOVO SOL/PERU	660	1,3187	1,3227
PESO ARGENTINO	665	0,06556	0,0656
PESO CHILE	715	0,005786	0,005794
PESO/COLOMBIA	720	0,001217	0,001221
PESO/CUBA	725	0,2085	0,2085
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09069	0,0909
PESO/FILIPINAS	735	0,09522	0,09526
PESO/MEXICO	741	0,2464	0,2466
PESO/URUGUAIO	745	0,1203	0,1208
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6521	0,6534
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002701	0,002706
RENMIMBI IUAN	779	0,6968	0,6975
RENMINBI HONG KONG	796	0,747	0,7475
RIAL/CATAR	800	1,3671	1,375
RIAL/OMA	805	12,9953	13,0036
RIAL/IEMEN	810	0,01998	0,02003
RIAL/IRAN, REP	815	0,0001192	0,0001192
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,3342	1,3344
RINGGIT/MALASIA	825	0,001232	0,001238
RUBLO/RUSSIA	828	1,1505	1,1514
RUPIA/INDIA	830	0,07442	0,0804
RUPIA/INDONESIA	865	0,0003452	0,0003453
RUPIA/PAQUISTAO	870	0,3229	0,3246
SHEKEL/ISRAEL	880	1,4639	1,4649
WON COREIA SUL	930	0,003931	0,003934
ZLOTY/POLONIA	975	1,1207	1,1223
EURO	978	5,2572	5,2599

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2022

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.212,00	7,50
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9,00
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12,00
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.212,00	5 (*)	60,60
1.212,00	11 (**)	133,32
1.212,01 até 7.087,22	20	Entre 242,40 (salário mínimo) e 1417,44 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2022 (Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.655,98	R$ 56,47

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Janeiro/2022	Março/2022	0,2466	0,4867
Fevereiro/2022	Abril/2022	0,3439	0,5843

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

16/04	0,01311781	2,92791132
17/04	0,01311781	2,92791132
18/04	0,01311781	2,92791132
19/04	0,01311781	2,92791132
20/04	0,01311781	2,92791132
21/04	0,01311781	2,92791132
22/04	0,01311781	2,92791132
23/04	0,01311781	2,92791132
24/04	0,01311781	2,92791132
25/04	0,01311781	2,92791132
26/04	0,01311781	2,92791132
27/04	0,01311781	2,92791132
28/04	0,01311781	2,92791132
29/04	0,01311781	2,92791132
30/04	0,01311781	2,92791132
01/05	0,01311781	2,92791132
02/05	0,01311781	2,92791132
03/05	0,01311781	2,92791132
04/05	0,01311781	2,92791132
05/05	0,01311781	2,92791132
06/05	0,01311781	2,92791132

Fonte: Fenaseg

TBF

19/04 a 19/05	0,9190
20/04 a 20/05	0,9211
21/04 a 21/05	0,9212
22/04 a 22/05	0,9212
23/04 a 23/05	0,8776
24/04 a 24/05	0,9219
25/04 a 25/05	0,9662
26/04 a 26/05	0,9650
27/04 a 27/05	0,9681
28/04 a 28/05	0,9722
29/04 a 29/05	0,9288
01/05 a 31/05	0,9328
01/05 a 01/06	0,9776
02/05 a 02/06	1,0225
03/05 a 03/06	1,0220
04/05 a 04/06	1,0253

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Março	1,1130
IGP-DI (FGV)	
Março	1,1557
IGP-M (FGV)	
Março	1,1477

Agenda Federal

sage

Dia 6

Salário de abril/2022 - Pagamento dos salários mensais. Consultar o documento coletivo de trabalho da categoria profissional, que pode estabelecer prazo específico para pagamento dos salários aos empregados. Nota: O prazo para pagamento dos salários mensais é até o 5o dia útil do mês subsequente ao vencido. Na contagem dos dias, incluir o sábado e excluir os domingos e os feriados, inclusive os municipais. Recibo

FGTS - Depósito, em conta bancária vinculada, dos valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) correspondentes à remuneração paga ou devida em abril/2022 aos trabalhadores. Não havendo expediente bancário, deve-se antecipar o depósito. GFIP/Sefip (aplicativo Conectividade Social - meio eletrônico)

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) - Envio, ao Ministério do Trabalho e Previdência, da relação de admissões e desligamentos de empregados ocorridos em abril/2022. As empresas dos grupos 1, 2 e 3 do eSocial estão dispensadas do envio do Caged, uma vez que este passou a ser substituído pelo eSocial. Os entes públicos e as organizações internacionais (grupo 4) devem prestar as informações por meio do sistema Caged, até que sejam obrigadas ao envio dos eventos periódicos ao eSocial. Esta obrigação tem início em 22.04.2022, relativas aos fatos geradores a partir de 1o.04.2022. (Portaria MPT no 671/2021, art. 144). Caged (meio eletrônico)

Simples Doméstico - Recolhimento relativo aos fatos geradores ocorridos em abril/2022: a) da contribuição previdenciária a cargo do empregador doméstico e de seu empregado; b) da contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho; c) para o FGTS; d) para o pagamento da indenização compensatória da perda do emprego, sem justa causa ou por culpa do empregador, inclusive por culpa recíproca; e e) do IRRF, se incidente. Não havendo expediente bancário, deve-se antecipar os recolhimentos. Documento de Arrecadação eSocial - DAE (2 vias)

Salário de abril/2022 – Domésticos - Pagamento dos salários mensais dos empregados domésticos (Lei Complementar no 150/2015, art. 35). Notas: (1) O pagamento pode ser feito no sábado (07.05.2022), em dinheiro, ou antecipado para sexta-feira (06.05.2022), se for realizado por meio de instituições financeiras. (2) O empregador doméstico é obrigado a pagar a remuneração devida ao empregado doméstico até o dia 7 do mês seguinte ao da competência. Recibo

Dia 10

Comprovante de Juros sobre o Capital Próprio – PJ - Fornecimento, à beneficiária pessoa jurídica, do Comprovante de Pagamento ou Crédito de Juros sobre o Capital Próprio no mês de abril/2022 (art. 2o, II, da Instrução Normativa SRF no 41/1998). Formulário

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de abril/2022 incidente sobre produtos classificados no código 2402.20.00 (cigarros que contenham tabaco), e as cigarrilhas classificadas no Ex 01 do código 2402.10.00 da TIPI (Cód. DARF 1020).

Previdência Social (INSS) - Documento de recolhimento - Envio ao sindicato - Envio, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados, da cópia do documento de recolhimento das contribuições previdenciárias relativa à competência abril/2022 (Lei no 8.870/1994, art. 3o). Documento de recolhimento (cópia)

Dia 13

ICMS – Scanc - Refinaria de Petróleo e suas bases Operações com combustível derivado de petróleo, nos casos de repasse (imposto retido por refinaria ou suas bases) - Entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc). Internet Convênio ICMS no 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1o, V, "a"; Ato Cotepe/ICMS no 86/2021

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1o a 10.05.2022, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei no 11.196/2005): a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

IOF - Pagamento do IOF apurado no 1o decêndio de maio/2022:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854

DC MAIS

dcmais@diariodocomercio.com.br

"Vasto Velho Oeste"

A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação Municipal de Cultura, realiza, até 31 de maio, no Cine Santa Tereza, a mostra "Vasto Velho Oeste" com uma seleção de faroestes clássicos e atuais. Ao todo serão exibidos 19 filmes, sendo que as sessões acontecem de quarta-feira a domingo, em horários variados, e têm entrada gratuita mediante retirada de ingressos no *site diskingressos.com.br*, ou na bilheteria do cinema. Informações completas sobre a programação disponíveis no Portal da Prefeitura – *www.pbh.gov.br/cinesantatereza*. Na programação constam títulos de diretores que consolidaram o gênero, formando uma legião de admiradores, assim como de realizadores que trouxeram novas e interessantes releituras e outros que se aventuraram no estilo com ótimos resultados. Entre eles estão nomes como John Ford, Howard Hawks, Sam Peckinpah, Fred Zinneman, George Stevens, Robert Altman, Sydney Pollack, Henry Hathaway, Clint Eastwood, Ethan e Joel Coen, Andrew Dominik.

Reabertura da Casa de Candongas

Hoje, das 19 às 21 horas, o Centro Cultural Casa de Candongas, localizado na avenida Cachoeirinha, 2.221, no bairro Santa Cruz, reabre as portas da companhia para receber o público após dois anos de fechamento, em razão da pandemia. O evento, intitulado "Encontro de Compartilhamento", marca as comemorações de 22 anos da casa e contará com diversas atividades, como aulas de teatro, dança, música e artesanato. A entrada é gratuita."Depois de dois anos sem público, voltamos a receber a família Candongueira com as portas abertas. Será um prazer enorme poder compartilhar nossas atividades com quem tanto nos engrandece mais de perto novamente. Será um evento lindo e contamos com a participação de todos", afirma a organização da Casa. O "Encontro de Compartilhamento" será realizado no âmbito do Termo de Fomento 024/2020 - Plataforma +Brasil nº 904197/2020, celebrado entre a Companhia Candongas e Outras Firulas e a União, por intermédio da Fundação Nacional de Artes.

"Cuidar de quem cuida"

No próximo domingo, o CCBB Educativo vai presentear as mamães com uma atividade especial: aula de yoga e roda de conversa sobre os desafios da maternidade. A ação "Cuidar de quem cuida" será realizada às 10h30, no CCBB BH. A iniciativa, gratuita, será conduzida por Daniella Ricieri, mãe, educadora, psicopedagoga e idealizadora do projeto "Válente Pedagogia Amorosa", e por Marina Gelmini, mãe, professora de yoga e estudante de psicologia. As mães, gestantes e puérperas interessadas em participar da atividade devem se dirigir à sala 206 do Centro Cultural Banco do Brasil – Belo Horizonte (Praça da Liberdade, 450 – Funcionários). O CCBB Educativo orienta que as mães levem um tapete de yoga, canga ou toalha para forrar o chão. Mais informações podem ser obtidas pelo telefones 34131-9440 e 34131-9441. Para conferir a programação completa do CCBB Educativo, acesse *www.bb.com.br/cultura*.

Construção do diálogo

O Centro Cultural UFMG convida para a mesa aberta de diálogo "dentro de tudo", hoje, das 9 às 11 horas. Os artistas da exposição coletiva "dias fora de tudo" se reúnem para falar sobre desenho, processualidades e ações, possibilitando que o público contribua na construção do diálogo. A entrada é gratuita. A exposição está em cartaz desde o dia 1º de abril e fica aberta à visitação até o próximo domingo. A mostra propõe ressaltar a potência do desenho em apresentar o fluxo ambivalente de ausência/presença. Ela é composta por nove artistas/professores do Grupo Nedec, que estão em ação direta sobre as paredes da Grande Galeria do Centro Cultural UFMG construindo a exposição de modo aberto e processual ao longo do tempo/espaço de montagem, abertura e encerramento. As obras são de Andréa Vilela (UFMG), Camila Moreira (UFMG), Glayson Arcanjo (UFG), Isaura Pena (UEMG), Júnia Penna (UEMG), Letícia Grandinetti (UEMG), Marcelino Peixoto (UEMG), Roberto Bethônico (UFMG) e Rodrigo Borges (UFMG).

Podcast Zonas Pulsantes

O Brasil é o 5º país no *ranking* mundial de produção de *podcasts*. De acordo com um estudo realizado pela TV Globo em parceria com o Ibope, 57% dos entrevistados passaram a ouvir programas de *podcast* durante a pandemia. Pensando nisso, a Diretoria de Museus, unidade da Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais lança o *podcast* Zonas Pulsantes – Caminhos da Arte. O *podcast* Zonas Pulsantes é uma conversa desinibida e descontraída, que trata das experiências, memórias e dicas de pessoas ligadas ao mundo das artes, sejam elas artistas, curadores, especialistas da área dos museus, da música etc. O *podcast* traz, ainda, pessoas comuns falando de sua relação afetiva com algum objeto ou alguma época. Os episódios são sempre apresentados por Fabiano Mello, músico e cineasta que dirigiu "Depois é Nunca" e "Humanidades" na Rede Minas. O *podcast* Zonas Pulsantes – Caminhos da Arte é semanal, publicado sempre às segundas-feiras, e os primeiros episódios já estão disponíveis no Anchor.

VIVER EM VOZ ALTA

A revista "Magiscultura", da Amagis

ROGÉRIO FARIA TAVARES*

São poucas as revistas especializadas em cultura e arte ainda em circulação no Brasil. No campo literário, destaco a ótima "451", editada pelo acadêmico Humberto Werneck e seu filho Paulo, a partir de São Paulo; o "Suplemento Pernambuco", comandado por Schneider Carpeggiani; e o jornal "Rascunho", do Paraná, criado pelo excelente Rogério Pereira. Em Minas, atualmente, chama a atenção a caprichada "Olympio", sob a coordenação da acadêmica Maria Esther Maciel, de José Eduardo Gonçalves, Maurício Meireles e Júlio Abreu. Mas hoje escrevo sobre a "Magiscultura", iniciativa da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), agora em seu vigésimo quinto número, um feito memorável num país como o nosso, que impõe tantos obstáculos a empreendimentos dessa natureza.

Dirigida por Manoel Marcos Guimarães, o querido Manoelzinho, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas, "Magiscultura" busca valorizar a cultura mineira em sua multiplicidade, oferecendo aos juízes e desembargadores do estado a oportunidade de verem publicados seus ensaios, contos, crônicas e poemas. Segundo Manoel, desde 2009, quando a revista surgiu, já vieram a lume mais de trezentos textos, com média superior a doze por edição. A receptividade é alta. A correspondência recebida pela equipe é expressiva, registrando um acolhimento caloroso dos leitores. O saldo do 'jubileu de prata' da publicação é largamente positivo: "Magiscultura tem conseguido ser um repositório variado e atual de reflexões sobre a cultura mineira e brasileira, em sua variedade", comenta.

> *"Magiscultura" busca valorizar a cultura mineira em sua multiplicidade, oferecendo aos juízes e desembargadores a oportunidade de verem publicados seus ensaios, contos, crônicas e poemas*

Outro traço distintivo de "Magiscultura" é o seu projeto gráfico e visual. Desde a primeira edição, a revista conta com a excepcional colaboração de duas 'craques' da área: Rachel Magalhães, autora do projeto original e responsável pela editoração de todos os números, e a renomada artista Sandra Bianchi, que assina as capas e as belas ilustrações de tudo o que é publicado. Sensível, a dupla explora, em seu trabalho, imagens que traduzem elementos marcantes da vida vivida em Minas, ontem, hoje e sempre, como o carro de boi, o fogão a lenha, a produção dos queijos, as carrancas do rio São Francisco, os casarões das fazendas, as folias de reis, as marias-fumaças, os parques termais do sul do estado e os mercados municipais espalhados por todo o território mineiro, o que acaba gerando composições de grande impacto, com as quais o público se identifica imediatamente.

A capa do número 25, por exemplo, mostra o trilho do trem, visto desde o lendário Túnel da Mantiqueira, no município de Passa Quatro. Esse é o mote para apresentar "Um túnel sangrento na Mantiqueira e a sensibilidade do poeta", artigo em que o próprio Manoel Marcos Guimarães escreve sobre o livro "Cabo Deodato", de Heli Menegale, pai de Berenice Menegale, e um dos melhores presidentes que a Academia Mineira de Letras já teve.

No mesmo volume, ainda é possível ler o estimulante editorial assinado pelo presidente da Amagis, Luiz Carlos Rezende e Santos, em que ele saúda a revista e lhe deseja vida longa. Que assim seja! A cultura de Minas merece.

***Jornalista. Doutor em literatura. Presidente da Academia Mineira de Letras**

Mostrô vai celebrar o Dia das Mães

DIVULGAÇÃO

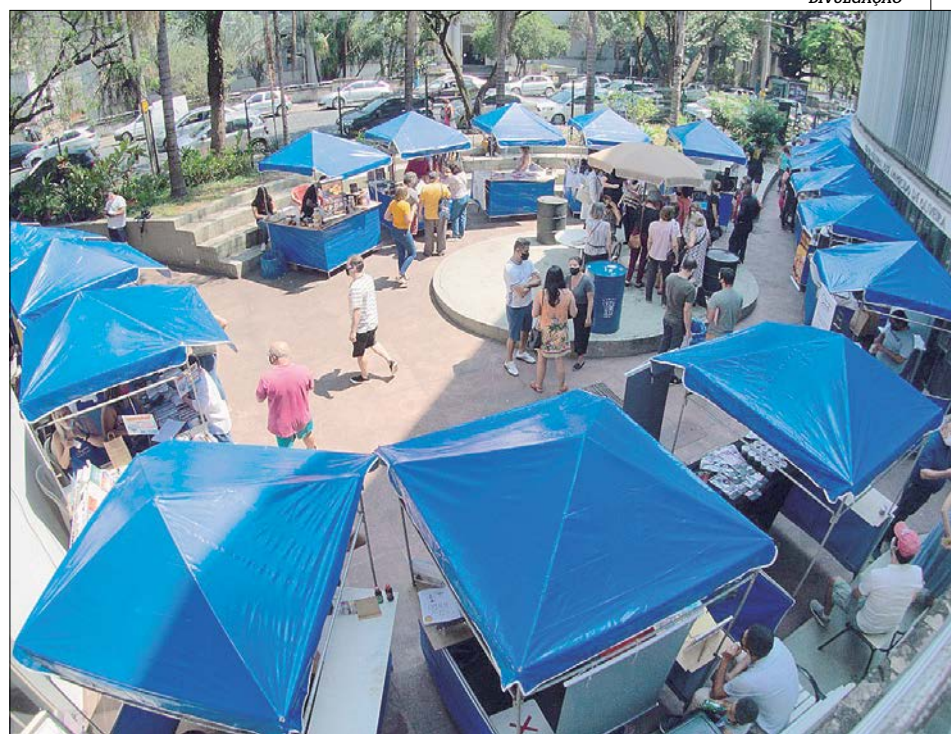
A sétima edição do Mostrô – Mostra de Arte e Cultura Urbana de Gente que Ama o que Faz, especial Dia das Mães, irá integrar a programação especial das comemorações dos 40 anos do Museu Mineiro. A entrada será gratuita e o evento será realizado amanhã e no domingo, com horário das 10 às 17 horas. A feira Mostrô ocorrerá ao ar livre, no gramado do Museu Mineiro.

Além de um convite ao público para conferir as exposições e o prédio do Museu Mineiro, a Mostrô será uma oportunidade para que as pessoas possam fazer suas compras para o Dia das Mães e aproveitar um dia com muita música e gastronomia. Serão mais de 100 expositores divididos nos dois dias de evento.

Com atrações que vão desde gastronomia a artesanato, a Mostrô contará, ainda, com a trilha sonora da DJ Miss Cooler que trará os melhores hits dos anos 1960 a 1990.

A Mostrô – Mostra de Arte e Cultura Urbana de Gente que Ama o que Faz é realizada pela "Da Terra Gestão Cultural" e tem o apoio institucional do Museu Mineiro e do Museu das Minas e do Metal | Gerdau. A iniciativa evidencia diferentes linguagens artísticas, como artesanato, gastronomia, design e literatura.

A proposta da Mostrô é valorizar a economia criativa de Minas Gerais ao dar visibilidade ao trabalho de artistas, produtores e trabalhadores e trabalhadoras da cultura no estado.

Localizado na avenida João Pinheiro, corredor de acesso à Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, o Museu Mineiro está instalado em um edifício eclético construído em fins do século XIX pela Comissão Construtora da Nova Capital. Tendo sido construída para servir de residência para o secretário da Agricultura, a edificação serviu de sede para o Senado Mineiro, foi a Pagadoria Geral do Estado até se tornar a sede do Museu Mineiro.

Inaugurado em 1982, o Museu Mineiro reúne em seu acervo um conjunto bastante diversificado de objetos referentes à história e à produção cultural e artística mineiras. Nas salas de exposição são exibidas obras de artistas consagrados, tais como: Manoel da Costa Ataíde, Yara Tupynambá, Amílcar de Castro, Jeanne Milde, Inimá de Paula, Lótus Lobo, Celso Renato, Sara Ávila, Guignard, Maria Helena Andrés e Di Cavalcanti, entre outras.

Atualmente, o Museu Mineiro exibe a exposição de longa duração "Minas das Artes, Histórias Gerais", onde o visitante tem a oportunidade de conhecer uma vasta coleção de arte sacra, datada dos séculos XVIII e XIX, além de preciosidades do acervo, como a bandeira da Inconfidência Mineira, os manuscritos originais da obra "Tutaméia" de Guimarães Rosa, o retrato de Aleijadinho e a coleção de santos de devoção popular.

O Museu Mineiro é integrante do Circuito Liberdade, complexo cultural sob gestão da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult) e que reúne diversos espaços com as mais variadas formas de manifestação de arte e cultura em transversalidade com o turismo. Trabalhando em rede, as atividades dos equipamentos parceiros ao Circuito buscam desenvolvimento humano, cultural, turístico, social e econômico, com foco na economia criativa como mecanismo de geração de emprego e renda, ampliação da democratização e ampliação do acesso da população às atividades propostas.